

Tempo Livre **20 anos**

História de uma Estratégia Municipal para o Desporto

Esser Jorge Silva

Título: Tempo Livre | 20 anos - História de uma estratégia municipal para o Desporto

Autor: Esser Jorge Silva

Edição: Tempo Livre, CIPRL

Design: Paulo Pinheiro e Pedro Santos (POPP Design)

Créditos fotográficos: José Luís Ribeiro, Paulo Pacheco, José Caldeira, Amadeu Mendes, Jaime Machado, António Cardoso, Fernando Abreu, Nuno Gonçalves, João Peixoto, Carlos Rocha e “Os Fredericos”

Fotos contracapa: José Caldeira e José Luís Ribeiro

Revisão: Rui Dias e Martinha Pereira

Edição: 1.ª Edição (Janeiro de 2019)

Impressão e Acabamento: Empresa Diário do Porto, Lda.

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-95217-3-5

Depósito Legal: 451368/19

Índice

01	Sumário Executivo	11
02	A difícil introdução do desporto em Guimarães	17
2.1	O sport e o papel dos sports-man	18
2.2	Experiências do sport - foot-ball, provas pedestres e ciclismo	21
2.3	As resistências vimaranenses ao sport	26
2.4	Introdução do desporto no lazer	34
2.5	Consequências da carência de infraestruturas	39
2.6	O primeiro pavilhão gimnodesportivo	46
2.7	Desporto em transição democrática	52
03	Nascimento da Cooperativa Tempo Livre	59
3.1	Uma política municipal para o desporto	60
3.2	Projeto de Iniciação Desportiva — Casa Comum do Desporto	76
3.3	Incubadora de desportos	79
04	Cidade Desportiva — Nova Realidade	87
4.1	Multiusos, Piscina e Pista de Atletismo	88
4.2	Das primeiras atividades populares aos grandes e surpreendentes eventos	92
4.3	Incubadora de modalidades	99
4.4	Os tempos difíceis	106
05	Nota conclusiva	117
06	Bibliografia	121

Parabéns, Tempo Livre!

Quando, em 1999, foi constituída a escritura pública da régie cooperativa Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, foi dado um passo decisivo para o desenvolvimento do Concelho de Guimarães a nível da prática desportiva.

Desde a competente Gestão do Parque Desportivo Municipal – que engloba o Multiusos de Guimarães, o Complexo de Piscinas, de Guimarães e Moreira de Cónegos, o Parque Scorpio, piscinas de recreio e diversão ao ar livre, a Pista de Atletismo Gémeos Castro, os Pavilhões de Lordelo, Ronfe, Souto Santa Maria, Inatel e os Pavilhões das escolas Fernando Távora, EB 2,3 de Creixomil, Urgezes, Pevidém e Moreira de Cónegos –, ao fomento e incentivo da prática desportiva, a Tempo Livre encetou um caminho de democratização do uso dos espaços e equipamentos desportivos ímpar no País.

Uma ação norteada pela “igualdade de oportunidades”, para que todos os cidadãos possam usufruir dos espaços por ela geridos, garantindo o acesso a projetos de desporto não competitivo, a projetos de animação sócio-desportiva e à ocupação dos tempos livres e de lazer. A par destas competências, a Tempo Livre gere ainda, administrativamente, o CMAD - Centro de Medicina Desportiva de Guimarães, um serviço inovador e pioneiro no País, vocacionado para todos os desportistas, estejam ou não integrados no sistema federado e/ou no escolar, tendo sido reconhecido como uma extensão dos Centros de Medicina Desportiva do Instituto Português de Desporto e Juventude.

Não tardou a que a atividade da Tempo Livre viesse a dar frutos, alcançado prestígio a nível nacional e internacional, através de vários reconhecimentos traduzidos em importantes competições e distinções. Desde logo, o facto de Guimarães ter sido, em 2013, Cidade Europeia do Desporto, deve-se a esse trabalho. Mas outras conquistas vêm dar crédito à reputação da régie cooperativa Municipal, como a realização de vários campeonatos, nacionais e mundiais, em diversas modalidades.

A gestão do Multiusos de Guimarães, através do aluguer para diversos eventos e concertos, transformando-o num dos palcos mais importantes do País, é também um exemplo de como a gestão da Tempo Livre é a que melhor serve os interesses dos munícipes e do município, na prossecução de políticas públicas de apoio à atividade desportiva catalisadoras de novas dinâmicas.

A recente Academia de Ginástica, exemplar pelo seu conceito perto do “Carbono 0” e pelo impulso à modalidade de Ginástica Desportiva – já com resultados notáveis a nível competitivo – é mais uma conquista que nos faz pensar que, em 1999, a escolha foi a acertada.

Agora, no ano em que comemoramos os 20 anos da Tempo Livre, renovamos os votos para que muito mais anos possam vir a marcar, indelevelmente, Guimarães como um concelho onde a saúde e bem-estar, através da prática desportiva, representem uma marca importante de desenvolvimento do cidadão, e um concelho onde todos estão contemplados.

Parabéns à Tempo Livre.

Domingos Bragança

Presidente da Câmara Municipal de Guimarães



Prefácio

Viajar no tempo e recordar as condições de contexto que determinaram a criação da régie cooperativa Tempo Livre, não é um ato de saudosismo. Porque saudade, essa palavra tão única e tão nossa, remete-nos à nostalgia provocada por algo a que nos unia uma forte ligação emocional ou à impossibilidade de reviver experiências agradáveis do passado.

Evocar a criação da Tempo Livre, vinte anos depois, não será para mim nunca uma viagem a um passado ou lembrança distantes, mas antes celebrar um presente feito das ideias e dos sonhos que, estando na sua origem, ainda hoje prevalecem.

A Tempo Livre nasceu da vontade de uns poucos, nos quais me incluo, de dar dimensão comunitária e robustez política ao fenómeno desportivo em Guimarães nas suas várias dimensões.

Num tempo de frenesim, em que as condicionantes da governação política local eram campo fértil para a inovação, a ousadia e o sonho, Guimarães despertava para a necessidade de desenhar políticas de desenvolvimento transversais, onde a cultura, a preservação do património e a educação lideravam o pelotão da frente. O desporto só timidamente fazia parte do léxico político, era um “luxo” que planos de atividades e orçamentos não davam grande espaço de afirmação, minorizado pela circunstância de então se entender que o desporto era coisa dos clubes e apenas para os clubes.

O desporto na sua dimensão informal, a promoção da atividade física como ferramenta que permitia melhor qualidade de vida, da saúde ou da mera autoestima, eram expressões sem sentido e ausentes da discussão.

O trecho da história contemporânea que nos leva até esse tempo é retratado, com detalhe e clarividência pelo Esser Jorge neste livro. Porque nada acontece por acaso. E porque o acaso nada tem a ver com a criação da Tempo Livre, que é fruto da vontade de mudar o que não nos parecia bem, da ambição de fazer muito mais, e da crença numa alteração de paradigma que resultaria em favor de todos, e não apenas dos sportsman que por cá existiam.

Essa alteração do paradigma começou com uma ideia simples, a de levar a atividade física, de forma regular, ao local onde mais tem sentido que se promova: a então escola primária, hoje dita de primeiro ciclo. O projeto até tinha um nome

desaconselhável (PID) querendo, no entanto, tudo significar (Projeto de Iniciação Desportiva).

Em 1999, pouco depois do ato constitutivo da régie cooperativa Tempo Livre, o PID dava os primeiros passos, na altura numa parceria que entrelaçava a tutela regional da educação e do ensino, alguns meses depois avançando sozinho, com a Tempo Livre, apoiada financeiramente pela Câmara Municipal, a ter autonomia e coragem para contratar professores de educação física, adequar horários próprios em “conluio” com as escolas e a avançar para outros projetos igualmente desafiantes, como as primeiras Férias Desportivas (num tempo em que os pais não sabiam o que fazer para ocupar os seus filhos nos períodos de interrupção da atividade escolar), os Torneios de Veteranos (num tempo onde a promoção de atividade desportiva para adultos e seniores era motivo de chacota) ou os famigerados Desportos de Praia, numa cidade onde ela nunca existiu, construindo-se um areal com bancadas entre o estádio e o Inatel, onde durante alguns anos, tarde e noite, se ocupavam de forma divertida e saudável milhares de jovens em centenas de jogos de futebol, andebol e voleibol... de praia!

Estava dado o mote para o futuro da Tempo Livre. Ocupar espaço nunca antes ocupado, diversificar a oferta desportiva, criar novas condições de prática desportiva, ser diferente.

Fundada na perspetiva de dar corpo a uma ideia de que o “desporto é para todos”, os seus dois primeiros anos de atividade centraram-se nessa dimensão; mas pouco depois, no dealbar de 2001, com a inauguração da então designada Cidade Desportiva, a Tempo Livre chama a si uma outra dimensão que, pela sua importância, passa a ser centro de uma atenção especial. A entidade promotora do desporto e da atividade física passa a gerir também um conjunto notável de infraestruturas desportivas, do melhor que no país havia, e onde a especialização de recursos humanos e de ferramentas de gestão era escassas, se não mesmo inexistentes.

De repente, a Tempo Livre passava a ter nas suas mãos a responsabilidade de gerir aquela que cedo se assumiu como a segunda melhor sala de espetáculos do país, um Complexo de Piscinas multidisciplinar e pleno de oportunidades para realizar um trabalho diferenciador e uma Pista de Atletismo que uma vasta região reclamava.

Instalações desportivas de altíssima qualidade, novinhas em folha, mas que necessitavam de ter gente dentro, o que exigia um saber feito de experiência, que em Guimarães ainda não existia. Tarefa aparentemente difícil em outros contextos e latitudes, mas a que a Tempo Livre se entregou com um entusiasmo tal que, pouco tempo depois, essas infraestruturas não só se enchiam de gente, mas também de ideias, projetos e atividades que começaram a mudar a forma como o desporto e atividade física era apreendida (e consumida) pela comunidade vimaranense.

Desde os primeiros dias, a excitação pela descoberta de um admirável mundo novo, onde cada desafio era superado pela força do entusiasmo, pela união das equipas de trabalho e pela adesão espontânea das pessoas que correspondiam ao nosso esforço, resultava em mais trabalho, em melhor trabalho, definindo e redefinindo, numa paleta de esforços individuais e coletivos, métodos de gestão e governança adequados à função de cada instalação desportiva.

Desse louco tempo de trabalho árduo, de dias sem noites, ficou a matriz que caracteriza a “alma” de quem cá trabalha: tudo é possível, tudo pode ser feito, os problemas são oportunidades e as dificuldades só servem para testar a nossa capacidade de superação.

Na Tempo Livre de hoje, 112 mulheres e homens constituem o seu quadro de pessoal efetivo. Mas ao longo dos últimos 20 anos já passaram pelas nossas instalações cerca de 300 funcionários, e cada um deles, à sua maneira, de forma mais ou menos intensa ou destacada, deixaram a sua marca na construção de um percurso que a todos deve orgulhar.

E nem mesmo quando uma famigerada e polémica alteração legislativa no setor empresarial local colocou em causa a sobrevivência da Tempo Livre (e de muitas outras, muitas das quais caíram aos pés de uma lei sem sentido, porque quis tratar por igual aquilo que não o é), foram eles, os funcionários, motivados pela liderança tenaz de Aníbal Rocha, que ajudaram a garantir que o projeto da Tempo Livre tivesse continuidade, com total fidelidade aos valores e princípios fundadores, ainda que adequados à gestão de uma crise imposta e injusta.

Hoje, vinte anos depois, com uma dezena e meia de instalações desportivas sob sua responsabilidade, com milhares de utentes e com dezenas de projetos de promoção do desporto e da atividade física enraizados na comunidade, tudo continua a fazer sentido.

A Tempo Livre é, verdadeiramente, a casa comum do desporto em Guimarães, um espaço privilegiado de incubação de ideias, projetos e desafios. Onde nasceu a primeira (e melhor) Cidade Europeia do Desporto. Onde foi criado o primeiro Centro de Estudos do Desporto e onde se prepara, com minúcia e consistência científica, aquele que será, em breve, o primeiro Plano Municipal de promoção da atividade física, da saúde e da qualidade de vida. Ou, ainda, onde se lançaram as sementes de uma diversidade e riqueza ao nível da oferta desportiva, sem paralelo no país, que permitiram adicionar às modalidades mais convencionais novos desportos em Guimarães como o polo aquático, o rãguebi, o futsal feminino, a patinagem artística, a natação sincronizada ou a ginástica.

Como foi no seio da Tempo Livre que se pensaram em novas formas de incrementar os índices de prática desportiva na comunidade, com projetos sucedidos como o Vida Feliz, a Liga Mini, os Jogos da Comunidade, as Mini Olimpíadas, o D'Escolar, entre tantos outros.

Como foi, ainda, na Tempo Livre que nasceram projetos de apoio ao desporto absolutamente inovadores e de referência nacional, como o Centro Médico de Apoio ao Desporto ou o Centro de Detecção de Talento Desportivo, cujo contributo para a qualidade e dimensão do ecossistema desportivo vimaranense é reconhecido e elogiado.

De tudo isto se fez a Tempo Livre. De tudo isto se faz hoje a Tempo Livre.

Foram 20 anos de projetos, ideias e sonhos, permanentemente inovando e ousando, num desassossego constante para ajudar a construir um território diferente e diferenciador, que alimente o futuro de otimismo e confiança.

Foram 20 anos que passaram num instante. Não fossem as marcas do tempo no rosto de cada um que por cá passou ou as cicatrizes que não saram nos edifícios como consequência do seu uso intensivo, e diria que estamos prontos para recomeçar tudo de novo.

E porque não?...

Amadeu Portilha

Presidente da Direção da Tempo Livre





01 Sumário Executivo

Quando, em 1954, o psicólogo Abraham Harold Maslow (1908-1970) dispôs uma pirâmide que hierarquizava cinco necessidades humanas pensadas como fundamentais, estabeleceu-as – de baixo para cima – de acordo com *fisiologia, segurança, relacionamento, estima e realização pessoal* (Maslow, 1987). Num exercício de avaliação elementar deteta-se que o desporto não faz parte de nenhuma destas categorias. Um olhar mais criterioso e uma atenção mais demorada mostram a razão óbvia: o desporto atravessa todos os possíveis estágios de existência e contribui, de forma indelével, para a consolidação psicológica e formação sócio relacional do indivíduo. O desporto é, por assim dizer, um dinamismo motivador da pessoa, seja em que patamar de hierarquia *maslowziano* de existência o indivíduo estiver.

Apesar deste atravessamento, nem sempre o desporto é colocado na pirâmide das preocupações públicas. Aliás, pelo contrário. Nas circunstâncias em que uma sociedade foi posta perante a necessidade de um acelerado estado desenvolvimento, a atividade física dos cidadãos não foi levada no mesmo nível de consideração que outros fatores de desenvolvimento. Assim também aconteceu em Portugal: mesmo em tempo de agitado desenvolvimento, as políticas públicas do desporto não surgiram. E, seguindo os ditames do Estado, também as autarquias foram postas na posição de olvidar orgânicas internas de conceção e promoção do desporto. Prevaleceu, deste modo, uma realidade que já vinha ocorrendo desde que a ideia dos *sports* foi introduzida em Portugal nas últimas décadas do século XIX.

Nesse tempo era necessário que grupos de cidadãos dessem um passo em frente na criação de coletividades desportivas o que, na maior parte das vezes, estava condenado ao fracasso dada a natureza aventureira, sem quaisquer perspectivas de consolidação, em que assentava o empreendimento. É relevante ter em conta que os poucos clubes que conseguiram estabelecer-se, por se tratar de agremiações orientadas para a competição formal na maior parte das vezes, limitavam mais do que ampliavam a participação da população. Foram, deste modo, a solução possível e, por isso, a solução acarinhada pelos amantes do desporto ao longo dos tempos.

No final do século XX, princípio do novo milénio, dando corpo a ideias que vinha debatendo no seu interior, o executivo municipal, de então, decidiu criar uma entidade com vista a encetar uma política municipal de desporto. Chamou-lhe Tempo Livre e organizou-a na forma de uma *régie* cooperativa, modo encontrado pela edilidade para promover uma espécie de associação com os operadores já

existentes, assim integrando-os também num projeto cujas ambições, à partida, se centravam no despertar das idades, ainda plásticas, para a prática de atividade física. Além da promoção da prática desportiva junto das escolas básicas do primeiro ciclo, passou a caber também à Tempo Livre a gestão dos equipamentos desportivos que a edilidade foi edificando, assim dando condições estruturais para a concretização de uma política municipal de desporto.



Logo Tempo Livre — 2001 (NetInedita)

Pode-se assim afirmar, sem correr o risco de errar, que o aparecimento da Tempo Livre veio colmatar uma falha ancestral na forma de abordar o fenómeno do desporto. Ao integrar uma série de preocupações, que entroncavam na ausência de espaços para a prática individual e informal da atividade física, a Tempo Livre não só interpretou as necessidades que atravessavam a comunidade vimaranense, como também constituiu uma forma inteligente de ultrapassar a impossibilidade técnica de uma Câmara Municipal dar vida a uma estrutura interna capaz de abordar um campo dominado por um estado de dinâmica permanente. A necessidade de maleabilidade gestonária capacitada para dar respostas rápidas, conjugada com a inevitabilidade de uma orgânica flexível e habilitada para a multidisciplinariedade de saberes desportivos, impunha um tipo de organização com características desvoltas e desobrigada dos embaraços próprios das entidades construídas sob sistemas rígidos.

Com o aparecimento da Tempo Livre ficou para trás a excessiva concentração nos clubes de futebol como solução mais facilitada para a prática de atividade física. Apesar dos muito bem-sucedidos exemplos de clubes dedicadas às sempiternas *modalidades amadoras* – outrora, inclusive, designados por *desportos pobres* –, a verdade é que estes clubes viram-se sempre obrigados a evoluírem na direção dos desportos coletivos para, desse modo, poderem entrar nos sistemas de competição e apresentarem razão de ser.

A Tempo Livre representa a introdução no meio vimaranense da possibilidade de prática de atividade física regular sustentada no gosto pessoal, na condição física e na disponibilidade de tempo de cada indivíduo. A sua existência democratiza o acesso dos cidadãos às propriedades de saudabilidade inerente a várias atividades apenas dependentes da vontade da pessoa para serem concretizadas, como

seja a natação, o atletismo, os desportos de *fitness* ou as práticas conjugadas de manutenção física, exercidas sem outro objetivo para além da necessidade humana de ser ativo na manutenção da sua energia vital.

Na sua qualidade de cooperativa de interesse público – ou *régie-cooperativa* –, em que se articulam duas naturezas resultante da associação entre pessoas coletivas de direito público e utentes dos bens e serviços produzidos, a Tempo Livre cumpriu ainda um outro papel assumindo-se como incubadora novas modalidades desportivas, assim permitindo o florescimento de novos clubes que, ao autonomizarem-se, passaram a operar nas áreas disciplinares a que se propuseram. A existência dos equipamentos estruturais, geridos pela Tempo Livre, passaram assim a funcionar como fatores de alavancagem no aparecimento de novas modalidades cumprindo-se, deste modo, o seu principal papel enquanto entidade paramunicipal de desporto: acolher cidadãos para a prática de atividade física e promover e ajudar a difundir o desporto como modo saudável de viver.

Nem tudo foram rosas na vida desta organização. Apesar de formada segundo o sentido estratégico de modo ao Município vimaranense executar ações económicas e empresariais específicas com vista a produzir bens públicos, a Lei 50 de 2012 de 31 de agosto – também conhecida por Lei Relvas – veio, numa primeira fase interpretativa, retirar as cooperativas de interesse público desta órbita de possibilidade. Desta forma, durante os anos de 2013 e 2014, a Tempo Livre, cooperativa de interesse público, viu-se na contingência de enfrentar a circunstância de não poder realizar o habitual contrato programa com a Câmara Municipal de Guimarães, deixando assim de poder contar com uma importante fatia do seu orçamento. Mais grave ainda foi a anulação tácita da sua razão de existir. Com a nova lei, o seu objeto pura e simplesmente tornou-se impossível de realizar. Com as alterações introduzidas pela Lei 114 de 2015 de 28 de agosto, a relação de possível contratualidade entre as Câmaras Municipais e as cooperativas de interesse público voltaram a ser normalizadas, dando por terminado um período em que a Tempo Livre viu ameaçada a sua estabilidade.

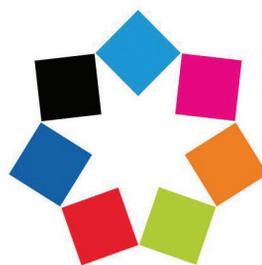
A dinâmica introduzida pela Tempo Livre alterou a noção de lazer na cidade de Guimarães. Se por um lado a atividade desportiva individual e informal, descomprometida com resultados competitivos, passou a ocupar a malha mental vimaranense, por outro, a existência de equipamentos estruturais extraordinários, nomeadamente as características moduláveis do Multiusos, canalizou para o espaço vimaranense um número nunca pensado de espetáculos, transformando o concelho numa geografia tecnicamente capacitada e amplamente reconhecida

para receber eventos de grande complexidade. Na passagem dos vinte anos da Tempo Livre, regista-se a realização, desde o ano 2001, de mais de 750 eventos, nos quais estiveram presentes cerca de três milhões de pessoas. Nesse período de tempo, a Tempo Livre, as suas instalações, eventos e atividades surgiram em quase 300 horas de televisão.

Metodologicamente este livro assenta no recurso a três técnicas e consequente triangulação entre si. Por um lado a verificação histórica dos antecedentes do desporto em Guimarães. No caso, exploram-se as notícias de jornais e o pensamento produzido durante o Séc.XX à volta do tema desporto. Este é também o espaço temporal em que a elite local exasperou para conseguir formar um clube onde fixar a identidade vimaranense. O papel primordial dos equipamentos na determinação de uma política desportiva mostra como todo o atraso vimaranense parte, essencialmente, umas vezes da inexistência, outras da escassez desses espaços estruturais fundamentais.

O recurso ao agitar da memória dos atores que, de um ou outro modo, estiveram na base da estruturação da política municipal de desporto em Guimarães, configura um outro recurso. Através da memória, recuperam-se os passos e interações não documentados que estiveram na origem da forma de conceber a Tempo Livre como cooperativa. É também com o agitar da memória que se confirmam as principais linhas de preocupação política que levaram até à concretização do projeto.

Os arquivos da cooperativa, desde a sua fundação até à atualidade, sustentam as informações internas de funcionamento da organização, ajudando a compreender tanto os passos encetados na sua consolidação assim como as criações surgidas no decurso da sua dinâmica e que, em grande medida, estão na base da sua imediata aceitação tanto junto da população consumidora de desporto como junto dos agentes desportivos nacionais.



TEMPO LIVRE
GUIMARÃES

Logo TempoLivre — 2007 (Martino & Jana)





02 A difícil introdução do desporto em Guimarães



2.1 O sport e o papel dos sports-man

No princípio a atividade designava-se *sports*, um vocábulo revelador de uma realidade importada do mundo britânico, demonstrador das intensas trocas comerciais entre Portugal e Inglaterra e que tinha nos têxteis e no Vinho do Porto motivo de sobra para que, nas idas e vindas, alguns indivíduos regressassem com as modas em voga na Velha Albion. Além das deslocações de empresários, a contratação de técnicos e encarregados têxteis em Inglaterra, contribuiu significativamente para a circulação e consolidação da ideia do desporto como forma de lazer.

O emprego recorrente da palavra inglesa *sports* revela também a distância do uso do correspondente português. Apesar da expressão *desporto* estar dicionarizada desde o século XV, a necessidade de recurso do vocábulo em inglês mostra como o seu significante se centrava mais na identificação de uma prática e não tanto no seu significado etimológico. Praticar *sports* designava atividades físicas usuais em Inglaterra desobedecendo, desse modo, à raiz da expressão francesa *desport* que havia ajudado a construir a palavra portuguesa *desporto*, certamente surgida para o mesmo fim, mas sem conseguir formar um ideário da prática que lhe desse as propriedades do *sports*.

Tal premissa sustenta e explica como o aparecimento, em Portugal, dos *sports-man* é a consequência direta da importação de hábitos vindos do exterior. A expressão *sports-man*, usada no século XIX, designava os homens que mais do que introduzir a atividade física nos seus hábitos, passavam não só a defender, como também a incentivar publicamente a organização de grupos direcionados para a prática de exercício corporal.

Os *sports-man* primavam pela escassez mas constituíam um grupo crente no reforço da sua posição por via do exercício físico. Como geralmente acontece aquando da alteração de hábitos, nomeadamente na procura de novidades distintas, quebra da rotina e introdução de emoções, são as elites a dar o passo em frente e a consolidar a descoberta inventiva como novo modo de vida. A prática de atividade física enquanto modo de ocupação dos tempos livres era, até então, um exercício apenas reconhecido pela elite viajada.

Mais do que um estatuto, o classificativo *sports-man* traduzia a introdução de um reconhecimento distintivo. Por um lado, constituíam uma raridade cuja atividade os remetia, na maior parte das vezes, para um quadro de excentricidade, logo de exceção.

Nesse particular, o recurso à atividade física sob forma de competição entre indivíduos nem sempre se revelava compreendido pelas classes populares. Em geral, o trabalho árduo e o reduzido espaço temporal liberto de trabalho que lhes restava, remetia o entendimento das práticas de atividade física para o lado dos atos bizarros, obviamente deslocados do sentido comum. O costumeiro ditava a contemplação como modo mais usual da passagem do tempo desocupado. Um tanto paradoxalmente, os comportamentos invulgares de atividade física da fidalguia introduziam, em simultâneo, um cunho peculiar ao próprio ato levando a que a atitude desportiva se transformasse numa exigência social com o decorrer do tempo.

A dinâmica no aparecimento de grupos organizados de prática de exercício revelado noutras paragens na transposição do Sec.XIX para o Sec.XX não teve o mesmo efeito em Guimarães. Pelo contrário, tratou-se de um processo muito lento que, apesar da vontade manifestada pela elite da época, expressa em vários apelos publicados na imprensa local, não conseguiu a emulação necessária capaz de catalisar a prática geral do *sports*, ou mesmo fazer nascer organizações cujo objetivo se orientasse para esses fins.

É possível que o atraso verificado na industrialização da região tenha sido o fator responsável por essa ausência. Como demonstram vários estudos, a realização da Exposição Industrial, inaugurada com a chegada do comboio a Guimarães em 1884, não só introduziu a perspectiva de progresso como criou um novo foco de exigência geral (Amaro das Neves, 2015). A necessidade de práticas desportivas segue esse sentido mas, tal como a Exposição Industrial necessitou da capacidade dos homens destacados da terra para ir avante, o aparecimento de organizações orientadas para a prática desportiva também apelava às classes altas para o passo em frente.

No final do século XIX as atividades mais próximas da ideia de desporto reportavam-se ao tiro aos pombos, corridas de cavalos e ciclismo. A destreza dos que acertavam no alvo eram pouco tributadas à ideia de *sports* tal como se observava. Faltava-lhe a atividade que sobrava ao esforço físico do cavalo. A ideia de *sport* concentrava-se mais na atividade física dos corpos e remetia para a prática de exercício realizado a partir de vontade própria como um hábito naturalizado e por corresponder a um processo reconhecidamente saudável. Tal como acontecera noutras paragens, o *sports* identificado na altura como capacitado para vir a captar o interesse geral denominava-se *foot-ball association*. O cariz coletivo, dinâmico e envolvente, entre técnica e capacidade atlética do jogo impulsionava os conhecedores para o seu desenvolvimento.

Por isso, não há dúvidas que as atividades de *sports* exigidas pelos escribas da imprensa vimaranense queriam, na realidade, dizer prática de *foot-ball*. É certo que a exigência da prática do ténis ou da esgrima surgiam diversas vezes nos discursos dos *sports-man*. As poucas referências à prática do boxe foram diminuindo gradualmente ao longo do tempo até desaparecerem por completo. Aduz-se o entendimento de que a atenção outrora dada ao boxe foi gradualmente desviada para o futebol, e que a classe empresarial ter-se-ia empenhado nessa alteração de sentido para, desse modo, manter os operários sob comando à distância. Ao contrário do boxe o futebol revela-se um desporto com mecanismos de controlo da excitação. Se o praticante usar força a menos é ultrapassado; se usar força a mais comete falta. De um e de outro modo prejudica a equipa (Elias & Dunning, 1992; Gonçalves, 2009).

Por outro lado, a fixação no futebol como uma das atividades mais atreitas ao exercício físico faz sentido: para além de ser o desporto com poucas regras e em grande destaque, os seus jogos tinham a particularidade de movimentar milhares de espetadores.

Em fevereiro de 1904 o jornal O Comércio de Guimarães dava conta da vontade de “alguns cavalheiros distintos pela sua posição social, aficionados a tudo o que seja *sport*” estarem a pensar “em montar brevemente nesta cidade estes jogos, tratando atualmente de adquirir terreno para esse fim”. E regozijava-se, incentivando com um desejo: “oxalá realizem em breve esse intento, pois é a primeira tentativa que em Guimarães se faz de exercícios físicos”. Esta declarada satisfação revela como, no início do século XX, o concelho vimaranense era atravessado por um acentuado atraso no aparecimento de vontades orientadas para a atividade física.

Além de aplaudida, toda a esperança para colmatar essa insuficiência era colocada junto da alta-roda local, uma espécie de motor capacitado para a introdução inovação social. O diagnóstico negativo da situação vimaranense resultava da comparação com a realidade de “quase todas as cidades do reino” onde, por essa altura, ao contrário da realidade local, se cultivava toda a “espécie de *sport* que, pela sua moderação e aplicação, produza efeitos salutareos ao organismo”. A notação correlacionada entre atividade física e a saúde demonstra até que ponto se formou, muito rapidamente, uma consciencialização dos benefícios da prática de exercício corporal. O aplaudir da “iniciativa” e a feitura de “votos para que o exemplo frutifique”, mais do que uma esperança, expressam um apelo multiplicador à ação dos indivíduos com capital com vista à introdução e incremento do exercício físico nos modos de vida costumeiros da cidade.

2.2 Experiências do *sport* - *foot-ball*, provas pedestres e ciclismo

A partir de diversos registos orais por si coletada e recurso a publicações variadas, Santos Simões (1995) empreendeu no conhecimento do futebol vimaranense desde as origens aos estádios. Assim confirmou que a intensa ligação vimaranense ao futebol “deve ter estado ligada à vinda de técnicos ingleses na década de 1890 para a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães”. A memória da presença de britânicos praticando *foot-ball* terá também sido notada por volta de 1902-1903 pelos funcionários da central elétrica *United Light and Power Supply*, proprietária da Companhia da Luz Eléctrica de Guimarães dirigida por Albert Cambers Hendall. Localizada nas imediações da igreja de Santos Passos, teria sido ali o local onde se deram os primeiros pontapés na bola, por terras vimaranenses. Além dessa vertente pioneira, ficava ali também marcada uma relação de proximidade e intimidade entre o trabalho e o uso do tempo livre, entretido com partidas de futebol junto às imediações fabris.

Nos anos subsequentes, logo após a implantação da República, o apelo aos jovens vimaranenses para o incremento de sports começou a produzir resultados.

A 13 de março de 1913 o semanário *Alvorada*, jornal do profícuo articulista vimaranense A.L. de Carvalho publica, sob o título Foote-Balle. Grupo Vimaraneense, um incomum apelo que parece destinado a funcionar como mote: "O 'Captain' do 2.º 'team', pede a comparência a todos os seus jogadores no domingo, 16 do corrente, pela 8 horas precisas, no 'Court' d'Atouguia, para um desafio que se realiza com o 1.º 'team' do mesmo Grupo. Guimarães, 13 de Março de 1913. O 'Captain' do 2.º 'team'.



Convocatória inserida no jornal *Alvorada* de 13 de março de 1913.

Esta inusitada forma de convocação demonstra o empenho na formação de uma associação de jogadores, algo que vinha sendo de difícil realização até aí. O recurso a uma notícia de jornal para o fazer comprova até que ponto se pretendia que a prática de desporto despertasse na região e se tornasse habitual. Confirma até que ponto a elite vimaranense arquitetava estratégias criativas para conseguir formar uma agremiação dedicada à prática dessa reconhecida atividade saudável. Mas deixa perceber também a dificuldade em reunir onze *players*, para o que seria sempre necessário o grupo ter de contar com um segundo *team* para ser levado avante um *match*. Perante a inexistência de uma outra agremiação local, apta para altercar num jogo, a existência das duas equipas numa mesma instituição revela a fórmula estratégica montada com o intuito de, pelo menos, provocar um *match*. Trata-se de passar das palavras à ação e, mais do que isso, de dar vida prática a uma série de vocábulos que ajudam a dar sentido às coisas.

A par com a introdução do jogo constitui-se um linguajar que, à falta de correspondente em português, incorpora os termos diretamente do inglês. Este recurso na construção do sentido e interesse geral pelo desporto despertou a atenção de (Amaro das Neves, 2015) que notou como o uso regular de termos como “*team, corner, penalty, shot*” se tornaram expressões correntes. “O objetivo era marcar *goals*, o resultado era o *score*. As equipas organizavam-se num sistema rígido: um *keeper*, dois *backs*, três *halfs* e cinco *forwards*. (...) As funções de treinador eram desempenhadas dentro do campo pelo *captain*. Os jogos eram arbitrados por *referees* (...)” e, no final o *match* jogado no *court* tinha um *score*. Falta dizer que o *mister* formava a equipa e que jogaria com os *players*. O *foot-ball* será assim escrito até à consagração do aporuguesado futebol, expressão que chegará apenas “na década de 1930”. Não sem antes passar por amplas discussões sobre várias possibilidades avançadas ‘como *bolapé, ludopédio, pedibola* ou o mais erudito *balípodo*’ (...). Nenhum vingaria. Simplesmente, aporuguesou-se a grafia da palavra inglesa. Ficou futebol” (Amaro das Neves, 2015).

A convocatória do *captain* Avelino Ferreira tem sequência com a realização de um *match* no dia 13 de março no *Court D’Atouguia*, uma área de terreno contíguo ao cemitério. Autores como Santos Simões e Amaro das Neves, que raparam o fundo do tacho da investigação documental desportiva vimaranense, concordam que se trata da memória do primeiro jogo de futebol realizado em Guimarães, ainda que informal. É certo que nessa altura já existiam relatos de moradores incomodados com o uso do espaço adjacente do cemitério por rapazes correndo atrás de uma

bola, assim não deixando os mortos dormir em paz. Neste caso trata-se de algo marcante. Realizar uma convocatória através de um anúncio de jornal demonstra a existência de algo antecipadamente pensado, nomeadamente subjaz uma ideia de organização pré-existente.

A luz sobre o *Foot-Ball – Grupo Vimaranesense* ficaria mais nítida com a descoberta de um conjunto de fotografias de Luis Souto publicadas na edição de 13 de setembro de 1913 do semanário *Ilustração Catholica* que, então, se editava em Braga. Essas fotos reportam o jogo do dia 13 de março de 1913 e demonstram que o aludido 1^o. team e o 2^o. team eram, na realidade, a divisão em dois grupos do *Sport Club Vimaranesense* para que, desse modo, se realizasse a contenda. Uma outra foto publicada na edição de 22 de novembro da *Ilustração Catholica* comprova-o. Para além de constituir a memória impressa mais antiga de uma partida de futebol, o jogo desse longínquo dia revela também o primeiro grupo de indivíduos que, de forma clara, apresentam uma intenção planeada de levar avante a constituição de uma organização capaz de promover a prática do desporto em geral por terras vimaranenses.

A notícia da edição de 17 de julho do jornal *Alvorada* ajuda a esclarecer a natureza eclética que se esconde atrás *Sport Club Vimaranesense*. Aproveitando o quadro festivo das tradicionais Gualterianas, os seus membros conseguem inserir um *Número Desportivo* no programa geral no qual é programada uma “corrida pedestre na encantadora montanha da Penha”. Como complemento e prova do ecletismo do clube propunha-se, em obediência ao estatuto da sua fundação orientada para “o desenvolvimento do sport em Guimarães”, realizar uma “corrida de bicicletas no dia 3 de agosto” nas “Grandiosas Festas Gualterianas”. Trata-se de um contributo do sport “para o luzimento da grande Festa da Cidade” mas, em simultâneo, de uma forma de tocar na vertente popular necessária ao incremento do desporto como algo de todos.

Não restam dúvidas que o *Grupo de Foot-Ball Vimaranesense* e *Sport Club Vimaranesense* constituíam, no fundo, uma ideia alicerçada no princípio de uma agremiação diversificada nas modalidades. Eclética, por assim dizer. O seu objetivo vai muito mais além do que o estímulo da prática do futebol, apesar de já nessa altura ser esse o sport mais amado. Dado que, por variadas geografias do país já havia o hábito informal de corridas pedestres, e o uso da bicicleta como meio de transporte fazer parte do quotidiano da generalidade do país, as modalidades de atletismo e ciclismo são imediatamente cooptadas para a estratégia de disseminação do desporto local.

Apesar de muitas vezes imaginadas, perde-se na memória a possível existência, anterior a 1913, de atividades relacionadas com corridas pedestres em Guimarães. O que é certo é que em 1914 o jornal *Alvorada*, dirigido pelo afamado articulista A.L.de Carvalho, dava conta de provas pedestres e de *cross* organizadas pelo Reitor do Liceu, ao que se julga orientadas para a participação dos alunos (Castro & Fernandes, 2013). A ausência de outras referências deixa perceber a possibilidade de estas provas terem aparecido como consequência do embrião lançado uns meses antes pelo *Sport Club Vimaranense*. É certo que o plano estabelecido pelo grupo almejava alargar esta prática para além das meras exigências escolares.

Deste modo a corrida pedestre na montanha da Penha inserida no programa das Gualterianas de 1913 avança destinada ao público em geral, no qual alguns são membros ativos do *Grupo Foot-Ball Vimaranense*. Da linha de partida saem oito atletas, convenientemente numerados, que galgam, em competição animosa, pleiteando entre si, os terrenos “da encantadora montanha da Penha”. Chegados ao fim da prova, esta tem como vencedor Gualdino Pereira enquanto Manuel Pina é o segundo classificado. Uma vez que ambos são também ativos praticantes da equipa de futebol fica demonstrado até que ponto o grupo estava empenhado numa rápida expansão do hábito das práticas desportivas.

2.3 As resistências vimaranenses ao sport

A primeira experiência levada a cabo pelo *Sport Club Vimaranense* consubstanciou-se num passeio recreativo ciclista à moda de então, mas um tanto mais alargado do habitual, realizado no dia 1 de junho de 1913. Com a adesão de “um grande número de aficionados deste género de Sport” as passagens por “Famalicão, Barcelos e Braga” acaba denominada “Circuito do Minho”⁽¹⁾, fruto de um inesperado sucesso, São noticiadas várias atividades do Club Vimaranense, como “passeios a Vizela, havendo também corridas entre Braga e Guimarães e circuitos que passavam por Santo Tirso e Póvoa de Lanhoso” (Castro & Fernandes, 2013, p. 77) que captam a atenção geral e levam à participação de muita gente.

Quem eram, de onde surgiram e como se gerou a motivação dos indivíduos que deram corpo à primeira agremiação desportiva vimaranense? Em 1964 António Augusto de Almeida Ferreira, “um homem que acompanhou desde muito novo a prática futebolística e outra” (Santos Simões, 1995, p. 12) desvelou um subsídio escrito para a compreensão deste grupo e, em consequência, para a história do desporto em Guimarães⁽²⁾:

A mocidade da primeira década desta época, aceitou com efusão o movimento desportivo que o renascer das novas Olimpíadas, ao fim do século passado, tinha espalhado pelo Mundo. A devoção pela cultura física criava por toda a parte adeptos e dedicados praticantes.

Nesse tempo, há meio século, existia o Café de José Maria, assim vulgarmente conhecido, instalado nos baixos de um dos edifícios aonde atualmente se encontra o “Stand” Luz, Força e Rádio, Junto da Casa Roberto, à Alameda. Nos andares superiores, havia o hotel avenida, do mesmo proprietário.

(...)

1 — Jornal O Comércio de Guimarães – edição de 10 de junho de 1913.

2 — Jornal Notícias de Guimarães – 26 de janeiro de 1964

Era este café frequentado pelos oficiais do Regimento 20 da Infantaria, de saudosíssima memória, e por uma plêiade de boémios em que a graça e a boa piada portuguesa tinha cultores eméritos, que ficaram célebres pelas suas brincadeiras e facécias.

(...)

Como não havia ainda sessões de cinema, nem rádio, nem televisão e espetáculos de teatro, só quando vinha até cá alguma companhia em “tournée”, e, para matar o tempo, jogava-se, discutia-se, política e fazia-se espírito, engendrando-se partidas em que a pilhéria, o chiste e a boa disposição combatiam o tédio e alimentavam em grande parte o ócio de muitos.

Era, portanto este, o ambiente preferido pela mocidade daquele tempo. Ali se reuniam, por 1913, os irmãos Gualdino, António e José Gilberto Pereira, sempre animosos e entusiastas; os irmãos Arlindo e Luis do Souto, filhos do dono do Café; os irmãos Casimiro e José Martins Fernandes; Roberto de Carvalho, que foi depois o maior radiologista português; Manuel Mendes de Oliveira, irmãos Sousa Pinto, Avelino (Ferreira) Meireles, António Almeida, José Matos, Eduardo Teixeira Mendes, Manuel Pires Maciel, José Gonçalves e outros mais que abraçaram com entusiasmo os desportos, criando um grupo que se dedicou à prática de exercícios físicos e organizando corridas pedestres e de bicicletas.⁽³⁾

Há, pois, dois fatores que se entroncam no chamamento destes rapazes para as orlas da prática desportiva. Por um lado a existência de uma espécie de movimento mundial à volta da atividade desportiva, renascido com a realização dos Jogos Olímpicos de 1896 e que viera introduzir uma espécie de apelo renovado assente nos benefícios do desporto, fossem eles físicos ou mentais. Neste caso não se deve olvidar que se tratava de um grupo de jovens ativos, dominados pela curiosidade do mundo e pelas experiências do novo. “Eram jovens, e, na sua grande maioria, vieram a ocupar posições relevantes na sociedade vimaranense, em diversos sectores de atividade. Entre eles, Alberto Vieira Braga, então com 21 anos, que viria a destacar-se pela sua muito relevante obra de historiador e etnógrafo, cuja produção maior levará o título de *Curiosidades de Guimarães*” (Amaro das Neves,

3 — Conforme transcrição em Santos Simões (1995)

2018). Eram atentos também. E percebiam que a atividade desportiva estava a instalar-se na sociedade ocidental, não só como moda de agitação do físico mas também como fenómeno social mais amplo, nomeadamente como modo de ocupação do tempo de lazer.

Por outro lado, tratava-se de um grupo cujo espaço livre se esgotava em façanhas intelectuais, recreativas e sedentárias, realizadas à volta de conversas de café e distrações pantomineiras, assim alimentando o ócio como forma de ocupar a mente. Ao que notou António Augusto de Almeida Ferreira, a quietação dos dias e a inatividade subjacente não eram suficientes ao ponto de saciar por completo a juventude daqueles dias, levando-os a procurar outras formas de ultrapassar o tédio. Não obstante toda a riqueza intelectual ali em fermento, sobravam energias aos corpos que, bem entendido, bem poderiam estar a ser despertados pelos excursos do olimpismo – cada vez mais repetidos – de incentivo à atividade física, centrados na divisa “mais rápido, mais alto e mais forte”.

Há um terceiro aspeto a considerar que se desloca das necessidades pessoais destes rapazes. À moda da terra, eles fermentavam num caldo bairrista que impõe exigências, nomeadamente, o de viver a cidade intensamente numa espécie de obrigação superlativa em relação a outras localidades. Em tempo de progresso por todo o mundo, o fraco ânimo local pelos desportos incomodava os espíritos de quem almejava manter o orgulho pela sua cidade. Tal como noutros setores, o esforço realizado por estes jovens em tornar o exercício numa atividade habitual e costumeira demonstra quanto a sociedade vimaranense estava dependente da dinâmica dos seus cidadãos mais esclarecidos. Demonstra também a distância a que se estava, nesse tempo, da expressão *políticas públicas do desporto*.



Grupo de Foot-Ball Vimaransense

De pé — José Ribeiro, Gualdino Pereira, Pereira Mendes, Alberto Castro, José Fernandes, Manuel Pires e Belmiro de Oliveira Sentados — Arlindo Souto, Casimiro Fernandes, António Pereira, António Abreu, Alberto Vieira [Braga] e Francisco Mendes.
(Santos Simões, 1995)

Gradualmente, a intensa presença de notícias sobre o *Sport Club Vimaransense* vão rareando até ao seu completo desaparecimento. É visível a ausência de atividade do grupo e, conseqüentemente, do esmorecer do *club*, o que constitui um retrocesso. A circunstância da ausência de qualquer prática referenciada revela quanto empenho terá havido daquele grupo para se dar relevância à existência de uma organização orientada para o exercício. Tratando-se, manifestamente, de gente da elite vimaranense, vislumbra-se a preocupação dos seus membros não só de constituição do grupo mas também de lhe dar visibilidade. Para além da publicação de notícias alusivas às atividades do *Sport Club Vimaransense*, a publicação de fotografias revela até que ponto os seus membros vestiram conscientemente o papel de *atores do sports*, assim pretendendo polarizar, a partir de si, e à volta de uma organização, uma imagem pública de um concelho interessado e apostado na prática desportiva.

Se se tiver em consideração uma dinâmica crescente da prática desportiva em Guimarães, há que assumir que a tentativa do grupo de 1913 não conseguiu frutificar na medida em que os seus atores desejavam. Simplesmente o *Sport Club Vimaranesense* desapareceu. As corridas pedestres e as provas ciclistas deixaram de poder contar com uma entidade capaz de organizar provas. Desse modo a ideia de ecletismo desportivo perdeu o seu espaço. Apenas o futebol, provavelmente fruto da força e relevância que já possuía, continuou o seu percurso. A 31 de março de 1914, O Comércio de Guimarães dava conta de uma partida de “*foot-ball*” realizada no Campo da Atouguia “entre o 3º *team* do Internato Municipal e o 2º. da Escola Académica” em que “ambos os *teams* se portaram com bravura, terminando com a vitória do Internato Municipal” (Santos Simões, 1995).

A participação de um rol de jogadores poderia indiciar um acrescido interesse pela prática desportiva mas, a particularidade do jogo seguinte ter sido reportado quase três anos depois revela o distanciamento a que os vimaranenses votavam o desporto. No caso, uns dias depois de 12 de novembro de 1916, o *Echos de Guimarães* dava conta de um *match* de *foot-ball* entre os primeiros *teams* que se haviam defrontado anteriormente. Desta vez a Escola Académica levou a melhor sobre o Internato Municipal vencendo a contenda por “4 *goals* contra dois”, levando a que os perdedores declarassem aquela disputa um mero jogo treino.

Embora a apreciação do articulista pautasse por uma visão analítica etnográfica apurada, confessando ter assistido a um jogo em que “de ambos os lados se lutou com provado e decido entusiasmo” sendo visível que “a alma dos rapazes vibrava num misto de generosidade e interesse”, a verdade é que esta verve jornalística continuava a ter reduzidas hipóteses de treino. Se o próximo embate entre estas equipas se voltou a dar em janeiro de 1917, o encontro seguinte teria de esperar até 24 de maio de 1919 para que a bola rolasse no campo da Atouguia. Ambas as partidas terminariam com vitórias do Internato Municipal, a primeira por 6 a 0 e a segunda por 4 a 2. O desejo para que o espetáculo desportivo estivesse mais presente é bem patente na forma como os jornais se entusiasmavam ao mínimo arreganho da moçarada: “parabéns, pois, a toda essa mocidade *sportista*, e o desejo de que nunca seja necessário o auxílio da ‘Cruz Vermelha’.

Aos jogos organizados segundo grupos mais ou menos informais ou representativos de instituições locais, sucederam-se também tentativas de reerguer o espírito da rapaziada de 1913. O Sporting Club Académico passa a constituir mais uma tentativa de emulação de uma organização capaz de organizar partidas de futebol. A possibilidade de poder contar com adversários externos

ao concelho surge como uma necessidade. Quando no dia 1 de janeiro de 1920, “perante uma assistência numerosa” o Sporting Club Académico joga e vence o Villanovense por 4 a 1, pensa-se estar perante uma nova realidade. Mas tudo não passa de mais uma falsa partida.

Tal como anteriormente acontecera, apesar de algumas tentativas, a ignescência do interesse pelo fenómeno desportivo não tem consequência. Os dias estão longe de serem ocupados pela dinâmica desportiva. Tal realidade acaba por despertar declarações de desabafo que, interpretando negativamente a relação dos vimaranenses com o espetáculo desportivo aliada à ausência de predisposição para o exercício físico, atribui à região um estado de desinteresse endémico, desinteresse esse creditado à indolência e apatia da juventude.

“Como o mais ínfimo soldado deste batalhão de rapazes que hoje, nas colunas deste jornal, abre cerrado fogo contra a APATIA E A INÉRCIA, tomo neste canto a trincheira, envidando os meus melhores esforços para bem servir a causa a que nos votamos. (...) Precisamos, rapazes da minha terra, de viver. A criminoso indolência a que nos temos entregado é absolutamente necessário que dê lugar à atividade e à ação (...) Guimarães vai sempre na retaguarda - triste é dizê-lo dos grandes movimentos. (Pro Vimarane, n.º. 3 julho de 1922)

Mais a mais, subsistia aqui uma incompreensão colhida na comparação com outras geografias e que, apesar de não expresso, não entroncava na identidade primogénita vimaranense.

Não há por esse país fora, cidade nem vila, que não tenha o seu Grupo Sportivo.

Porque o não temos nós?

Porque ao ar puro e saudável de um campo de foot-ball preferimos o ar enfezado e doentio de um café.

Porque em vez do exercício do ténis, do box e da esgrima, desejamos entregar-nos à malandrice, nas horas que o trabalho facultaria empregá-las em coisas que o nosso físico e o nosso espírito mais aproveitariam.

É necessário, absolutamente necessário, reagir. (Pro Vimarane, n.º. 3 julho de 1922)

A exigência do “Grupo Sportivo” já não era um exclusivo caso de uma necessidade para o físico mas também um caso de honra local. Não se tratava apenas da prática do desporto mas de demonstração de vitalidade e da crença no progresso da terra, cuja afirmação também se fazia com o aparecimento pelo menos de uma agremiação que pudesse ser representativa, se não da dinâmica na prática de exercício, pelo menos na capacidade de capacitar a sociedade local com os equipamentos necessários para que tal viesse a ocorrer. Ao avançar com o seu exemplo numa clara linguagem militar, como se de um soldado se tratasse, e como se de um exército se necessitasse, o articulista não só clama urgência aos seus conterrâneos como também injeta doses de empolgação por escrito a um “pequeno grupo de vontades”.

É preciso que se saiba que em Guimarães há uma mocidade que sente, uma mocidade que na senda do progresso quer viver. (...) Seguindo este pensamento, um pequeno grupo de rapazes, ou por outra, um pequeno grupo de vontades da nossa terra, trabalha afincadamente na organização de um Club Desportivo, que abranja todos os possíveis ramos do Sport, para o que procura já um campo apropriado. (...) (Pro Vimarane, nº. 3 julho de 1922)

O elencar das dificuldades do grupo surge na medida dos benefícios para a comunidade, estratégia à qual não escapa uma espécie de obrigação constituída à qual os indivíduos não podem fugir. Ademais, o propósito final é o de proceder à transformação e mudança de hábitos

Contam já com mil obstáculos, com mil contrariedades; todavia como chegassem à conclusão de que Guimarães precisa de um grupo desportivo; como chegassem a convencer-se de que além do valor que para Guimarães representa semelhante prova de progresso e de vida, é de incontestável valor físico, intelectual e moral; como se convenceram que podiam com isso metamorfosear-se os hábitos e pensamento da mocidade, estão dispostos a vencer todos os obstáculos, a contrariar as próprias contrariedades.

Um grupo que chega para vencer a letargia

Resumindo: querem trabalhar” (Pro Vimarane, nº. 3 julho de 1922)

Poderia este texto constituir apenas um desabafo de um articulista incomodado com o estado de coisas, querendo com tal escrito promover, tão-somente, uma comunicação à comunidade sobre as ideias de um grupo empenhado num objetivo preciso. Mas a edição de agosto do Pro Vimarane publica um texto de idêntico teor não só recorrendo às mesmas ideias mas, praticamente usando a mesma fraseologia, inclusive com repetição literal da parte final do texto. Esta segunda publicação parece querer obter uma maior incidência através do choque junto do leitor. É certo que se trata também do anúncio de uma coluna regular do Sport, “ou antes, o desenvolvimento físico por meio do Sport”. Os acrescentos à publicação original constituem, sem sombra de dúvidas, uma provocação cujo objetivo seria o de agitar as consciências.

2.4 Introdução do desporto no lazer

A vertente concorrencial entre cidades e vilas e o atraso da terra na introdução de novas variantes civilizacionais provocava o constrangimento das elites locais. Essa perspectiva é bem patente no tom de desosssego introduzido nos aludidos textos que, ao que tudo indica, constituem a antecâmara do ato fundador do que mais tarde viria a ser clube mais representativo dos vimaranenses. Uma breve análise fenomenológica ao texto permite constatar o quanto da noção do uso do tempo livre individual sob designios de utilidade atravessa as consciências de então. A persistente alusão ao modo de vida ocioso como fator negativo da existência revela o quanto a atividade física se sobrepunha como tendência geral. Acima da intenção fixava-se o princípio da transformação social e da construção do novel em obediência às metamorfoses introduzidas pelo progresso. Tratava-se então de fazer reverter para o *sport* o tempo liberto do trabalho, o tempo de lazer.

O nosso jornal trabalhado por novos e lido quase só por novos, não pode ser um jornal digno da época, digno dos rapazes que o lêem, se não acompanhasse esse grande movimento, que por todo o país vai tomando incremento dia a dia, se não pugnasse pelo seu desenvolvimento nesta terra.

Vamos fazer hoje na cidade de Guimarães, o que em outras terras já há muito se fez: defender e pregar o Sport, como o fazem os grandes e pequenos jornais, os diários e as revistas que lhe consagram páginas inteiras. Seguindo este pensamento, um pequeno grupo de rapazes, ou por outra, um pequeno grupo de vontades da nossa terra, trabalha afincadamente na organização de um Clube Desportivo, que abranja todos os possíveis ramos de Sport, para o que procura já um campo apropriado.

As dificuldades práticas verificadas numa espécie de lei de ferro do inamovível, com particular presença do exemplo do falhanço dos animosos do sport de 1913, permitia aos novos pioneiros um diagnóstico desagradável da descrença plantada em Guimarães. Em simultâneo, à análise social funcionava também com perspectiva amotinadora. Trata-se, por isso de uma estratégia engendrada a partir da provocação, com claro objetivo de impulsionar a quietude local.

Estamos a ouvir o leitor dizer por entre dentes: - Aqui em Guimarães não dá nada.

O rapaz de Guimarães — salvo raras e apreciáveis exceções — sofre dum mal terrível, dum defeito pernicioso e contagioso a espíritos menos fortes.

Esse mal, defeito ou doença, consiste na absoluta falta de confiança que em si próprio tem.

Não faz isto ou aquilo porque lhe “faltam os melhores elementos”; “se fosse fulano... agora nós que fazemos?” etc. etc., são frases que lhe ouvimos, quando se lhes vai falar em qualquer iniciativa.

É urgentíssimo cortar este mal pela raiz, é preciso que nos convençamos de que alguma coisa somos capazes de fazer.

É inadiável que se opere uma transformação radical nos costumes da mocidade.

Não se pode protelar esta vida de tascos e cafés.

É extremamente necessário que a indiferença ceda lugar à atenção que nos merecem assuntos da magnitude deste que vimos trabalhando.

Em Guimarães não dá nada!?...

Mas porquê?

Qual o motivo porque não dá em Guimarães e dá nas mais terras de Portugal?

Semelhante estribilho pois que assim se lhe pode chamar, só nos deprime nos envergonha.

Não seremos nós homens com vontade própria, rapazes da nossa terra!?

Não dá nada, por via da nossa indiferença.

Não dá nada, porque não quereis sacrificar o vosso comodismo, a vossa indolência, a vossa mandriússe enfim.

E no dia em que vos convencerdes que há-de dar, não duvideis do êxito final, que vos há-de satisfazer completamente

É assaz interessante tentar compreender que ordem de razão se impõe tanto às consciências ao ponto de as compelir no desiderato da atividade física como obrigação da totalidade? Como já se observou, até este ponto, a associação de indivíduos a tempo liberto e desocupado, tornava-os também disponíveis. A ideia de passatempo ganha aqui múltiplas formas, passando essas figurações diversas a disputarem a disponibilidade existente. No fundo era necessário criar ocupação para esse espaço de lazer de forma que tal não degenerasse em consequências sociais perniciosas.

A constituição do lazer como espaço virtuoso revertido para benefícios da condição humana está intimamente ligada às transformações decorrentes do processo da Revolução Industrial, nomeadamente ao recorte divisional do tempo produtivo. A ocupação permanente do artesão numa atividade, a todo o tempo, inscrita no seu corpo como obrigação profissional é substituída pelo aparecimento da jornada de trabalho limitada a um espaço temporal. Esta delimitação institui, no imediato, o espaço temporal de liberdade do indivíduo, entendendo-se a noção de liberdade aqui aposta como espaço de tempo desocupado de obrigações ligadas à sobrevivência.

O caso vimaranense segue a lógica instalada em praticamente todo o Vale do Ave, região onde vicissitudes próprias da industrialização reconfiguraram os sentidos dos usos do tempo sob perspetivas particularizadas. Neste caso a indústria instala-se como complemento da agricultura. Ao tempo de trabalho no campo acresce o tempo de trabalho na fábrica, assim alongando-se a jornada. Esta realidade não só ilude a noção clássica de divisão entre o tempo de trabalho (não disponível) e o tempo livre (disponível) como introduz uma perspetiva de trabalho em casa e trabalho fora de casa, significando esta fronteira, entre interior e exterior, uma libertação que não se traduzindo em lazer – na medida em que não se trata de tempo livre – introduz um sentido de emancipação.

Quadro conceptual do Tempo Livre

TEMPO	Não Disponível	Trabalho	Trabalho remunerado ou escola; Trabalho doméstico; Ocupações paralaborais.
		Obrigações não laborais	Necessidades biológicas básicas; Obrigações familiares; Obrigações sociais
	Disponível	Ocupações autoimpostas	Atividades religiosas; Atividades voluntárias de tipo social; Formação institucionalizada
		Tempo livre	Ocupações autotélicas; Tempo livre e desocupado; Ócio [lazer]

Fonte: Josué & Peñalba, 1993

Quando se pensa a ideia de lazer ressalta, no imediato, a necessidade da identificação do seu aparecimento histórico. Desse ponto de vista, é necessário manter presente que não é possível identificar um momento do nascimento do lazer. O lazer enquanto espaço de decência decorrente das consequências do processo civilizacional, e modo respeitável de viver a vida não teve, ao longo dos tempos, a mesma apreensão genérica que lhe atribui traços de conquista cultural e sentido de progresso do usufruto da sensibilidade humana. Na sua forma primária o lazer surge como o tempo de descanso do corpo. É, neste caso, uma imposição natural básica decorrente da necessidade de revitalização tanto do corpo como da mente.

Deste modo, o espaço de lazer não apresenta nem uma explicação linear ao longo dos tempos, nem suscita, a cada momento, uma medida como causa final. Mas, a todo o tempo, contém em si o apelo da existência, porquanto é nesse departamento que cada indivíduo tem a particularidade de se reconciliar consigo mesmo, seja no recolhimento interior, seja na expressão exteriorizada das suas ações de recreio (Cabeza, 2004).

Numa primeira fase histórica, a noção popular de lazer contrapõe-se ao entendimento do trabalho como função ordenadora do mundo. A perspetiva dominante, segundo o qual o espaço de lazer constitui-se, por um lado, como espaço desregulado e, por outro como tempo entendido apenas como possível para grupos definidos por recortes estatutários eméritos, remete a noção de lazer para um lugar de entendimento diferenciado.

Os traços de sofrimento adstritos ao trabalho apõem-se-lhe desde a sua origem etimológica: a expressão trabalho advém de *tripalium*, um instrumento romano de tortura usado como dispositivo de suplício aos indivíduos escravizados. A construção primitiva da ideia de trabalho traz assim acoplada uma naturalização do sofrimento. Desse ponto de vista revela incapacidade na introdução do espaço livre de trabalho como um espaço capacitado para a existência útil ao indivíduo.

Entregue às suas necessidades mais básicas relacionadas com a sobrevivência, o tempo livre interliga-se diretamente com a indispensabilidade fisiológica, funcionando desse modo como período de recuperação das energias do corpo com vista à sua reutilização enquanto dispositivo produtor. Neste quadro, viver

do lazer é viver excluído do sofrimento necessário a que todo o indivíduo está obrigado como contributo solidário para com a ordem do mundo. Uma vez que esse contributo faz-se através do ato laborioso, ressalta a noção de martírio do qual resulta uma ética do sofrimento. Trata-se assim de um tempo histórico em que o lazer é compreendido como ociosidade.

Deve-se todavia distinguir ociosidade de *ócio*. Enquanto ociosidade revela o uso do tempo pelo desinteresse – preguiça, por exemplo – o *ócio* contém uma noção potencial de criatividade. Desse modo o *ócio* pode ser produtivo, o que o interliga com a noção de lazer. O *ócio* [lazer] é um conjunto de ocupações a que um indivíduo pode entregar-se de maneira completamente voluntária depois de se ter “libertado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais, para descansar, para divertir-se, para desenvolver as suas informações ou a sua formação desinteressada, ou para participar voluntariamente na vida social da sua comunidade” (Cabeza, 2004).

O reconhecimento efetuado pelo texto do Pro Vimarane dá conta de uma observada predisposição genérica da juventude de então para a ociosidade. A certeza de uma juventude desinteressada, pouco dada a esforços, remetida ao destino circunstancial e inevitável, formam os ingredientes para um apelo ao arrojo e à insubordinação dos costumes. É a partir de um movimento orientado para uma rebelião, um corte com a apatia e ausência de paixão, a redundar praticamente numa convocação revolucionária que se presta a instalação de um novel apego social centrado na introdução das qualidades do sport como fulcro dos interesses da juventude vimaranense. É assim, numa espécie de parto difícil, quase a ferros, mas num brado como que a rasgar o ventre, que nasce um empreendimento, uns meses mais tarde, consubstanciado numa agremiação que se tornará no futuro numa divisa seguida por milhares de pessoas: o Vitória Sport Club⁽⁴⁾.

4 — Não tem este texto qualquer finalidade de estudo sobre o Vitória Sport Club, pelo que alusão aqui feita deve ser entendida no quadro do objeto fundamental deste livro, ou seja, compreender os passos dispersos nas tentativas fragmentadas de ordenação da atividade física até à instalação de uma entidade municipal capacitada para esse fim.

2.5 Consequências da carência de infraestruturas

Como já atrás foi referido o primeiro campo jogos – ou *court* à moda de então – para as partidas informais situou-se na Atouguia, circunstância que era do desagarrado geral. Excetuando os praticantes e aficionados, ninguém via com bons olhos haver o divertimento no “largo do cemitério que é como que o prolongamento do Campo Santo. Não queiramos perturbar o sono eterno dos mortos... Deixá-los dormir, para que lhes não chegue qualquer eco das misérias que por cá vão”⁽⁵⁾. É, todavia, aqui que o Vitória, à falta de outro local, realiza o seu primeiro jogo contra o Maçarico Sport Club da Póvoa de Varzim⁽⁶⁾.

Apesar de, amiúde, ocorrer uma ou outra partida de futebol por grupos efémeros que apareciam e desapareciam, a realidade desportiva vimaranense esteve, durante longo tempo, dominada por fatores estruturais, nomeadamente falta de equipamentos desportivos. A inexistência de locais de estilo, objetivamente construídos com a finalidade de prática desportiva, alongou-se até 1923, ano em que aparece o primeiro campo de futebol em Guimarães.

O primeiro recinto de futebol, constituído como tal, foi construído no cimo dos Palheiros e “homenagearia um distinto *sportman* vimaranense, o cavaleiro José Martins de Queirós Montenegro (Minotes), falecido em 1906” (Amaro das Neves, 2015). Na realidade tratou-se da adaptação de um espaço preparado para provas de hipismo durante as Gualterianas de 1923 e que, por sugestão do jornal *A Razão* tomaria forma de local para a prática futebolística. Foi inaugurado em 27 de janeiro de 1924. Tratou-se contudo de um equipamento de pouca duração, uma vez que apenas se lá jogaram 11 jogos e todos amigáveis. Em 22 de setembro de 1934 o jornal *Notícias de Guimarães* dava conta que o seu proprietário resolvera demolir as bancadas e vedar o terreno para aí construir a sua residência.

Guimarães sem campo de jogos mais uma vez. Parecia sina. Nessa altura, é preciso ter em consideração que pululavam grupos de futebol pela terra. Seguindo princípio de “não há fome que não dê em fartura”, o espectro desportivo viajara rapidamente da escassez para avantajado. De repente nascera “o grupo do Regime de Infância 20, o Académico, a Escola Académica, o Colégio Académico,

5 — Ecos de Guimarães – edição de 15.10.1922

6 — Notícias posteriores vieram corrigir a informação, afirmando que a equipa que se apresentara era, na realidade, uma seleção da Póvoa de Varzim uma vez que teriam aparecido alinhado jogadores de “todos os clubs da referida vila, os quais venceram por 4-1.”

o União, o Alegria, o Atlético, o Vasco da Gama, os Caçadores das Taipas e, em Vizela, o Portuguesito, o Estrela, o Sport” (Amaro das Neves, 2015)

Desta vez foi, todavia, sol de pouca dura. A inauguração do Campo da Perdiz deu-se no dia 7 de junho de 1925 (Castro & Fernandes, 2013). Uns meses antes, a 2 de maio, o Club Caçadores das Taipas inaugurara também “um magnífico Campo de Jogos”⁽⁷⁾. Com o Campo da Perdiz parecia estar definitivamente resolvido o problema de um recinto para a prática desportiva em Guimarães. Mas cedo o problema da falta de campo voltaria a aparecer: “a utilização do Campo da Perdiz cedo se revelou demasiado onerosa para os frágeis cofres do clube” (Amaro das Neves, 2015).

A par com desentendimentos entre os seus sócios, a falta de um recinto desportivo levou o Vitoria Sport Club a um interregno na atividade de atividade entre 1927 e 1932, inclusive afastando-se das competições oficiais futebol. No meio de variadas razões o clube definhou até praticamente ser dado como liquidado. A sua reorganização ir-se-á dar à volta de um novo espaço situado entre a Casa do Proposto e a Escola Industrial. Este regresso fica a dever-se à ação direta de Carlos Machado “que a expensas suas, aluga e inicia obras no Campo do Benlhevai”⁽⁸⁾. A inauguração dá-se a 24 de janeiro de 1932 numa partida com o Sport Comércio e Salgueiros, saindo o Vitória derrotado por 6 a 1. Um dado esquecido, mas significativo, vislumbrado por Raul Rocha (1997), revela que Carlos Machado, o homem que avançou para reavivar o club vimaranense era um operário especializado. Situa-se neste passo uma marca que haveria de atravessar o futuro do Vitória a partir daí, dando à coletividade a configuração sustentada numa espécie de aliança entre industriais e operários.

A injeção de vida ao Vitória não faz esquecer os anos de agonia do clube. Amaro das Neves encontra no jornal republicano ‘A Razão’ um centro de debates à volta de uma questão que o passar dos anos parecia ter feito esquecer: “como compreender o constante progresso do desporto em todo o nosso país e como permitir a sua decadência em Guimarães?”— perguntava-se. A verdade, nua e crua tinha as linhas da simplicidade: “quando em toda-a-parte, no país como no estrangeiro, nos grandes centros como nas mais humildes terreolas, o sport avança e progride, embora à custa de sacrifícios por vezes bem pesados, Guimarães que teve também já um período de relativo progresso desportivo,

7 — Ecos de Guimarães – edição de 22.08.1925

8 — Notícias de Guimarães – edição de 22.09.1964

recua, cede terreno, e entra numa fase regressiva inexplicável”. Não estava em causa os enormes sacrifícios de uma meia dúzia de empresários. A questão, de todo em todo, parecia não se centrar aí. De acordo com o jornal “não bastava que a direção do Vitória se desse por satisfeita em pôr dinheiro do seu bolso. Impunha-se o apoio dos poderes públicos, nomeadamente da Câmara Municipal, à imagem do que se via acontecer noutras terras”. Esta visão e este tipo de apelo ao município, inabitual nos apelos anteriores ao desenvolvimento do desporto, introduz uma novidade que desloca a concretização do projeto desportivo local, exclusivamente atribuído, até aí, à associação de indivíduos entre si, remetendo a responsabilidade para a administração pública local.

Foi necessário esperar até janeiro de 1927 para que surgissem vozes sugerindo que o desporto era muito mais do que o desejo de uma série de aficionados. Desse modo, não cabia apenas à vontade popular procurar soluções para o problema da instauração dos hábitos de desporto em Guimarães. Através do caso do Vitória, a consciência social de então dava-se conta de estar perante um problema de sustentação, inclusive, de orientação coletiva quanto ao desporto.

O esgotar do Campo Benlhevai demonstra bem o princípio de vivência segundo a urgência. É certo que a explicação para as insuficiências do campo se prendem com o desempenho vitoriano ao longo de praticamente uma década, nomeadamente com a ascensão ao Nacional 1^a. Divisão na época 1941/1942. “Pequeno e sem condições”, o Vitória foi pressionado para resolver o problema do Benlhevai, chegando ao ponto de praticamente ser proibido e aí jogar. O Campo da Amorosa seria assim construído em tempo record sendo inaugurado em 13 de janeiro de 1946 (Castro & Fernandes, 2013). A 3 de janeiro de 1965 era finalmente inaugurado o Estádio Municipal de Guimarães que, para além de futebol, queria responder a uma ideia de política de desporto concelhio, pelo que a sua configuração respondia às medidas olímpicas, incluindo pista de atletismo.

Nomeadamente no respeitante a construção de infraestruturas, observou-se a relação contraditória, durante um largo período, de um estado de carência quase absoluta. A ausência de integração do desporto nas decisões públicas tornou-se notória ficando a resposta aos clubes e associações locais. Durante muito tempo, o desejado impulsionamento, tão almejado por um bom naipe de pessoas, teria de contar, acima de tudo, com a boa vontade e a carolice para seguir em frente. Mais

a mais, as dificuldades de implementação de qualquer modalidade desportiva em Guimarães esteve sempre muito limitada pela inexistência de equipamentos desportivos, nomeadamente recintos para a sua prática. Alguns exemplos, como a patinagem, impõem-se rapidamente porque aparece o rink das Taipas, inaugurado no dia 12 de junho de 1938. Tal circunstância leva a que, além do Turismo Hóquei Club das Taipas, o Vitória SC demonstre a sua natureza eclética com a criação de uma secção de Hóquei em Patins.

A partir dos finais da década de 1940, foram gradualmente introduzidas novas modalidades desportivas. O voleibol surge à cabeça. Praticado no Liceu e na Escola Comercial e Industrial, seria todavia o Desportivo Francisco de Holanda e o Círculo Arte e Recreio a promover a modalidade em competições públicas. A atividade desse desporto acontece, por essa altura, no rink da Amorosa – inaugurado em 1952 – único espaço disponível para a sua prática. O facto de ser ao ar livre impede muitas vezes que partidas agendadas se realizem. É o caso do “Festival dos Desportos Pobres” realizado pelo CAR a 10 de junho de 1961 que já havia sido “adiado há meses por força do mau tempo” (Castro & Fernandes, 2013).

A expressão “desporto pobre” é bem elucidativa dos classificativos à época. Trata-se de atividades desportivas tradicionalmente realizadas em espaços fechados, o que à data não passava pela cabeça de ninguém, sequer como possibilidade. Dessa categoria faz parte o basquetebol, desporto coletivo que apesar de ténues experiências só vingaria em Guimarães a partir da década de 1980. A experiência do basquetebol é, todavia, bem elucidativa da vontade local em fazer avançar práticas desportivas diferenciadas. A primeira demonstração vimaranense realiza-se, em 1933, no Campo Benlhevai antes de um jogo de futebol “entre a equipa principal e as reservas do SC Braga” (Castro & Fernandes, 2013). Considerando que o basquetebol nasceu nos Estados Unidos como desporto para ocupar alunos no inverno e, pelas suas características particulares de sucessivo batimento da bola – de prática obrigatória em piso liso regular – é difícil imaginar um jogo desta modalidade executado em terra batida. Na década de 1960 tanto o CAR como o DFH tentam, sem sucesso, impulsionar a modalidade. A falta de envolvimento e de resultados positivos praticamente extingue a modalidade.

Tal como o basquetebol, o andebol – na sua versão jogado em campo com 11 jogadores – também ele um “desporto pobre”, não seduziu por aí além na sua primeira exibição em 1933 (Castro & Fernandes, 2013). Quase trinta anos depois, já na década de 1960, o CAR e o DFH investiriam em força na modalidade, seguindo-se posteriormente o Vitória SC no incrementar da modalidade. Vivendo com as idiossincrasias próprias da disputa ao ar livre, nomeadamente limitados aos humores do tempo, a generalidade dos jogos disputava-se no rinquê da Amorosa durante a primeira metade da década.

A necessidade de um recinto fechado que albergasse as atividades desportivas, em afirmação por toda a Europa como desportos de pavilhão, impunha-se em toda a linha. As boas vontades vimaranenses faziam o que podiam para o desenvolvimento da atividade desportiva. A sobrevivência das diversas secções em agremiações como Desportivo Francisco de Holanda (DFH), Vitória SC, Círculo de Arte e Recreio (CAR), Fermentões ou Académico de Guimarães viviam do empenho de variados agentes individuais, trabalhando abnegada e desinteressadamente.

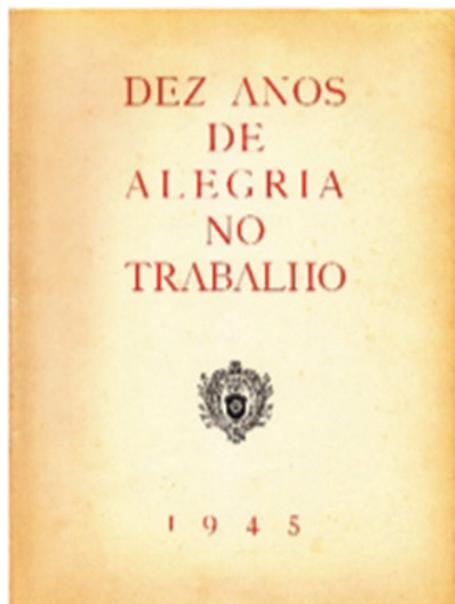
Um pouco como estava o ocorrer na Alemanha e Itália, em 1935 surgiu em Portugal a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), instituição vincadamente marcada pelo corporativismo do Estado Novo. O seu objetivo expresso no primeiro artigo da sua constituição não podia ser mais claro: “aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e material”.

O desporto era um dos campos mais explorados pelo Estado Novo para dar largas à implementação ideológica. Nesse aspeto, a FNAT constituía uma das mais apuradas tecnologias de obediência. Estas, por sua vez, operavam como um dispositivo ético (Martins, 1990). Desse modo expectava-se que a prática de educação física contribuiria para “criar o sentimento de ordem, gerando um efeito ‘calmante sobre os temperamentos coléricos e indisciplinados”’.

Em 1945 a FNAT festejava os “Dez anos de Alegria no Trabalho” glorificando-se pelo trabalho realizado. Afirmava que a necessidade da atividade física plantada nos espíritos “afastava os operários do atrativo da taberna”, sendo a crença no desporto “uma das armas mais eficazes para combater o alcoolismo, um dos males que tanto tem prejudicado a saúde da gente portuguesa”. E acrescentava o relatório: “o absentismo obrigatório ou voluntário não resiste à tentação, nem a juramentos. Mas o desportista que bebe sente que perde rapidamente a sua elasticidade e reconhece no álcool o seu pior inimigo. Este prazer da elasticidade que é a base de todas as possibilidades em desporto, é tão grato ao desportista que para conservar e melhorar a sua forma o leva a abster-se voluntariamente. Muitos têm sido os casos de abstencionismo entre os praticantes do desporto”. O desporto, apresentado como tecnologia de controlo e de alinhamento reto nos ditames da ditadura salazarista revela-se aqui em todo o seu esplendor.

Em Guimarães, embora o desporto escolar sinalizasse alguma presença, a realidade quanto à atividade física “do trabalhador” presta-se a “um deserto autêntico” afirmava o Notícias de Guimarães de 30 de outubro de 1966. O princípio da alegria no trabalho como um objetivo orientado por ações determinadas, inclusive planeadas e perspectivadas de acordo com uma certa eficácia diretiva, vigoravam como a expressão de uma autoridade invisivelmente presente.

E, mostrando como o tema se encontrava então na ordem no dia, cita o livro “A Educação Física e o Trabalho” de “Américo Fonseca”: “está provado que a ginástica, os jogos e os desportos exercitam racionalmente a resistência orgânica aos vários tipos de esforço, permitindo um desenvolvimento harmónico e equilibrado o que melhora a tolerância a todas as formas de trabalho. Constituem, também, um derivativo atraente que quebra a monotonia que a profissão pode provocar e compensa as atitudes defeituosas impostas pela atividade ocupacional”. E reforçava “(...) O rendimento qualificativo e quantitativo do trabalho pode ser, assim, aumentado pela educação física, quando regrada e bem conduzida” (...).



Assim, concluía, “as empresas não podem deixar de interessar-se pelo modo usual de ocupação dos lazeres, visto que o trabalhador se arrisca a ser conduzido para gastos de energia e de proventos que só contribuem a sua ruína e refletem no desnível da produção do trabalho profissional. Trata-se de uma verdadeira ação social que não pode deixar-se ao arbítrio de uns quantos entusiastas. A sua condução tem de ser cuidada”. Isto é, os princípios da gestão desportiva do Estado Novo estabeleciam a atividade física como uma de forma de controlo do tempo de lazer dos trabalhadores de modo a não permitir espaços de liberdade. Mais do que preocupação pelos descuidos a fórmula encerra a perspetiva do uso do desporto como tecnologia inspetiva de vigilância e controlo.

Embora a presença dos ditames da manipulação da atividade física como modo de afirmação e enraizamento do sistema político, esta não conseguiu o mesmo efeito em todo o país. Aparentemente o concelho vimaranense tinha outras necessidades, inclusive um tanto mais prementes, que se situavam ao nível dos equipamentos. Uma longa história de tentativas de introduzir o reconhecimento dos benefícios das práticas desportivas entroncava não só na malha mental local, atávica, como também a falta de espaços adequados não convidavam nem estimulavam a juventude. Não obstante, gradualmente, o caminho ia-se fazendo. É nesse quadro que todos reconhecem a necessidade de, pelo menos, um pavilhão gimnodesportivo habilitado a funcionar como local capaz de responder mais à aplicação das diretrizes do sistema, do que uma intrínseca preocupação na resolução de problemas de índole prática.



2.6 O primeiro pavilhão gimnodesportivo

Na entrada da década de 1960 o problema da necessidade do pavilhão era manifesto em vários aspetos da vida desportiva cidadina. As modalidades amadoras haviam atingido alguma atividade e as disputas nos campeonatos distritais do voleibol e andebol do CAR, DFH e Vitória Sport Club, ocorriam todos no rinque da amorosa. No período invernosu tornava-se habitual o adiamento de jogos com todos os transtornos que tal acarretava, principalmente quando o adversário era exterior. Mas havia outras razões. Nomeadamente a ginástica.

Esta modalidade tornara-se muito apreciada em Portugal pela adoção que o Estado Novo dela fizera para a usar na vertente propagandística do higienismo, mental e físico, do qual a Mocidade Portuguesa era a mais digna representante. O articulista habitual do Notícias de Guimarães que assinava A.S. explicava o que higienismo queria dizer: “hábitos de disciplina, na atuação e no comportamento das práticas físicas, tornando inaceitáveis os aspectos negativos, como a deslealdade, a falta de espírito de grupo; de persistência”⁽⁹⁾, significando assim princípios que os praticantes deviam levar à risca como forma de tornar “inadmissíveis a irresponsabilidade, a mentira, as declarações de dúvida, etc”. Além disso, o efeito cénico proporcionado pelos ginastas nos desfiles de celebração do regime provocavam não só uma atração como promoviam a psicologia da beleza dos corpos em movimento ordeiro. Exigia-se por isso que se resolvesse o problema da ginástica na medida em que esta modalidade continuava “a apoquentar aqueles poucos que se interessam pelo desporto para além do futebol e das competiçõezinhas [sic], que pouco interesse têm para o aperfeiçoamento físico das populações”⁽¹⁰⁾ – uma clara alusão ao afastamento da educação pela competição e defesa de uma educação desportiva orientada para a submissão do corpo como forma de submissão do espírito.

9 — Notícias de Guimarães – edição de 13 de junho de 1966

10 — Notícias de Guimarães – edição de 6 de fevereiro de 1966

E, estando a ginástica local muito desamparada, numa região com “tão poucos ginásios”, impunha-se o regozijo pela “construção de pavilhão de desportos pela FNAT”, cuja inauguração fica prometida para maio de 1967, um ano após a adjudicação.



**Campeonatos Universitarios de Basquetebol Feminino
Coimbra vs Lourenço Marques
24 abril 1971**

De repente o júbilo ecoava por, finalmente, o concelho passar a contar com dois equipamentos essenciais ao desenvolvimento do desporto: o estádio municipal – então em fase adiantada – e o novel “ginásio”, obras que “concretizarão um trabalho em profundidade no desenvolvimento da educação física (...) desde que a sua utilização seja facultada a todos os atletas e agremiações que deles tenham necessidade”⁽¹¹⁾. Se, por um lado, ao estádio exigia-se que servisse mais do que futebol, ao pavilhão desejava-se que fosse de utilização universal⁽¹²⁾, isto é, que as suas medidas proporcionassem a prática de todos os desportos amadores.

O pavilhão gimnodesportivo da FNAT foi inaugurado no dia 23 de setembro de 1967 pelo chefe de Estado Américo Tomás que se fez acompanhar por um séquito de figuras relevantes do governo, nomeadamente os ministros da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles, e das Corporações e Previdência Social, José Proença. O acontecimento afigurou-se de importância tal ao ponto de contar com

11 — Notícias de Guimarães – edição de 20 de março de 1966

12 — Segundo o Notícia de Guimarães de 17 de julho de 1966, corria a notícia, ou o “boato”, que punha “em dúvida a universalidade da sua futura utilização”

a presença de presidentes de Câmaras vizinhas, como Fafe, Famalicão e Amares. Havia deputados da nação, como Duarte Amaral e não faltavam as altas figuras da igreja como o Arcebispo de Braga D. António Ribeiro e o Prior da Colegiada, Monsenhor Araújo Costa. Bento Parreira do Amaral, presidente da FNAT deu uma novidade: “este é primeiro pavilhão gimnodesportivo mandado construir com dinheiros do Totobola. (...) em colaboração com o Fundo Fomento do Desporto. O seu custo foi de 3 mil contos e o seu apetrechamento de 550 contos. Dele se poderão utilizar todos os desportistas de Guimarães e sem termo, que não apenas os trabalhadores e associados da FNAT. Na verdade, e procurando tirar do investimento feito o máximo rendimento desportivo através da máxima utilização, poderão utilizá-lo tanto o desporto escolar como o desporto federado (...)”. A reportagem do Notícias de Guimarães dá conta de “um brilhante e animado festival desportivo” em que a assistência, numerosa e distinta (...) teve oportunidade de presenciar demonstrações de várias modalidades atléticas como o basquetebol, voleibol, andebol de sete, jogo de pau por elementos da freguesia de Silvares (concelho de Fafe), e a exibição, para rematar do Grupo Folclórico da Corredoura, que forma premiados, muito justamente, com calorosas aclamações”⁽¹³⁾.

A inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo de Guimarães como que marca um a fronteira na existência de infraestruturas capacitadas para, verdadeiramente se dar a prática desportiva sem os constrangimentos a que a prática desportiva estava votada. Doravante equipas de vários escalões etários tando do DFH, como do Vitória, como do CAR, passarão a evoluir neste espaço.

Com a abertura do pavilhão à comunidade desportiva, a memória da cidade guarda a introdução de um quadro no quotidiano que rapidamente se naturaliza como habitual. Os fluxos de jovens entrando e saindo funcionam como um novo marcador do espaço e do tempo urbano. A partir das noites de sexta-feira o pavilhão entra em fins-de-semana quase ininterruptos de competições de modalidades várias. A porta de acesso às bancadas, quase permanentemente aberta, cria o hábito de ali se espreitar, a todo o momento, espetáculos desportivos gratuitos. Por lá passarão gerações sucessivas de desportistas que praticamente farão daquele recinto uma espécie de segundo lar.

13 — Notícias de Guimarães – edição de 30 de setembro de 1967

O aparecimento do Pavilhão Gimnodesportivo vimaranense promove um despertar de áreas mais periféricas da cidade para o desporto. Dois casos paradigmáticos que também denotam a dinâmica da consciência social e empresarial são os casos da empresa Coelima e do aparecimento do Centro Cultural e Recreativo (CCR) de Fermentões. No primeiro caso, e fruto de políticas sociais que havia introduzido na sua cultura, a Coelima, empresa têxtil de Pevidém, transformou um armazém de ramas de algodão num pavilhão destinado a funcionar como espaço para as atividades de cultura e desporto. Esta transformação surge na sequência da formação do Centro Cultural e Desportivo (CCD) da Coelima. Criado em 1963 para proporcionar a criação de atividades de lazer e responder à legislação que lhe impunha a criação de um CAT (Centro de Alegria no Trabalho) aos seus trabalhadores.

Por seu lado, o caso do CCR de Fermentões revela a dinâmica que se fora introduzindo em tempos de mudança. Constituído informalmente em 1963 como grupo de teatro, evoluirá posteriormente para outras áreas, como música, folclore, atletismo. Dadas as limitações de associação impostas pelo regime de então, o CCR de Fermentões operará durante muitos anos sem estatutos aprovados, apesar de entregues no Governo Civil de Braga. Em 1973 é integrado na Casa do Povo das Caldas das Taipas, passando desse modo a ter existência tecno-legal.

É nessa altura que passará a contar com uma equipa de voleibol feminino e uma equipa de andebol masculino. Estas duas modalidades aparecidas no CCR de Fermentões têm a particularidade de aí serem acolhidas vindas de duas empresas. A secção de andebol transitou da Fábrica de Calçado Campeão Português trazendo consigo o treinador Ricardo Paredes enquanto o voleibol constituiu-se a partir dos atletas da equipa XAVI – António Xavier & Filhos, Lda. – impulsionada pelo treinador José Mesquita. Esta transição mostra como os Centros de Alegria no Trabalho tinham deixado de ser uma obrigação das empresas. Em simultâneo demonstra também alguma dinâmica em formação da sociedade portuguesa.

Até aí as equipas de voleibol e de andebol treinavam, e jogavam, no Pavilhão do FNAT, na Cidade de Guimarães, o que não era nada confortável. Explica Manuel Ferreira, dinamizador da coletividade, que depois da Revolução do 25 de Abril de

1974 o CCR de Fermentões, já devidamente legalizado, enquadrou-se nas novas dinâmicas de desenvolvimento Comunitário, o que permitiu dar novos passos, que haveriam de conduzir à criação da Casa do Povo de Fermentões, o que aconteceu, precisamente, em 29 de Janeiro de 1977. Daí que, quando em 1976, surgiu a oportunidade de se avançar com a construção do Centro Comunitário de Fermentões, com projeto financiado, pelo PIDDAC, no Orçamento do Estado, a primeira opção foi pela construção do Pavilhão Gimnodesportivo. E, uma vez construído o pavilhão, os treinos e os jogos das equipas do voleibol e do andebol do CCRF passaram a realizar-se no Pavilhão de Fermentões. Deste modo, para além do então Pavilhão da FNAT, a Freguesia de Fermentões passou a contar, também, com o seu equipamento desportivo, os únicos que, à altura, existiam no Município de Guimarães.

No mandato autárquico 1980/1982, presidido por António Xavier e com Manuel Ferreira como vereador do pelouro da Cultura, Desporto, Assuntos Sociais, Turismo e Dinamização Empresarial, surgiu a pretensão do DFH para a construção do seu próprio pavilhão. Na Câmara Municipal havia a intenção de se construir um gimnodesportivo em Creixomil que, por um lado serviria a Escola EB 2,3 e, por outro, funcionaria como a casa de jogos e treinos do DFH. Mas o clube escolar pretendia um edifício seu, no centro da cidade. Mais a mais havia o exemplo do CCR de Fermentões, agremiação muito mais jovem e sem o historial do DFH, proprietário do seu espaço desportivo. Com a cedência pelo município de um terreno junto ao Estádio Municipal iniciou-se, em 1984 a construção do atual Pavilhão do DFH. Entre desistências, falências e impossibilidades de construtores, a que se seguiu um ror de peripécias, o pavilhão do DFH acabaria por ser inaugurado por Eurico de Melo, Vice-primeiro Ministro no dia 1 de dezembro de 1989.

Construído em tempo de escassez, o pavilhão do DFH foi orçado inicialmente em 74 mil contos mas custaria, no final, 200 mil contos⁽¹⁴⁾. Os anos passados haviam demonstrado que a afirmação de qualquer clube estava muito ligado não só à existência de infraestruturas mas, também, na construção de ativos e a marcos capazes de expressar identidade. É por isso um truísmo verificar que a inauguração do pavilhão do DFH, realizada em dia de eleições autárquicas, coincide com o acordo de entrega do Estádio Municipal de Guimarães ao Vitória Sport Club.



Mundial de Andebol de 1988
Portugal x Israel

14 — Entrevista a Jaime Cardoso - O Povo de Guimarães, edição de 1 de novembro de 1989.

2.7 Desporto em transição democrática

Os primeiros anos de democracia perceberam imediatamente o quanto de negativo os 48 anos de ditadura haviam tocado ao desporto. E se a escassez de equipamentos era grande na generalidade do país, em Guimarães essa carência mostrava-se superlativa. Perante o cenário de decrepitude socioeconómico plantado no país, era evidente que na hierarquia das intervenções públicas o desporto ficaria arredado para os últimos lugares. Apesar de categoria “desporto” passar a fazer parte das nomenclaturas orgânicas, nomeadamente da extensão qualificativa de um vereador municipal, nem sempre tal se traduziu na existência de uma política municipal de desporto definida e orientada para a generalidade dos cidadãos.

É certo que a democracia introduz um olhar municipal para o desporto e o tema passa a fazer parte das intervenções nos vários órgãos municipais. Mas em tempos nos quais é preciso investir no básico – como seja em água e saneamento ou na construção de escolas ou ainda na feitura de arruamentos condignos a substituir caminhos enlameados – pouco ou quase nada é aplicado em equipamentos desportivos. António Xavier, presidente da edilidade nos mandatos 1979-1981 e 1985-1989 corrobora com Manuel Ferreira a impossibilidade de integrar o desporto nas preocupações governativas de então. “Como é compreensível, nos primeiros mandatos autárquicos após a Revolução de Abril, as dificuldades eram muitas e os dinheiros disponíveis eram insuficientes para resolver os imensos problemas existentes”. Havia uma longa lista de prioridades e, dela, não fazia parte o desporto.

Além disso persistia, com grande intensidade, o que era conhecido como “a pressão do futebol”. A um nível macro estava o Vitória Sport Club, entidade nada e criada para esbravejar a peculiar e intensa identidade vimaranense. Uma agremiação que se tornara praticamente intocável por qualquer ordem de força. A um nível micro, mas repetida em praticamente todas as freguesias, prevalecia a lógica paroquial que só conseguia entrever a atividade desportiva na forma de futebol. Apesar das imensas dificuldades de implementação que o futebol tivera, subsistira a ideia de expressão identitária de uma comunidade através da existência de uma divisa futebolística. O verdadeiro marco dessa existência expressava-se na propriedade de um terreno retangular onde se levava à prática o jogo da bola.

Recorda António Magalhães, presidente do Município entre 1989-2013 e vereador nos dois mandatos anteriores que, perante as dificuldades para fazer face às exigências de “desenvolvimento das freguesias”, nomeadamente a construção de um campo de futebol em cada lugarejo, vigorou o princípio da intervenção em espécie que se traduzia em “pegar nas enxadas, em cimento e no que fosse preciso para andarmos”. Foi assim que, numa primeira fase, a democracia enfrentou a escassez de equipamentos desportivos em Guimarães.

A esta realidade acrescia uma outra relacionada com os recursos humanos, então, à disposição. Havia uma gritante carência de professores com formação em educação física, cenário que dominou a realidade escolar durante muitos anos. Nem por acaso, António Magalhães viveu essa experiência de forma dupla. A primeira como professor de *ginástica*, primeiro na Escola Preparatória João de Meira e depois na Escola Secundária Francisco de Holanda. A segunda, como já se viu, como presidente da edilidade. “Na altura não havia professores na área. E então entendeu-se que as pessoas mais bem preparadas para ensinar Educação Física seriam aquelas que tinham estado nas tropas especiais”. Não se tratava de ser verdadeiramente professor, no sentido de dominar uma pedagogia mas de funcionar como uma solução de recurso. Na tropa “fiz o curso de comandos e estive em África. Depois de acabarmos a comissão de serviço esperávamos pelo barco durante uns três meses. Ora nessa altura não íamos para o mato porque podia morrer alguém e, já tendo acabado a comissão de serviço, tal seria um problema [ao nível de explicações e justificações orgânicas]. Por isso naqueles três meses, em Angola, o que fazíamos era dar instrução a quem chegava. Era dada à nossa dimensão, de acordo com as nossas capacidades. E, de algum modo, tinha algum conhecimento básico daquilo que era uma educação física mas àquele nível [militar]. Não ao nível dos alunos...”.

O significativo aumento de alunos em percurso escolar, imposto pela obrigação de frequência escolar até aos 15 anos, encontra um parque escolar deprimente, por vezes, sem as condições humanas básicas. Além disso é um parque que se vê repentinamente reduzido face à população para a frequentar, o que coloca um problema grave. “Quando eu cheguei tínhamos 13 escolas com o horário triplo (das 8 às 11, das 11 às 14 e das 14 às 17). Algumas não tinham condições mínimas. Ter retretes era um luxo porque, por vezes, algumas até “coexistiam com animais numa espécie de umas cortes”. Conseguimos mudar isso tudo intervindo na qualidade das escolas em todo o concelho”, refere Magalhães. Construir escolas constituiu-se num imperativo urgente ao qual não se podia dedicar muito tempo a pensar e a planear.

Nesta urgência do ensino, mais um vez o campo do desporto viu-se secundado. E, deste modo, durante os primeiros vinte anos de democracia, várias escolas foram construídas, pelo Ministério da Educação, sem o competente pavilhão que permitisse a prática de desporto escolar. Para que essa realidade se desse, muito contribuiu a já aludida inexistência de professores da área e a conseqüente ausência de capacidade técnica e crítica de profissionais capacitados nas escolas. Essencialmente sobrepunham-se as dificuldades financeiras que transformavam todo e qualquer equipamento desportivo num luxo a evitar.

Essa realidade começou a alterar-se em meados da década de 1990 do século XX. Por essa altura o município estabelece um compromisso com o governo de então para resolver o problema dos equipamentos desportivos nas escolas. “Encontramos uma ministra de gancho, a Elisa Ferreira, que nos disse: se querem “xis” escolas com pavilhões têm de ter os terrenos e participar com 30%. Ora os terrenos eram caros e o dinheiro também não existia – depois conseguimos financiar-nos com as participações europeias. Alguns pavilhões não tinham determinadas dimensões para certos desportos. Mas como no caso do de Ronfe falámos com o Governo de então e explicámos que queríamos que o Pavilhão fosse para agraciar a Aurora Cunha que é natural de lá [destacada atleta campeã mundial de estrada em 1984, 1985 e 1986]. Aliás, tal como mais tarde aconteceu com o financiamento da Pista de atletismo ‘Gémeos Castro’⁽¹⁵⁾.

Por essa altura tinha-se tornado público que o pavilhão do desportivo Francisco de Holanda não tinha medidas [altura] para receber jogos internacionais de voleibol, algo que só se tinha descoberto com o edifício já construído. Apesar das suas dimensões generosas, percebeu-se aí que a cidade não tinha um local onde organizar acontecimentos desportivos de grande monta que a destacassem e dessem visibilidade ao nome da terra. Nomeadamente não estava em condições de concorrer com outras cidades nas propostas que vão surgindo para realização de eventos desportivos tanto ao nível das seleções como ao nível da receção de eventos internacionais. É por essa altura, na segunda metade da década de 1990 que a Câmara começa a sentir necessidade de um olhar municipal sobre o campo desportivo.

Por outro lado todo o trabalho concelhio na construção de equipamentos havia transformado a realidade desportiva local, de tal modo, ao ponto da edilidade se

15 — Entrevista a António Magalhães

ver na necessidade de conhecer o panorama quanto a equipamentos. Na primeira metade do ano 2000, já com a Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres constituída como braço destinado a operar no campo do desporto municipal, é encetado o levantamento minucioso dos equipamentos desportivos existentes em todo o concelho de Guimarães. O resultado traduz-se na primeira ‘Carta Desportiva Concelhia’, documento que figurará como conhecimento verdadeiro das possibilidades do desporto em Guimarães.

Campos de futebol relvados	11
Campo de futebol em terra batida	47
Rinques	37
Polidesportivos (interior das escolas)	18
Pátios Desportivos	9
Pavilhões	21
Piscinas (cobertas com água quente)	5
Piscinas (tanques descobertos)	16
Centros Equestres	5
Pistas de Atletismo	1
Pista de Cicloturismo	1
Complexo de Ténis	2
Mini Golf da Penha	1
Campo de Tiro de Pevidem	1
Parque Radical de S.Gonçalo	1
Health clubes – ginásios de manutenção	11
Clubes desportivos	92

Os 58 campos de futebol existentes, distribuídos pelas 68 freguesias, demonstravam até que ponto esta modalidade se havia tornado no principal de apelo para o comum cidadão. No final do milénio só as freguesias demograficamente menos dinâmicas não tinham o seu campo de terra para a prática do desporto rei. Estas, regra geral, acabavam por ter o seu problema resolvido com um rínque. No total 34 freguesias apresentavam um rínque, o que quer dizer que, por vezes, este tipo de equipamento tinha função complementar ao tradicional campo de futebol.

Os polidesportivos constituíram, durante algum tempo, uma solução de recurso para as escolas sem pavilhão. Os 18 existentes, em 2001, apresentavam-se com dimensões variadas, geralmente num intervalo entre um mínimo de 30x30 metros e um máximo de 75x36 metros. Estavam presentes, na maior parte das vezes, nas Escolas Básicas do 2.º e 3.º. ciclos.

Os 'Pátios Desportivos' eram pequenos espaços de relva artificial ou cimento, dimensionados para a prática de desportos coletivos por crianças, colocados, em geral, em zonas de lazer.

Como se afirma atrás, os pavilhões tiveram um incremento durante a última década do século XX, espaço temporal em que foram inaugurados oito no total, sendo cinco deles da responsabilidade da Câmara Municipal. Pelas suas características, os pavilhões são equipamentos indispensáveis para a prática de determinados desportos, nomeadamente no inverno. Ao atingir um número de vinte e uma unidades no ano 2000 e, sabendo-se que em 1980 o concelho vimaranense apenas possuía dois, consegue-se compreender o esforço realizado nos vinte anos decorrentes, para dotar o concelho de um equipamento fundamental na organização desportiva moderna.

Aliás, com o aparecimento de novos equipamentos, construídos com materiais mais consentâneos, o pavilhão do Inatel foi-se degradando até ao ponto de lá não haver atividade regular. Essa circunstância levou o então presidente de Câmara António Magalhães a estabelecer contactos com Vítor Ramalho, seu antigo colega na Assembleia da República e presidente da Inatel, e no decurso a concluir-se pela transferência de propriedade do pavilhão para o Município Vimaranense, processando-se, posteriormente, significativos melhoramentos⁽¹⁶⁾.

O número de piscinas cifrado em vinte tanques no ano 2000, e das quais apenas cinco possuíam água quente, demonstra até que ponto se verificava uma falta de cultura no uso da natação enquanto atividade física. A concorrer em escassez apenas o atletismo parecia ombrear com a falta de piscinas com dimensões regulares para a prática de atividade desportiva. Deste modo, o atletismo via-se como um dos parentes pobres do desporto local, inexistindo local para quem quisesse dedicar-se a disciplinas como o lançamento do dardo, ou do martelo. Ou a prática de salto em altura, assim como salto em comprimento, para não falar em disciplinas de velocidade. Até aí, estas estavam praticamente vedadas ao comum cidadão. Mas tudo iria mudar nos tempos seguintes.





03 Nacimiento da Cooperativa Tempo Livre



3.1 Uma política municipal para o desporto

Foi longo o caminho para ver o concelho vimaranense dotado de equipamentos capacitados para dar à população uma realidade desportiva. Na verdade tratou-se de uma exigência que, de vários modos, percorreu praticamente todo o século XX. Apesar de tão longo percurso, o desejo só se traduziu em realidade no último quarto de século. Com a cobertura concelhia de estruturas para a prática do desporto, exigia-se agora a implementação não só de uma literacia à volta do fenómeno, como também a colocação na malha mental local das possibilidades que a nova realidade poderia proporcionar a cada indivíduo.

A concretização de exigências materiais, nomeadamente equipamentos estruturais, depende em grande medida da capacidade financeira para serem realizadas. Mas, ultrapassadas as dificuldades que só o capital poderia resolver, presta-se uma nova realidade que impõe uma espécie de mudança cultural na forma de integrar o desporto na vida dos cidadãos. Assim, cedo se percebeu que, embora a ancestral exigência provinda de quem sabia ser útil a atividade física, persistia a necessidade da ampliação desse conhecimento à generalidade da população, entretanto forjada na completa ausência de didática – e logo desinteressada – tanto na compreensão do fenómeno como no reconhecimento das práticas do desporto. Era assim necessário encontrar estratégias para introduzir, na comunidade, uma literacia da natureza beneficente das práticas desportivas. Não havia dúvidas que o papel propulsor devia caber ao município. Mas, em simultâneo, uma vez que se tratava de promover uma alteração nos costumes, impunha-se a criação de um mecanismo capaz de responder ao novo desafio. Desafio esse que teria de estar capacitado para chegar até ao cidadão individual residente em qualquer parte do concelho. Portanto, tratava-se de um problema que desafiava os responsáveis autárquicos de então.

Na sequência dessa necessidade já constituída em preocupação, em data não muito precisa, Manuel Ferreira, então coordenador do do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave (PROAVE) lembra-se de ter recebido um telefonema do presidente da Câmara Municipal de Guimarães, António Magalhães, pedindo-lhe para receber no seu gabinete, e dar apoio a duas pessoas com quem conversara sobre uma ideia para “criação de uma estrutura que permitisse a organização, coordenação e gestão de programas de atividades

de tempos livres, nomeadamente no domínio do desporto, para a ocupação de tempos livres das crianças das Escolas Primárias, no Município de Guimarães, em períodos pós-escolares”. Tanto Dimitre Nikolov, ex-atleta do Desportivo Francisco de Holanda e glória do andebol vimeirense, como Maria José Pinto, professora do primeiro ciclo do ensino básico, entendiam que era possível fazer no desporto aquilo que a política fazia com a cultura, isto é, incrementar o desporto através do uso dos equipamentos entretanto surgidos.

Para além da possibilidade de obtenção de apoios do programa PROAVE, Magalhães solicitava Manuel Ferreira também com o intuito de procurar ajuda na operacionalização das ideias levadas até si, porventura já imaginando uma *régie-cooperativa* como solução, dado que esta era a forma estratégica usual da edilidade conceber abordagens que, preventivamente evitavam colidir com os interesses do tecido instalado, neste caso, os clubes e as associações desportivas existentes.

É desta emulação que, no dia 12 de dezembro de 1996, é levada à reunião de Câmara uma proposta de aprovação dos Estatutos de uma “Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada na área do Desporto e Ocupação dos Tempos Livres” na qual a edilidade pensava investir sete mil contos⁽¹⁷⁾. A proposta é aprovada por maioria com os votos contra dos vereadores José Fernando Alves Pinto e Vítor Borges. Na sessão de 21 de março de 1997 da Assembleia Municipal, o quarto ponto da ordem trabalhos põe em discussão da mesma cooperativa. A discussão motiva apenas as intervenções de Rui Vítor Costa, indagando sobre a definição dos “critérios de recrutamento de funcionários para a Cooperativa” e de Salgado Almeida, criticando o recurso sistemático do município na criação de cooperativas em áreas especializadas, “particularmente esta que não devia ser o caminho a seguir”. Na votação os deputados do Partido Socialista são acompanhados por alguns do Partido Social Democrata. Votam contra uma parte do PSD, enquanto a Coligação Democrática Unitária se divide entre votos contra e abstenções.

17 — Três mil e quinhentos euros

A preocupação do fenómeno desportivo enquanto movimento local necessitado de conceptualização e ordenação política residia contudo em várias cabeças. Em 1998 Amadeu Portilha assessorava o presidente da Câmara Municipal de Guimarães. Para traz trazia a experiência do acompanhamento de todo o desporto vimaranense através do jornal 'Desportivo de Guimarães'. A publicação, por si fundada, em janeiro de 1992, foi também por si dirigida até 16 de setembro de 1997, data em que se afastou passando a dedicar-se, exclusivamente, ao gabinete de comunicação da Câmara Municipal. Acompanhava-o também um passado de intervenção na imprensa generalista local onde manifestara sempre apetência para análise do fenómeno desportivo sob prismas particulares mas relevantes. Além disso, possuía um passado de prática desportiva uma vez que havia sido atleta de andebol no Académico de Guimarães, no Vitória SC e no CCR de Fermentões. Juntava curiosidade e entusiasmo à noção compreensiva do fenómeno desportivo.

Além de analista, “sendo ele um criativo, a dominar bem a matéria do desporto, (...) traz uma teoria muito correta em que afirmava não ser possível fazer nada de relevante e inovador no desporto sem o introduzir nas escolas primárias”⁽¹⁸⁾. A ideia vem fundamentada num princípio consolidado ao longo dos anos de maturação e experiência, que “foi robustecendo ao longo do tempo [consubstancia-se no princípio] de que, um município que não invista fortemente no desporto de base formativa, no desporto de tenra idade, provavelmente depois não teria resultados no futuro”⁽¹⁹⁾. Acima do consequencialismo subjacente, este princípio integra também a noção de saudabilidade, querendo tal dizer que o desporto, ao assentar num campo virtuoso, produz naturais decorrências no indivíduo. “Porque no desporto como na vida, quando a base é forte e expressiva depois o topo também há de resultar em coisas muito interessantes”. Os exemplos de que a aprendizagem é a mãe de todas as coisas pulula em vários campos do saber. “Quanto mais licenciados tivermos melhores profissionais temos. Iguamente quantas mais pessoas tivermos a gostar do desporto e de uma atividade física regular em tenra idade, maior é a probabilidade de irmos a ter atletas de eleição e termos um desporto muito mais robustecido”. Trata-se de usar o princípio da multiplicação para, alterando-se o nível de exigência, se chegar ao sublime da performance que está na base dos campeões.

18 — Entrevista a António Magalhães

19 — Entrevista a Amadeu Portilha

Tal como nas áreas das humanidades, também no desporto subsiste o princípio de que é nas idades plásticas, quanto o indivíduo ainda está na posse de propriedades maleáveis, que se adquirem as estruturas pessoais que o acompanharão pela vida fora. Em certa medida o futuro é ditado por essas primeiras experiências de vida. “Há uns anos atrás participei num seminário onde ouvi um especialista europeu afirmar que muita da formação da personalidade do indivíduo é feita entre os três e os dez anos. É ali que se adquirem hábitos de rotina, atitudes e comportamentos que vão acompanhar a pessoa ao longo da vida”. A alocação do especialista “reforçou-me a ideia de que uma aposta consistente no desporto tinha que começar pelo desporto formativo”, assente numa “base forte que fosse capaz de construir um projeto de grande qualidade”⁽²⁰⁾.

Como já se viu atrás, até esta altura da vida concelhia, o desporto não fizera parte das preocupações formativas. Deve referir-se, todavia, que o facto de alguns clubes já estarem, nessa altura, a trabalhar o campo formativo, sendo louvável, resultava insuficiente se se levar em linha de conta a totalidade do concelho vimaranense. Do resto, subsistia o princípio geral dos clubes na promoção de desportos de competição, circunstância que não introduzia nos hábitos a possibilidade de prática individual e descomprometida de atividade física. “Começámos a ter a ideia muito clara dos termos em que queríamos alterar o paradigma do desporto em Guimarães. Anteriormente esse paradigma traduzia-se num desporto concentrado e focado nos clubes. Só se praticava desporto acedendo a um dos poucos clubes existentes. Eram escassos os ginásios privados, não havia uma instalação desportiva municipal, como também todo o desporto existente era de base formal e agonístico. Para praticar desporto era necessário integrar um clube e competir em sua representação. O desporto informal e não competitivo não existia pura e simplesmente”⁽²¹⁾. No fundo vigorava a ausência de hábito da prática pela prática.

20 — Entrevista a Amadeu Portilha

21 — Entrevista a Amadeu Portilha

Mais do que fazer face a uma necessidade, o decorrer dos tempos havia feito aparecer uma lógica particular na formação do tecido desportivo concelhio. Entregue a si próprio, nem sempre este se orientava para fins tidos como mais consentâneos mas sim por razões de popularidade ora da modalidade em questão – em geral futebol – ora dos seus agentes promotores. “Nesse tempo a Câmara alimentava permanentemente os clubes através dos apoios municipais. Não deixava, nunca, para si qualquer atividade, ou projeto que pudesse, de algum modo desenvolver o desporto concelhio de forma muito mais abrangente”⁽²²⁾. Dir-se-ia que funcionava mais uma pressão de fora para dentro que não permitia introduzir alterações sobre o que já estava instalado. “Havia, até aí, a lógica dos clubes que é uma lógica minudente. Escapava a uma política municipal de desporto”⁽²³⁾.

A lógica peculiar que atravessa o campo desportivo não é uma singularidade vimaranense. Revela-se em variados fatores, nomeadamente, pela ausência de uma abordagem de escrituração e escrutinação como acontecesse com outras atividades públicas. Aparentemente, porque o objeto de qualquer modalidade se traduz na expressão de um resultado, parece encerrar-se aí a sua natureza enquanto fenómeno do domínio público. Qualquer busca de estatísticas municipais de desporto é um trabalho inglório. Inclusive, não “havia lógica nacional para o desporto. Ainda hoje não há... Eu tinha alguma informação do período que passei como professor de Educação Física e tínhamos também consciência da existência de uma pujante juventude que queria dar largas às suas capacidades”⁽²⁴⁾. O conhecimento possível estava atravessado pelo sentido comum e sem ferramentas de conhecimento capacitadas para auxiliar a uma tomada de decisão.

A ausência de dados não impediu contudo a escolha de um novo caminho. “Nessa altura começámos a mudar o paradigma do desporto a dois níveis: por um lado entendíamos que, tão importante como investir nos clubes, a Câmara devia igualmente investir em infraestruturas desportivas municipais e projetos próprios que pudessem dar mais robustecimento ao desporto de formação e de base. E ao mesmo tempo construir instalações que pudessem democratizar e generalizar o acesso ao desporto”⁽²⁵⁾. Primeiro infraestruturar, depois organizar e, por fim, desenvolver.

22 — Entrevista a Amadeu Portilha

23 — Entrevista a Amadeu Portilha

24 — Entrevista a António Magalhães

25 — Entrevista a Amadeu Portilha

A assunção de uma política municipal para o desporto impõe desde logo o fim da subsidiação como única forma de apoio ao desporto pelo município. Por esse motivo afirma-se que “nos anos seguintes o paradigma muda muito”, dado que “continua-se a apoiar os clubes mas orçamenta-se, pela primeira vez, verbas para a construção de instalações desportivas municipais”⁽²⁶⁾ inseridas num plano destinado a conceber uma clara aposta do município no desporto, aliás tal como já acontecera anos antes com a cultura. Em simultâneo “nessa altura, em 1998, transmito a ideia a António Magalhães de que tal só pode funcionar se houver investimento nas escolas. Mas investir como? Perguntou-me ele. Fomentando aulas de expressão físico-motora nas escolas do primeiro ciclo”. Prestava-se assim a ideia da introdução da prática desportiva nas idades tenras, juntando a atividade física com outras aprendizagens academicamente reconhecidas como formadoras do carácter esperando-se, desse modo, que o desporto passasse a ocupar o mesmo lugar que a matemática, as ciências da natureza ou o domínio das línguas.

Mas dava-se o caso de não haver possibilidades da Câmara contratar professores para irem trabalhar para as escolas. Ademais “naquele tempo para entrar nas escolas primárias através da Câmara não era fácil”⁽²⁷⁾. Por outro lado, “o recrutamento de recursos humanos especializados era praticamente uma impossibilidade técnica”⁽²⁸⁾. Prestava-se aqui um típico quadro nas autarquias, caracterizado por um dispositivo de inibição técnico-burocrática, impeditivo de aí se processar a organização de qualquer secção deslocada de uma teia legal constituída para uma putativa defesa do património do Estado.

Deste modo, qualquer ideia fora da lógica pensada para o funcionamento interno de uma Câmara Municipal revelava-se impossível de executar no seu seio. A colocação em prática de qualquer ideia política ou era operacionalizada no seu interior, assim entroncando no intrincado rígido da administração pública, ou procurava soluções legais que possibilitassem a exteriorização de uma orgânica capaz de agilizar a sua execução. “É então que surge a ideia – não consigo precisar de onde veio a ideia – alguém me diz: como já temos algumas cooperativas porque não criar uma ligada ao desporto que pudesse ser simultaneamente uma estrutura capaz de fazer aquilo que a Câmara não pode mas ao mesmo tempo convidando

26 — Entrevista a Amadeu Portilha

27 — Entrevista a António Magalhães

28 — Entrevista a Amadeu Portilha

a comunidade desportiva de Guimarães a nela participar, funcionando como uma espécie de fórum de reflexão e discussão sobre o fenómeno desportivo em Guimarães?”⁽²⁹⁾. António Magalhães é quem avança para a fórmula que a edilidade havia constituído como solução para a formação de externalidades para a comunidade.

Havia já as experiências das *régie* cooperativas Taipas-Turitermas, A Oficina, Turipenha e Fraterna, formadas a partir de intervenções empresariais da Câmara Municipal ora em domínios atravessados pela noção de bens públicos, ora em domínios económicos sem a aposta de agentes privados. “Pareceu-me que poderia ser interessante, também, a criação de uma *régie* cooperativa para estas ideias” e, após realização de um projeto, “o presidente António Magalhães concordou com a proposta e incumbiu-me, então, de preparar os estatutos, e as propostas para apresentar à Câmara e à Assembleia Municipal”⁽³⁰⁾. A Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL – assim se chamaria a entidade a criar – foi dada a conhecer, publicamente, no dia 17 de setembro de 1998 – uma quinta-feira – uns meses antes de ser formalmente constituída, num encontro com a imprensa realizado no Hotel de Guimarães.

A necessidade de apresentação pública do projeto assenta na demonstração de se estar perante um projeto cooperativo com os operadores desportivos já existentes e em atividade. O objetivo é preparar o terreno e evitar hostilidades que estes possam ver no aparecimento da cooperativa uma ameaça e, em simultâneo levá-los a perceber a necessidade da sua integração no projeto. Trata-se de um ato político puro. A primeira abordagem diz respeito aos objetivos concretos da empreitada: criação, pela Câmara Municipal de Guimarães, de uma estrutura, sob a forma de cooperativa, onde detém a maioria do capital e onde pretende agrupar grupos e coletividades desportivas e cidadãos individualmente”⁽³¹⁾. Uma das razões para criação da cooperativa foi apontada por António Magalhães e relacionava-se com a taxa de utilização dos equipamentos, entretanto constituídos, que revelavam um *deficit* de ocupação. “Parece-nos que o património [equipamentos desportivos] que a Câmara tem precisa de uma outra utilização. Para isso poderíamos ter seguido dois caminhos: ou organizar algum setor da Câmara, que tem o peso [burocrático] que todos conhecem e resulta naquilo que normalmente

29 — Entrevista a Amadeu Portilha

30 — Entrevista a Manuel Ferreira

31 — Jornal Toural – edição de 25 de setembro de 1998

acontece na Administração Pública; ou encarar esta solução que nos parece ser mais aligeirada e que pode contar mais facilmente com o apoio de quem está no terreno⁽³²⁾. Mas tal não se afigurava como motivo único.

Colocar as crianças em idade escolar a relacionar-se com a atividade física constituía o verdadeiro objetivo da cooperativa. Não se tratava apenas de gerir equipamentos mas de agitar o meio comunitário e promover a mudança de hábitos na relação dos indivíduos com o desporto. Neste particular foi assumida a pretensão de “substituir o Estado no desporto escolar”. Deste modo a Tempo Livre contaria com um grupo de técnicos para introduzir práticas informais de desporto “em espaços abertos e fechados, longe dos palcos da competição, de novos e velhos”. Em simultâneo, a nova estrutura a criar tinha acoplada a missão de dedicar-se à prática de “outras modalidades mais sadias e representativas de uma comunidade mais adulta e evoluída que ultrapasse o popularucho futebol⁽³³⁾”.

Como já se escreveu atrás, o futebol havia-se constituído numa quase presença única quando se aludia ao desporto. Um exemplo claro encontra-se na secção “Coluna Desportiva” de “O Comércio de Guimarães” de 24 de setembro de 1998. Aí se dava conta da concentração futebolística do concelho: Vitória (1ª. divisão), Vizela e Moreirense (divisão de honra), Taipas, Ronfe e Serzedelo, Pevidém e Sandinenses (3ª. divisão). Por isso não surpreendeu o anúncio, por Amadeu Portilha, da necessidade de “combater a excessiva futebolização do desporto no concelho⁽³⁴⁾”. Esse passo seria dado segundo uma estratégia em que se pretendia “integrar aqueles que ficam fora dos clubes por não terem características para determinada modalidade (...) e ficam fora do espaço coletivo (...) sem acesso ao desporto”. Tal integrava, necessariamente, “os menos jovens” e, objetivamente “o desporto escolar e ocupação dos tempos livres”. O propósito amplo era o de “divulgar os desportos menos conhecidos⁽³⁵⁾”, “sacudir o marasmo” reinante nas escolas e “massificar desportivamente o concelho⁽³⁶⁾”.

Foram nove os “objetivos não políticos” que, em simultâneo, constituíam o ponto terceiro dos Estatutos da Cooperativa Tempo Livre apresentados por Amadeu Portilha e que tinham como objetivo levar as associações a aderir ao projeto: “fomentar a atividade do desporto, utilizando as infraestruturas existentes

32 — Notícias de Guimarães - edição de 25 de setembro de 1998

33 — Tournal - edição de 25 de setembro de 1998

34 — O Povo de Guimarães - edição de 25 de setembro de 1998

35 — O Povo de Guimarães - edição de 25 de setembro de 1998

36 — O Comércio de Guimarães - edição de 24 de setembro de 1998

e criando as que se tornem necessárias para o fim que pretende desenvolver; incentivar a prática de desporto na comunidade em geral, dotar de conhecimentos técnicos os agentes envolvidos nas diversas modalidades; incentivar o espírito de companheirismo e interajuda; possibilitar à comunidade em geral e aos jovens em particular uma alternativa mais saudável e enriquecedora para a ocupação dos seus tempos livres; integrar crianças e grupos de jovens marginalizados; possibilitar aos jovens fora do sistema educativo, ou fora de qualquer outra estrutura de formação, a igualdade de acesso à prática de desporto; promover e participar em festas e festivais, bem como em iniciativas de lazer e tempos livres”.

Um dos pressupostos das *régie* cooperativas, ou cooperativas de interesse público consigna a sua natureza de “pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos”, sendo que “todas as empresas públicas são consideradas pessoas coletivas de direito público”⁽³⁷⁾. Segundo José Salazar Leite “podem ser membros deste tipo de organizações: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos. As cooperativas de interesse público podem estar formadas apenas por membros públicos, mas neste caso devem estar abertas à chamada sociedade civil ao abrigo do princípio da porta aberta”⁽³⁸⁾.

O clausulado simples e o entendimento geral do decreto-lei criador das cooperativas de interesse público não oferecem dúvidas quanto ao seu caráter de agente mediador entre a rigidez do Estado e a maleabilidade da sociedade civil. O princípio da “porta aberta” significa a permanente abertura deste tipo de cooperativa à permanente entrada de membros e, significativamente, entrada de capital. Mas, ao contrário das cooperativas simples, nas quais a cada membro corresponde um só voto, independentemente do seu capital investido, o mesmo já não se dá nas cooperativas de interesse público. “Embora se considere que a cooperativa de interesse público é uma figura jurídica que se deve aproximar, tanto quanto possível, da cooperativa pura e simples, não se pode olvidar que a sua especial índole, assim como a natureza dos membros que constituem a parte pública, determina, por vezes, a adoção de algumas soluções que nem sempre

37 — Decreto-lei 31/84 de 31 de janeiro

38 — Ver José Salazar Leite em www.cases.pt

se coadunam com a pureza dos princípios cooperativos⁽³⁹⁾. Isto é: apesar de se pretender que uma *régie* cooperativa configure o espírito de uma cooperativa tradicional, o facto de no capital da cooperativa de interesse público estar representado uma instituição pública, impõe que o valor do capital investido por cada cooperante estabeleça a sua posição diferenciada na estrutura, de acordo com o valor monetário aplicado.

A apresentação da Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL serviu também para comunicar o valor do capital social cooperativo, estipulado nos 8 mil contos⁽⁴⁰⁾, sendo que era certo que a Câmara Municipal subscreveria sete⁽⁴¹⁾, ficando o restante (mil contos⁽⁴²⁾) para as associações, clubes, demais instituições e agentes individuais subscreverem. A subscrição mínima de agentes coletivos ficou fixada em 20 títulos, importando em 20 mil escudos⁽⁴³⁾, enquanto a subscrição de uma pessoa individual, num mínimo de 10 títulos, cifrava-se em 10 mil escudos⁽⁴⁴⁾.

As reações dos agentes privados, “apesar de algumas reservas, mostraram-se genericamente, agradados⁽⁴⁵⁾. Um dos mais entusiastas com o projeto era António Lourenço, representante do Basket Club de Guimarães (BCG) que não tinha dúvidas de que “levar o basquete às escolas e à população em geral, garante mais público à modalidade⁽⁴⁶⁾. E, à moda do basquete, aprofundava: “penso que os nossos jovens, como estamos a entrar no século XXI, devem ter variadas escolhas e como nem todos têm jeito para o futebol devem ter alternativas como o ballet, teatro, desportos radicais, etc. Portanto todas estas modalidades devem ser representadas por uma iniciativa deste género. Claro que o futuro é incerto mas há que ter boa vontade, e o BCG vai entrar, vai ser sócio fundador da cooperativa e estamos disponíveis para tudo, até com a participação do Dennis [jogador americano] que é uma figura carismática do basquete, não só em Guimarães como a nível nacional⁽⁴⁷⁾. Mais tarde a estrutura do Basket Club de Guimarães seria integrada como secção de basquetebol do Vitória SC.

Luís Teixeira, da Associação de Ciclismo do Minho apresentava também uma visão positiva e orientada para um futuro gracioso no campo da atividade física vimaranense: “tudo o que seja para por os jovens em movimento na atividade

39 — Preâmbulo do Decreto-lei 31/84 de 31 de janeiro

40 — Cerca de 40 mil euros

41 — Cerca de 35 mil euros

42 — Cerca de 5 mil euros

43 — 100 euros, aproximadamente

44 — 50 euros, aproximadamente

45 — Desportivo de Guimarães - edição de 22 de setembro

46 — Desportivo de Guimarães - edição de 22 de setembro

47 — Sport - edição de 22 de novembro de 1998

desportiva é bem-vindo. Acho que na vertente do ciclismo poderá ter um valor muito grande, principalmente, ao fim de semana, na atividade dos jovens e dos seus pais que poderão encarar o ciclismo como uma atividade de lazer. Guimarães tem condições ótimas e propícias para esta atividade, nomeadamente a montanha da Penha que poderá ser bem aproveitada⁽⁴⁸⁾.

Mas nem tudo eram rosas à partida. Nem todos os clubes se mostravam totalmente convencidos com a nova perspetiva municipal de abordagem do fenómeno desportivo concelhio. José Carlos Correia, presidente da direção do DFH era um dos que não se mostrava muito convencido com o impacto do projeto e as suas consequências na vida dos clubes. Por isso entendia que a iniciativa tinha de ser integrada numa realidade já existente. Considerava o “projeto válido” e a necessitar de ser apoiado. Avançou com o seu apoio uma vez que tudo indicava ir “haver mais jovens a praticar andebol”. A sua principal questão era saber quem absorveria “os jovens que se distinguissem da massificação” e, mais do que isso, receava que “os apoios financeiros que a Câmara ia por ao dispor da cooperativa” não resultasse num emagrecimento “das pequenas verbas dadas aos clubes”.

Uma das consequências do aparecimento da Tempo Livre no espaço desportivo remetia para as alterações das relações económicas, nomeadamente dos apoios que ao longo dos anos a Câmara Municipal de Guimarães foi entregando aos clubes como financiamento pelo seu trabalho. A intervenção de José Carlos Correia revelava também o incómodo por se estar perante a possibilidade de uma significativa alteração da vida financeira dos clubes. Na sessão, António Magalhães, acusando o toque, apresentou uma crítica ao que designou de “subsidiodependência dos clubes” existentes.

Assumia assim, de forma clara, a existência de uma mudança significativa das relações entre a edilidade, os clubes e o financiamento ao desporto. “A verdade é que os tempos são outros e a filosofia autárquica já não aponta para a criação de condições que conduzam à prática desportiva”, referiu antes de rematar: [agora] passa pela própria promoção desportiva. Isto é, com a criação da Tempo Livre, o município rompia com a lógica edificadora e assumia-se, de forma indireta, como fomentador do fenómeno desportivo na vertente humana.

No dia 30 de novembro de 1998, uma segunda-feira, a Salão Nobre da Câmara apresentava uma moldura humana fora do habitual. Meia centena de pessoas compareciam para serem os cooperantes fundadores a Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL. A sua sede social inicial ficou localizada no Largo Cónego José Maria Gomes, ou seja, no edifício onde funciona a Câmara Municipal de Guimarães.

O total de capital subscrito pelos particulares atinge 1.390.000,00⁽⁴⁹⁾ escudos, ultrapassando em 39% o valor inicialmente pensado. A lista dos cooperadores iniciais é a seguinte:

Lista dos cooperadores

Nome	Títulos
Câmara Municipal de Guimarães	7000
Associação de Futebol Popular de Guimarães	100
Luciano Veiga Baltar	100
António Magalhães da Silva	50
Clube de Ténis de Guimarães	50
José Manuel Oliveira Mendes	50
Moreirense Futebol Clube	50
Grupo Desportivo “Os Unidos do Cano”	40
Alexandre de Assis Fernandes Gonçalves	30
Grupo Desportivo “Os Amigos de Urgeses”	30
José Freitas Castro Lobo	30
A e A - Comércio de Artigos Desportivos	20
António Araújo	20
António Rodrigo Miranda Lourenço	20
ARCOV – Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Covas	20
Armindo José Ferreira da Costa e Silva	20
Ass. Pais, Enc. Educação e Amigos das Escolas Serzedelo	20

49 — O equivalente a 6.933 euros.

Associação Cultural e Recreativa de Lordelo	20
Associação de Moradores da Emboladoura	20
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães	20
Associação Juvenil, Cultural e Recreativa da Costa – JUNI	20
Associação Juvenil Fórum de Airão São João	20
Basquetebol Clube de Guimarães	20
CART - Centro de Actividades Recreativas Taipense	20
Casa do Povo de Fermentões	20
Centro Recreativo e Cultural de Briteiros	20
Centro Social e Recreativo de Campelos	20
Centro Social, Cultural, Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande	20
Clube da Escola Secundária Francisco de Holanda	20
Clube Industrial de Pevidém	20
Conselho Municipal de Juventude	20
Desportivo Francisco de Holanda	20
Fernando de Freitas Carneiro	20
Grupo Desportivo de Pevidém	20
Grupo Desportivo de Serzedelo	20
Grupo Desportivo Oliveira do Castelo	20
Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural da Madre de Deus	20
Grupo Recreativo e Cultural de Aldão	20
João Pereira de Araújo	20
JUNI - Jovens Unidos Num Ideal	20
Junta de Freguesia de Lordelo	20
Junta de Freguesia de Polvoreira	20
Juventude de Ronfe	20
Luís Mário Pereira Novais de Oliveira	20
Motor Clube de Guimarães	20
Quinta do Loureiro Velho, Empreendimentos Turísticos, Hípicos e Agrícolas	20
SARC - Salgueiral Associação Recreio e Cultura	20
União Cultural, Desportiva e Recreativa de Guardizela	20

Alberto Teixeira de Oliveira	10
Amadeu Artur Matos Portilha	10
Fernando António Pinto Borges	10
Fernando Jorge Dantas Oliveira Teixeira	10
Francisco Eduardo Teixeira Rodrigues de Oliveira	10
José Albertino Fernandes Pereira da Silva	10
José Carlos Ferreira Gomes Correia	10
Mário Alexandre Sampaio Gonçalves	10
Nelson Machado	10
Paulo Olímpio Fernandes Borges	10
Ricardo Nuno Carvalho dos Santos	10
Sérgio Miguel Teixeira de Lemos	10

* De acordo com a escritura de constituição celebrada a 22 de janeiro de 1999 no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães

A listagem de cooperadores e a quantidade de títulos detida sofreu alterações posteriores, traduzidas na seguinte atualização

Nome	Título
Câmara Municipal de Guimarães	12000
Abel Joaquim Matos Freitas	20
ACM - Associação de Ciclismo do Minho	20
Ecoturismo Montanha Viva	20
José da Silva Fernandes	20
MORAVIA - Associação Juvenil de Moreira de Cónegos	20
José Manuel Oliveira Mendes	10
Manuel Novais Ferreira	10
Amadeu Artur Matos Portilha	0

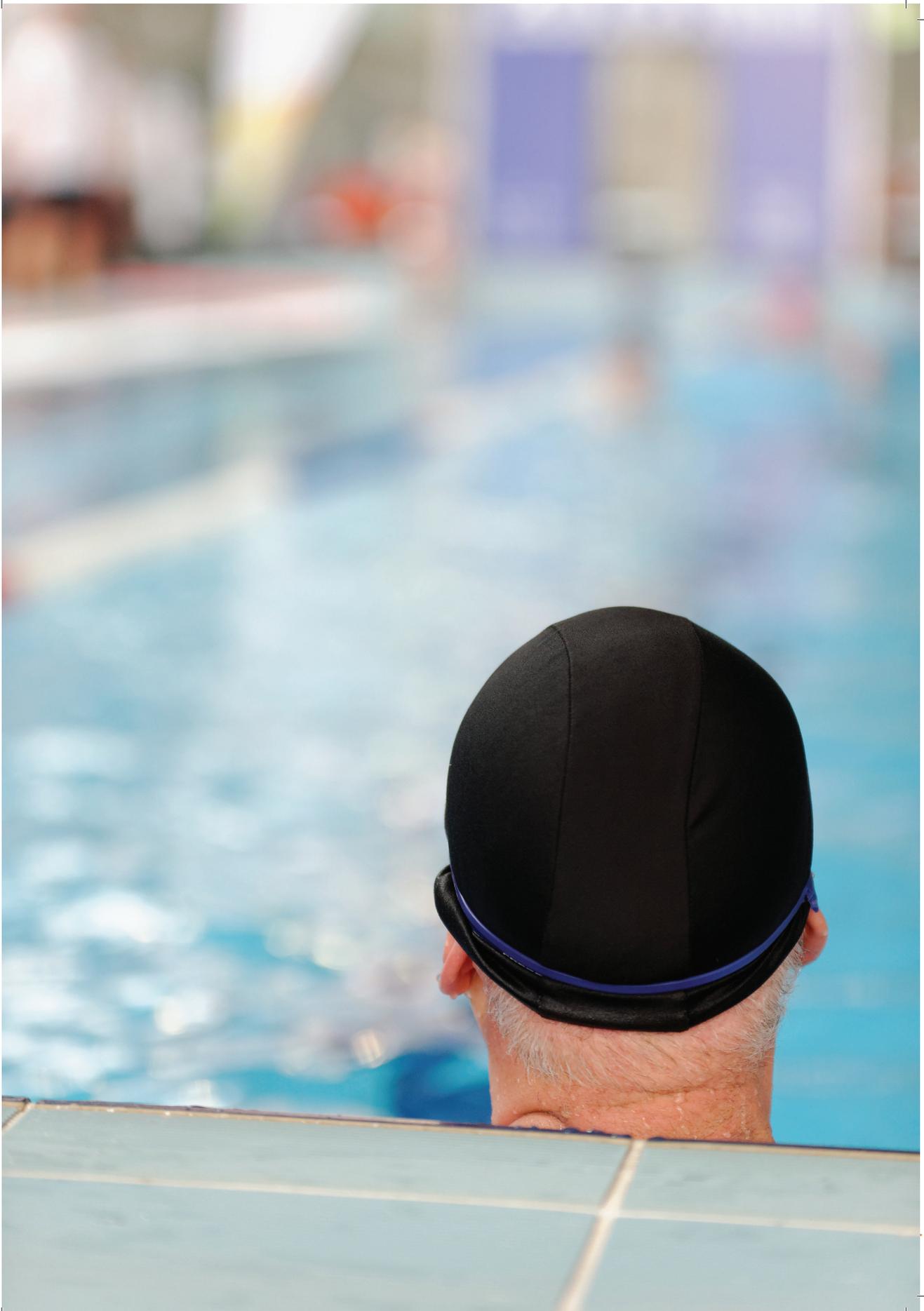
A eleição dos primeiros órgãos sociais da cooperativa estabelecem a seguinte configuração:

Triénio 1999-2001

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente Casa do Povo Fermentões	Presidente C.M.G Até 2001 - Amadeu Artur Matos Portilha 2001- António Magalhães da Silva	Presidente C.M.G. Domingos Bragança
Vice-presidente Grupo Desportivo Serzedelo Manuel Silva Fernandes	1.º Vogal Conselho Municipal Juventude José Fernandes	1.º Vogal Grupo Desportivo de Pevidém Luciano Baltar
Secretário Grupo Desp. Rec. Amigos Urgeses	2.º Vogal Basquetebol Clube Guimarães Fernando Monteiro	2.º Vogal Clube Esc. F. Holanda

Fundada em 22 de dezembro de 1998 e constituída um mês depois, a Tempo Livre tem início de atividade no dia 28 de janeiro de 1999. No decorrer do seu processo de criação a cooperativa passa a designar-se Tempo Livre Físical - Centro Comunitário de desporto e Tempos livres, CIPRL. A expressão Físical é introduzida na razão social para ultrapassar impedimentos legais no uso apenas do nome Tempo Livre⁽⁵⁰⁾. Durante o primeiro ano de existência a cooperativa tenta mostrar atividades diferenciadas de modo a comunicar uma imagem de agente disruptivo e inovador. Em simultâneo, procura provocar alguma espetacularidade, nomeadamente introduzindo variáveis estéticas inusuais no concelho de Guimarães. Ao mesmo tempo procura oferecer serviços enquadrados numa perspetiva de utilidade ao cidadão comum.

50 — Tendo o certificado de admissibilidade caducado foi necessário, à data do registo da escritura, alterar o nome.



3.2 Projeto de Iniciação Desportiva

— Casa Comum do Desporto

O ano de 1999, primeiro de vida da Tempo Livre revela-se, nas atividades levadas a cabo, como a mostra das novidades pretendidas para os anos seguintes. Entre a utilidade prática da organização familiar das ‘férias desportivas’, a novidade de realizações disruptivas e a criação de quadros para atividade física de escalões etários diferenciados, a novel cooperativa procurava demonstrar as razões de ser da sua existência e, em simultâneo, constituir-se de forma expedita, através da sua agilidade gestonária, como entidade capacitada para delinear uma política municipal de desporto. Nasce assim o que parece querer ser a casa comum do desporto vimaranense. Para que tal desiderato se confirmasse e se fechasse uma espécie de quadratura do círculo era necessário levar o desporto às escolas básicas. Pretendia-se que a atividade física fosse introduzida nos hábitos das crianças tal como outras áreas disciplinares concorrem para a formação do indivíduo.

Até aí, apesar da prática desportiva estar mais do que determinada pelo sistema escolar como universal e obrigatório em todos os ciclos de aprendizagem, a verdade é que, na prática, tal não acontecia. Em 1999, um protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Direção Regional de Educação do Norte (DREN) aludia a isso mesmo: “a expressão e Educação Físico-Motora é uma disciplina curricular e obrigatória em todos os anos de escolaridade que, em conjunto com outras áreas, contribui para o desenvolvimento global da criança, assumindo particular importância na aquisição de destrezas motoras, hábitos e atitudes indispensáveis para a vida ativa e saudável”.

Aparentemente esta determinação técnico legal entroncava num problema imposto por outra obrigação legislativa e que reconhecia o “papel insubstituível do professor do 1º.Ciclo”, assim estipulando que “o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas”. Por se tratar de um sistema de monodocência, é conferido a esse professor “a responsabilidade de lecionar todas as áreas curriculares, pelo que é fundamental que lhe seja dado todo o apoio e acompanhamento, não o substituindo na sua função”. Dito de outra forma, era necessário introduzir nas práticas as competências exigidas pelo sistema de ensino – nomeadamente no

que ao desporto dizia respeito – mas estas revelavam-se impossíveis de serem realizadas pela função do professor monodocente – porque este não possuía as competências para tal.

É a partir desta ideia – em parte contraditória entre articulados legislativos – que nasce o Projeto de Iniciação Desportiva (PID). A bem dizer, o PID – como ficou conhecido – é o primeiro projeto conceptual levado a cabo pela cooperativa. Na prática, os seus objetivos primordiais consistiam no “apoio ao desenvolvimento da atividade física e desportiva nos estabelecimentos de ensino básico do 1º. Ciclo do concelho de Guimarães”.

O projeto nasce da vontade do município em “potenciar o desenvolvimento da atividade física e desportiva nos estabelecimentos do Ensino Básico”, e surge na sequência de uma forte aposta na renovação do parque escolar do concelho e do seu apetrechamento dotado de condições físicas para a prática de várias atividades desportivas, o que permitirá uma maior abrangência e complementaridade de ações” capacitadas para tornar o espaço escolar mais atrativo e participado.

Para dar capacidade prática ao projeto foi necessário, desde logo, “contratar uma série de professores que começaram a ir às escolas EB1 dar blocos de 45 minutos de Educação Física. Naquela altura a autonomia das escolas permitia que nós contratássemos os professores e ele passassem praticamente todo o dia nas escolas. Nesse tempo não havia a escola a tempo inteiro obrigando as crianças a ter aulas de Educação Física ou Teatro a partir das 15:30 horas, quando termina o período letivo. Portanto, a Tempo Livre acaba por colmatar essa necessidade de recrutar técnicos especializados fora do universo municipal que pudessem dar aulas nas escolas”⁽⁵¹⁾.

Nos dois primeiros anos letivos – 1999/2000 e 2000/2001 – a Tempo Livre era uma estrutura muito pequena, com apenas dois funcionários. O primeiro funcionário da organização foi António Cardoso, seguindo-se imediatamente, a antiga glória do andebol vimaranense, Dimitre Nikolov – campeão do mundo de andebol pela seleção da Bulgária, seu país natal. A presença de Nikolov no projeto revela-se de grande importância na medida em que é ele que se torna no dinamizador do andebol nas escolas. “Depois contratamos o Dennis, um americano do Basquete Club de Guimarães que foi o dinamizador do basquetebol

nas escolas em Guimarães. Portanto tínhamos professores para dar aulas de expressão físico-motora e tínhamos alguns craques do desporto vimaranense que, com a sua presença nas escolas, foram o motor da descoberta, para muitas crianças, de outras modalidades para além do futebol”⁽⁵²⁾

No primeiro ano o PID operou em 35 escolas aderentes ao projeto. Um total de 4352 alunos esteve submetido às aulas de expressão físico-motora ministradas pelos professores contratados pela Tempo Livre. Como consequência do seu funcionamento no terreno, o PID provocou a reação das escolas que não estavam apetrechadas com condições para a atividade física, implicando assim um maior investimento da edilidade para possibilitar a adesão dessas escolas ao projeto. Mais uma vez era provada a teoria simples segundo a qual comportamento provoca comportamento, assim como ação provoca reação.

Deste modo, no segundo ano de funcionamento o PID passou a chegar a 59 escolas do concelho, o que representava uma taxa de cobertura de 60% das escolas vimaranenses e a mais de 6900 alunos, num total de 48 freguesias, mais 18 do que no primeiro ano. Ao todo a Tempo Livre passou a contemplar 348 turmas com aulas semanais. “De forma a poder fazer face ao significativo crescimento do número de escolas e alunos beneficiados, a Tempo Livre contratou dez jovens licenciados em Educação Física, superando os quatro do ano transato”⁽⁵³⁾. Além de cumprir os objetivos principais, a cooperativa gerava emprego, um fator cada vez mais relevante na atividade económica.

52 — Entrevista a Amadeu Portilha

53 — Desportivo de Guimarães - edição de 17 de outubro de 2000

3.3 Incubadora de desportos

O proporcionar de ocupação aos alunos em férias evidencia-se como o exemplo de um mercado aberto, a que os agentes privados já se podiam ter dedicado mas que, fruto de uma certa tendência do tecido socioeconómico para a inércia, se manteve intocável durante anos. Inclusive, por vezes, constituindo um real problema para os pais das crianças, por um lado, impossibilitados de desorganizarem o seu tempo de trabalho em favor do acompanhamento dos filhos e por outro, sem soluções para o tempo livre dos filhos em tempo de férias.

É a partir da simples constatação deste problema que surge um quadro denominado 'Férias Desportivas - Páscoa 1999', propondo um programa diferenciado para alunos dos 8 aos 14 anos. Com início às 9 horas e fim às 18,30, as crianças passam a ter um tipo de ocupação que as coloca em contacto com atividades como natação, montanhismo, atividades radicais, desporto tradicionais, etc. Durante o dia de atividades variadas, os alunos são acompanhados por quatro professores e sete monitores contratados para o efeito. Sendo a primeira vez que tal era tentado, ninguém esperava uma adesão tão grande ao ponto de não ter sido possível acolher as cerca de 400 crianças que se inscreveram para participar num programa originalmente pensado para 50. Os 125 jovens aceites terminaram o período das primeiras férias desportivas considerando-as "altamente" e "bué fixe"⁽⁵⁴⁾.

No final foram os pais a manifestar surpresa com a forma como os filhos se relacionaram com as atividades do dia-a-dia. "Foi uma iniciativa muito boa. Manteve os jovens bem ocupados ao longo destes dias. Deve continuar porque foi notório que veio preencher um espaço junto da juventude que estava vazio. Pessoalmente a reação do meu filho nesta sua primeira experiência foi excelente. A camaradagem e o convívio entre os jovens é formidável. Espero e desejo que se repita esta iniciativa em próximas férias"⁽⁵⁵⁾.

54 — Notícias de Guimarães - edição de 16 de abril de 1999

55 — Desportivo de Guimarães - edição de 13 de abril de 1999

O sucesso das 'Férias Desportivas da Páscoa' incentivaram os promotores para uma maior atenção na organização das 'Férias Desportivas – Verão 99'. Desta vez são aceites 323 crianças a quem é dada a possibilidade de escolha dentro de um calendário de nove dias em três períodos diferentes. Acompanhados pelos sete monitores as atividades desenrolam-se num processo dinâmico que inclui abordagens a vários pontos do concelho.

No ano de início de atividade da Tempo Livre, este quadro de ocupação de tempos livres em períodos de férias escolares terá ainda uma terceira edição com as 'Férias Desportivas – Natal 99' em que se inscrevem 73 crianças. As atividades dividiram-se entre atividades desportivas em pavilhão e atividades lúdicas em instituições diversas como a Biblioteca Municipal, o Paço dos Duques de Bragança ou o Museu Alberto Sampaio.

Fruto da evolução natural e da melhoria da organização, a Tempo Livre recorre à aplicação um inquérito de satisfação às 'Férias Desportivas – Natal 99' – preenchido pelos pais. Querer avaliar a realidade e saber para agir de acordo com as expectativas dos clientes será uma pedra de toque na gestão da Tempo Livre. Os resultados não deslustram, pelo contrário. Demonstram a existência de uma ampla satisfação tanto dos pais como dos alunos atingindo, inclusive, os 100% de satisfação. A mesma taxa de satisfação ocorre com a segurança, qualidade dos monitores, as atividades propostas e os horários propostos. Apenas na alimentação os alunos se dividem com 41% dos alunos a considerar a comida razoável e 59% a considerarem-se satisfeitos com as refeições. Afirmava-se que existia uma correlação entre os dias em que se comeu peixe – considerados razoáveis – e os dias em que comeu carne – considerados satisfatórios.

Se as 'Férias Desportivas' constituíram uma útil novidade para pais e alunos, a possibilidade, à partida, de se ver organizar em Guimarães os denominados desportos de praia resvalava a utopia, se não para alguma loucura. "Como não há praia em Guimarães, decidimos nós construir uma para nela se praticarem desportos de praia", afirmou Portilha. Ao contrário da fábula, desta vez a montanha ia deslocar-se até ao profeta.

Em 1998 os Jogos Olímpicos de Atlanta integram, pela primeira vez, uma modalidade de voleibol jogada por duplas em espaço aberto sob areia. A modalidade populariza-se imediatamente. O facto das equipas se limitarem a duas pessoas introduz uma ideia de estratégia permanente aliada a uma grande dinâmica física. O cenário à volta da modalidade, sendo natural, acompanha o novo espírito ecológico. É, manifestamente um desporto de televisão que facilmente cai no goto do telespetador. Como pode uma modalidade pensada para a praia ser introduzida nos jogos olímpicos? Aliás, como pode estar a cidade de Atlanta, localizada a quinhentos quilómetros do mar, a oferecer voleibol de praia?

Na verdade o voleibol joga-se na areia. A denominação praia que acompanha a modalidade expressa apenas a sua origem nas praias da Califórnia. Rapidamente exportada para outras geografias, populariza-se um pouco por todo o mundo com o Brasil à cabeça. Por ali, várias cidades do interior adotam a modalidade construindo espaços areados para a sua prática. Nos anos seguintes até a cidade de Paris adotar a modalidade, marcando espaços, durante o verão, nas margens do rio Sena para os parisienses se dedicarem à modalidade. Portanto, o voleibol de praia não é mais do que uma nova modalidade que impõe a invenção de “praia” no espaço de cidade para aí se proporcionar o desenrolar da modalidade da moda.

O futebol de praia segue a mesma lógica do voleibol. Ao contrário do voleibol, tem a vantagem de, na origem, não se deslocar do seu espaço natural dada a sua natureza exterior. Pode dizer-se que o futebol de praia nasce da ideia de futebol só por si uma vez que o jogo é jogado em qualquer retângulo pelo mundo fora. Mas a sua popularidade revela-se como os brasileiros *isolaram* a modalidade dando-lhe coordenadas próprias, tanto nas dimensões de terreno como no número de jogadores – cinco – ou na divisão do tempo em que é jogado – três partes de doze minutos.

É, manifestamente, uma modalidade introduzida nos hábitos dos cariocas e exportada pelo Brasil para todo o mundo. Em tempos nos quais ainda não se falava na modalidade destacada por si só, o futebol de praia constituía uma distração nas praias de Copacabana, onde era normal encontrar as vedetas brasileiras do futebol de onze, divertindo-se em animados jogos.

Portanto o anúncio de um torneio de ‘voleibol de praia’ e de ‘futebol de praia’ em pleno centro urbano revela-se de acordo com hábitos recentes introduzidos nos espaços de lazer em todo o mundo. Certo dia de julho, o espaço então existente entre o Pavilhão do INATEL e o Estádio do Vitória, viu-se não só totalmente coberto

de areia mas também transformado em áreas de jogos das novas modalidade de praia, a que se acrescentou o andebol de praia. O espaço é, inclusive, dotado de luz elétrica com luminosidade suficiente para proporcionar jogos noturnos. A instalação sonora garante a possibilidade de comunicação rápida entre organização, público e atletas.

Este quadro inusitado levou ao aparecimento de uma série de praticantes que, reunindo-se em equipas constituídas informalmente, disputaram durante um largo período entre junho e finais de julho.

Participantes por modalidade

Modalidades	Nº. de Participantes
Andebol	75
Voleibol	64
Futebol	430
Total	569

Equipas participantes e números de jogos

Modalidade	Sub 14	Sub 16	Seniores Fem.	Seniores Masc.	Total	Nº. Jogos
Andebol	—	4	—	4	8	24
Voleibol	5	3	6	10	24	36
Futebol Masc.	5	7	0	28	40	58
Futebol Fem.	—	3	—	—	3	3
Total	10	17	6	42	75	121

A proposta provoca uma verdadeira agitação traduzida na inscrição de 75 equipas que, no total, englobam 569 atletas. Como já era espectável o futebol vem à cabeça. Voleibol e andebol trazem no, seu conjunto, 32 equipas e 139 atletas. É um número muito mais elevado do que o esperado à partida que não só surpreende a comissão organizadora – invariavelmente Amadeu Portilha, António Cardoso e Dimitre Nikolov –, como também demonstra existir um amplo espaço de intervenção em aberto para o futuro da Tempo Livre.

A centena de jogos realizados ao longo desse mês e meio de inesperada atividade desportiva conta com uma elevada assistência que se presta, a todo o momento, em apoiar, por vezes mais do que de forma intensa, as suas equipas.

O primeiro lema da Tempo Livre resumia-se a uma assinatura que constituía também um programa. “Desporto para Todos” pretendia afirmar que o papel da cooperativa não se resumiria ao olhar para os jovens. Por isso, a par com as modalidades reconvertidas em novidades como é o caso do voleibol e futebol de praia, surgiram também propostas para participação dos menos jovens nos desportos já considerados mais clássicos como era o caso do futebol de salão. As oito equipas participantes no “I Torneio de Futebol Salão Veteranos” termina com a vitória da Juni, seguida da sua arquirrival A.J.C.R.Juni. A Junta de Freguesia de Polvoreira fica em terceiro lugar e, em quarto, a Amorosa.

Com as expetativas criadas no primeiro ano, a segunda edição dos chamados ‘desportos de praia’ aumentou significativamente as atenções à volta da organização. Se no ano anterior o prazo reduzido e as dificuldades para organizar o evento haviam sido colmatadas pela vertente da novidade que atravessava a realização, o segundo ano já não podia contar com o fator surpresa. Desta forma a organização dos ‘desportos de praia’ comandados por António Cardoso promoveu um novo esforço nas condições. O terreno de jogo tornou-se muito maior, “com as medidas ideais” e o recinto, além de vedado, passou a contar com uma bancada com capacidade para quinhentas pessoas.

Demonstrado como é difícil destronar hábitos enraizados, o número de inscritos para o futebol de praia aumentou exponencialmente enquanto o voleibol de praia viu reduzir os seus participantes. No total o futebol inscreveu 710 atletas, ficando o voleibol nos 46. O aumento superior a 30% no número de pessoas inscritas para se divertirem durante um mês de verão em modalidades sem qualquer tradição no concelho revelava, mais uma vez, o quanto a sociedade vimaranense se havia transformado, assim como quanto se tornara ansiosa de replicar o mundo e as suas modas.

A natureza e objeto da cooperativa cria oportunidades para outro tipo de atividades à volta da problemática dos tempos livres dos cidadãos. Se, por um lado, as atividades desportivas se prestam a recortar um espaço – tanto físico como cronológico – com recorte próprio, outras atividades do dia-a-dia escapam à ideia de lazer. É dessa perspetiva que nascem programas como ‘Feira do Comer’ que, além de proporcionar uma vertente de negócio aos comerciantes, convocará os participantes para a prática da atividade cultural mais natural e mais necessária do ser humano. Dentro dessa perspetiva do lazer, a “Feira da Pequenada”, que ocorria imediatamente a seguir à “Feira do Comer”, aproveitando-se a infraestrutura de apoio instalada, constituiu-se como um espaço contínuo de diversão conjugando o prazer de divertimento com a componente lúdica, desportiva e alimentar.

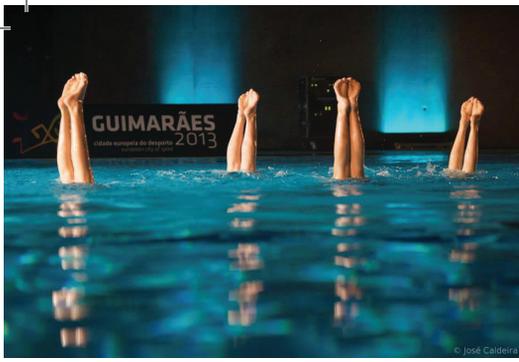
Com o novo quadro introduzido na realidade vimaranense, uma série de outros eventos naturalizam-se deixando, gradualmente, de constituir novidade. O Torneio de Futebol nos escalões dos 10 aos 14 anos, o Grande Prémio de Atletismo – integrados nas comemorações do 25 de Abril –, o Grande Prémio dos Reis e as Provas Desportivas para Veteranos, são alguns exemplos da presença da Tempo Livre na organização dos espaços de lazer dos cidadãos.

Nos seus primeiros anos a Tempo Livre confirma-se, de certo modo, como “a extensão municipal consequente dessa melhoria das condições das escolas. É uma entidade que, através da gestão dos equipamentos acaba por intervir positivamente na educação *tout cour* dos jovens vimaranenses”. Como organização criada para determinado fim em concreto, “teve a capacidade de por a juventude a gostar de desporto e a praticar desporto, o que é um dos elementos fundamentais que um jovem cidadão pode ter”⁽⁵⁶⁾. Além disso introduziu a ideia de diversidade e vislumbrou formas de fazer crer ao cidadão que as possibilidades para a prática de qualquer modalidade nunca se esgotam.

O modelo de organização, não só predisposta para a criatividade interna mas também abertas a propostas externas, instalou o sentido geral de que há sempre uma modalidade à espreita de aparecer. “Quem quer praticar natação pratica, quem quer *rugby* pratica, quem quer natação pratica”. Esta disponibilidade para integrar e fazer nascer o que, inclusive, ainda não existe, revelou uma dimensão de incubadora de desportos em que se tornou a cooperativa. A partir dali nascem muitas modalidades que passam a ser um naipe diversificado de escolhas desses jovens. A modalidade em apreço tanto pode ser de execução grupal como individual. “Qualquer cidadão que tenha propensões ou que queira praticar desporto de forma livre, sem estar integrado em grupo algum, sem ter de estar inscrito num clube, tem ali possibilidades de o fazer”⁽⁵⁷⁾. Trata-se de desporto de lazer que pode ser realizado em qualquer um dos espaços existentes. É a possibilidade de se poder praticar atividade física apenas porque apetece à pessoa, na forma e no momento em que muito lhe aprouver.

56 — Entrevista a António Magalhães

57 — Entrevista a António Magalhães



© José Caldeira



© José Cal





04 Cidade Desportiva – Nova Realidade

4.1 Multiusos, Piscina e Pista de Atletismo

A promoção do desporto junto da população, nomeadamente enquanto fator de educação e de ocupação saudável do espaço de lazer, está na base fundacional da Tempo Livre. Como já foi demonstrado, é nesse núcleo que empresa se vai dedicar, denodadamente, nos primeiros três anos de existência concebendo vários cartazes com apelos diversos à prática da atividade física. Nascida, em termos operacionais, nos finais de 1998, conseguira afirmar-se, muito rapidamente, como uma empresa expedita e atravessada por atos inovadores. No fundo, uma empresa empreendedora, capaz de atrair pessoas às suas propostas. Essa dinâmica resultou da “capacidade de trabalho que o [Amadeu] Portilha tinha, e do grupo que lá se fez (...) Eu delegava, não mandava. Mas ia lá ver sem avisar. E aquilo estava a funcionar certinho”⁽⁵⁸⁾.

Desde o mandato autárquico iniciado em 1989 que Amadeu Portilha fazia parte da equipa do gabinete do presidente da Câmara Municipal. No início foi contratado com a função de assessor de imprensa, constituindo assim uma novidade funcional na medida em que foi a primeira vez na sua história que a edilidade vimaranense se viu na necessidade de ter um profissional de comunicação. No mandado de 97/2001 passou a ocupar o lugar de adjunto do presidente da Câmara Municipal de Guimarães acumulando, a certa altura, com as funções executivas na Tempo Livre. Antes das eleições de dezembro de 2001, Portilha comunicou a António Magalhães o seu cansaço. “Tinham sido 12 anos de trabalho intenso e quase insano, mas também de descoberta de um admirável mundo novo, e senti a necessidade de parar, não só por cansaço físico, mas também porque sentia a necessidade de experimentar novos desafios profissionais”⁽⁵⁹⁾.

A pretensão de saída de Portilha entronca com um momento em que a Câmara tinha em construção uma área a que designava de ‘Cidade Desportiva’. “Nessa altura pensou-se num plano mais ambicioso. E o [António] Castro [então vereador municipal] dizia-me que era preciso avançar para algo mais, que abrisse a cidade. Pensou-se então em fazer um Multiusos e ligá-lo às Piscinas e uma Pista de Atletismo”⁽⁶⁰⁾. “E é nessa altura que o Magalhães lança-me um desafio que chega também com uma preocupação sua, e que se traduz em algum ceticismo

58 — Entrevista a António Magalhães

59 — Entrevista a Amadeu Portilha

60 — Entrevista com António Magalhães

no futuro da Cidade Desportiva”. António Magalhães estava preocupado com o que se seguiria após a construção dos equipamentos. “E começa aí a nascer a ideia de se integrar esses equipamentos no seio da Tempo Livre. E lançou-me o desafio: ‘aceito que abandones a Câmara, mas quero que fiques na Tempo Livre, assumindo a gestão da Cidade Desportiva’. “A verdade é que ninguém sabia muito o que fazer daquilo. Dou como exemplo a circunstância de só poucos dias antes da inauguração da Cidade Desportiva termos definido um corpo mínimo de funcionários adstritos àqueles equipamentos. Portanto saí da Câmara e passei a integrar os quadros da Tempo Livre, como funcionário e seu Diretor Executivo, logo no início de 2002”⁽⁶¹⁾.

Dos equipamentos previstos para a ‘Cidade Desportiva’, o Multiusos de Guimarães foi o primeiro a abrir ao público. Foi inaugurado pelo Primeiro-ministro António Guterres no dia 17 de novembro de 2001 numa tarde amena de sol, propícia para festas. Com as mãos encontradas atrás, nas costas, Guterres enfrentou o edifício verde entre um misto de curiosidade e ausência de qualquer inquietação. Com António Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães ao seu lado, Guterres avançou, sem pressas, de forma a poder ver e ter tempo para uma leitura da situação que se lhe oferecia. As músicas e danças do rancho folclórico ficaram para trás. Um alongado grupo de pessoas seguia atrás do líder municipal e do chefe do governo. Gradualmente, conforme se avançava pelo interior do pavilhão, o silêncio ia-se impondo sobrando apenas o som aveludado do arrastar de pés. Nesse momento “ele perguntou-me ‘sabes porque estão as pessoas em silêncio? Porque ninguém imaginava o que estava aqui. Até eu não fazia ideia do que estava aqui. Está aqui uma obra fantástica; não sei se megalómana para a época mas é, de facto, fantástica’. Ficou encantado com aquilo e, na verdade, aquilo resultou”⁽⁶²⁾.

Essa constatação de curiosidade e surpresa popular, feita com a manifestação do silêncio, notada por António Guterres, revela de si em si um modo não habitual de celebração. Na verdade o Multiusos configurava um edifício à margem da obra pública, ou municipal, usual. Não reproduzia um traço arquitetónico rotineiro, nem abordava o espaço com linguagens tradicionais, sequer nos materiais. Era único nas formas e, apesar da volumetria, enfrentava o espaço sem romper, pousando com equilíbrio na Veiga de Creixomil. A singularidade convocava a curiosidade dos populares. Todo o exterior provocava o apelo do conteúdo interior. “Um dia depois

61 — Entrevista a Amadeu Portilha

62 — Entrevista a António Magalhães

da inauguração, no dia 18, um domingo, como acordei muito cedo e, fruto do entusiasmo, fui até ao Multiusos. A certa altura deparei com tanta gente a cirandar à volta do edifício que fui ver o que se passava. Havia então uma curiosidade tão grande, tão grande sobre o que isto era que resolvi mostrar o Multiusos às pessoas. E assim, organizando grupos de vinte pessoas, estive aqui o dia inteiro fazendo visitas guiadas e mostrando o edifício a centenas de pessoas”⁽⁶³⁾.

A ideia de ‘Cidade Desportiva’ acabou por o não ser verdadeiramente dadas as limitações impostas pelas autoridades ambientais na construção de uma via interligando os equipamentos entre si. Assim como os equipamentos não foram todos concluídos em simultâneo, tanto o Complexo de Piscinas como a Pista de Atletismo – batizada “Gémeos Castro” em homenagem aos fundistas Domingos e Dionísio Castro, nascidos na freguesia de Fermentões em Guimarães – tiveram inaugurações diferenciadas. Enquanto o Complexo de Piscina abriu ao público no dia 21 de novembro de 2001, a Pista de Atletismo teve de esperar quatro meses, até 2 de março de 2002, dia em que se procedeu à sua inauguração.

Cada um ao seu modo, estes dois equipamentos vieram colmatar carência existentes no concelho vimaranense ao nível de estruturas para a atividades desportivas específicas. O caso da Pista de Atletismo passou a constituir-se no espaço onde os praticantes das várias disciplinas da modalidade passaram a ter possibilidade de evoluir tecnicamente. Além da possibilidade de preparação e competição de atletas no campo da natação, o Complexo de Piscinas passa a oferecer também uma variante, cada vez mais reconhecida na qualidade de vida, nomeadamente na contribuição direta para a saúde física dos praticantes de hidroterapia e hidroginástica. Por seu lado, as potencialidades destes equipamentos inserem-se no âmbito da estratégia de potencial incubação de novas modalidades e disciplinas específicas levada a cabo pela Tempo Livre.

O caso do Complexo de Piscinas termina mesmo com um atraso significativo deste tipo de equipamentos em terras vimaranenses. Embora o edifício sede dos Bombeiros Voluntários de Guimarães fosse dotado de uma piscina aquecida logo da sua inauguração, a existência de equipamentos municipais de desportos na água não se havia constituído como uma reivindicação da terra. Deste modo a longa espera não terá contado com uma qualquer inquietação populacional que, regra geral, impõe a faceta aceleradora de feitura. “Geralmente, em Guimarães,



as pessoas não exigem assim tanto. Isto no sentido de querem coisas que signifiquem mudanças. As exigências sempre foram muito específicas e dizem respeito a coisas um tanto mais comezinhas: o adro da igreja, o caminho, a entrada em sua casa, enfim. Não houve um salto qualitativo ao nível da exigência”. Há alguns exemplos concretos que demonstram ainda persistir uma mentalidade atávica, sobrepondo a imutabilidade à necessidade do avanço com a mudança. Um exemplo: “tivemos a hipótese de ter um campo de golfe do melhor para o país. Identificou-se um local, entre as Taipas e S. João de Ponte, ao lado do Rio Ave que interessava à entidade promotora. Eram terrenos privados que não servem para mais nada do que a agricultura. Pois bem, em cerca de 30 proprietários, nenhum quis vender. Nenhum. Preferiram ficar com os campos que estão ali sem produzir nada. E dessa forma não se conseguiu viabilizar o Campo de Golfe, o que seria um projeto de grande importância turística para o nosso concelho. Mas não podíamos expropriar porque se tratava de um negócio privado”⁽⁶⁴⁾. As piscinas existentes entroncam nesta pedagogia da transformação, não só pelo edificado mas pela alteração de costumes por vezes entranhados até ao tutano. É nessa sequência que “depois se fez a piscina de Moreira de Cônegos porque a vila ficava distante e não havia transportes. A seguir foi mais uma piscina em Airão, uma freguesia que apanhava umas quatro ou cinco daquela zona. Pediu-se uma piscina em Pevidém mas aí já havia uma privada e portanto não fazia sentido”⁽⁶⁵⁾. Seguiu-se então a perspetiva da intervenção pública apenas quando não há privados a avançar.

4.2 Das primeiras atividades populares aos grandes e surpreendentes eventos

As funções proporcionadas pela existência do Multiusos alonga e diversifica a atividade da Tempo Livre. Tal oportunidade configura “uma contribuição significativa no orçamento” que vem ajudar à sustentabilidade económica da Tempo Livre. “Aliás, tal como os bares e restaurantes existentes nas variadas instalações geridas pela cooperativa”. Para compreender esta vertente é preciso compreender o Multiusos. “Quando foi pensado, na origem não se pretendia mais do que um pavilhão”. A expectativa era de um espaço que pudesse receber uns

64 — Entrevista a António Magalhães

65 — Entrevista a António Magalhães

eventos “mas centrado no desporto. Felizmente os arquitetos da Pitágoras, a quem foi encomendado o edifício, são pessoas de grande capacidade e visão”⁽⁶⁶⁾ e avançaram para soluções surpreendentes.

O autor do projeto, arquiteto Fernando Seara de Sá, abordou a memória descritiva de forma simples, explicando que as ideias programáticas de base do Pavilhão Multiusos assentam “essencialmente na possibilidade da sua utilização em eventos que têm exigências diferenciadas quanto às condições de uso e ao número de utilizadores”. Deste modo, “e no mínimo, o edifício tem que ser capaz de albergar eventos desportivos de carácter competitivo e de alta competição, prática desportiva de massas, feiras e ainda outras manifestações culturais de massas como concertos, etc.. Cada uma destas atividades impõe e condiciona, à sua maneira, as características do edifício, obrigando a parâmetros mínimos obrigatórios para que se possam concretizar, sem perder de vista a possibilidade de realização de outras atividades”.

Dito de outra forma, o Multiusos é o complexo tornado simples. Uma singularidade visível saída de uma pluralidade possível. E, para tal socorre-se da modularidade: “os arquitetos da *Pitágoras* foram visionários, introduzindo no projeto do Multiusos alguns elementos que o distinguem de quase todos os outros: um piso simples betonado que permite acolher qualquer evento sem constrangimentos de qualquer espécie, e as suas bancadas retráteis e amovíveis, que permitem construir cerca de doze *layouts* distintos dentro da Grande Nave, adaptando-a às necessidades e escala de cada evento”⁽⁶⁷⁾. A articulação modulável introduz a noção de diversidade e de alternativa, proporcionando um jogo de entrelaço entre peças, assim dando hipóteses de transformar a mesma área em espaços desiguais, de acordo com a solicitação do evento a organizar.

No início, “quando cá chegamos concluímos facilmente que estes equipamentos teriam que ter altas taxas de utilização. Seja na Pista de Atletismo, seja no Multiusos, na minha ótica tudo teria de funcionar como um ativo estratégico de Guimarães”. Havia que criar quadros de oferta e lançar certames setoriais. “Começámos com a Expo-Guimarães que foi um grande sucesso durante alguns anos – nos primeiros anos a disputa por um lugar era uma loucura. Depois, com o passar do tempo,

66 — Entrevista a Amadeu Portilha

67 — Entrevista a Amadeu Portilha

“definiu e acabamos com ele”. A necessidade de “produzir eventos” foi uma estratégia para “mostrar ao país que, de facto, havia aqui alguns produtores capacitados e aos utilizadores externos que havia um espaço diferente”⁽⁶⁸⁾ a merecer visita.

E, de facto, uns meses antes da inauguração do Multiusos, a Tempo Livre já se posicionava para vir a ser uma das cidades sede da 18ª. edição do Campeonato do Mundo de Andebol. No dia 28 de junho de 2001 as 45 páginas onde figurava a candidatura vimaranense seguiu para a Federação de Andebol de Portugal. Assinada por António Magalhães, assumia como responsáveis diretos Amadeu Portilha, adjunto do presidente da Câmara e José Luis Ribeiro, diretor de instalações da Tempo Livre. No primeiro trimestre de 2002 é feita a escolha das quatro cidades sede que receberão a fase de grupos. Guimarães, Viseu, Funchal e S. João da Madeira são as cidades vencedoras. À cidade de Guimarães toca receber o grupo A de que fazem parte Marrocos, Espanha, Tunísia, Kuwait, Jugoslávia e Polónia.

Os jogos realizam-se em janeiro de 2003, praticamente dois anos após a abertura do Multiusos. Com os jogos a serem transmitidos para todo o mundo, o Multiusos surpreende, revelando-se um espaço amplo – tem um pé direito de 16 metros de altura – ao qual ninguém fica indiferente. Os técnicos de televisão regozijam-se com as condições de trabalho oferecidas o que se reflete positivamente no seu trabalho. O “Multiusos deu logo ali um grande salto”. Mesmo os colaboradores da Tempo Livre recebem aí a sua primeira internacionalização. Tudo impressiona positivamente. Os de fora, que se prestam ao tradicional passa a palavra. Os de dentro que, partindo de um humilde saber-fazer concluem afinal estar na posse de saber-saber.

Afirma o ditado que a sorte protege os que avançam com audácia. E tal parece ter acontecido com o Multiusos. No dia 24 Fevereiro, Bryan Adams, o artista de renome global, adoece e falha um espetáculo no Porto. “Uns meses mais tarde vem cá realizar o concerto no Porto, que entretanto esgota, e provoca uma procura imensa procura de bilhetes. Nessa altura o produtor contactou-nos a saber se queríamos aqui um concerto com o Bryan Adams”⁽⁶⁹⁾. No dia 21 de junho de 2003 o Multiusos recebe a sua primeira lotação esgotada numa noite memorável.

68 – Entrevista a Amadeu Portilha

69 – Entrevista a Amadeu Portilha

Nessa noite cerca de dez mil pessoas ficam a conhecer um novo espaço no norte do país. “Com o Mundial de Andebol e o concerto do Bryan Adams, o Multiusos entrou definitivamente no roteiro dos maiores e melhores recintos de eventos e espetáculos do país, e creio mesmo que só nessa altura os vimaranenses se aperceberam que, a partir daí, os espetáculos deixavam de estar limitados aos clássicos Lisboa e Porto”⁽⁷⁰⁾.

“Logo no primeiro ano fizeram-se coisas notáveis, fora do comum, e algumas delas quase inacreditáveis”. Por essa altura, “certo dia chega aqui um individuo querendo fazer uma prova de motocross dentro do Multiusos; uma perfeita loucura. Meteram 200 camiões de terra lá dentro e fez-se a prova de motocross. Foi fantástico. Arriscado mas sensacional. Tudo isso que ocorreu logo no início veio demonstrar à evidência que este pavilhão era diferente. Que se podia fazer de tudo”.

Ter em mãos um pavilhão como o Multiusos constituía um desafio em si. As características moduláveis, que são os traços sua essência, impõem, só por si, a avaliação de qualquer proposta através da perspectiva do possível. Nenhum projeto ali apresentado pode ser declarado impossível de ali ser feito. Alguns dos eventos realizados, “impusemo-nos levá-los adiante por dois motivos fundamentais: o primeiro deles era demonstrar aos produtores que não só havia aqui público como também infraestrutura. E, por outro lado, que éramos uma alternativa muito credível à cidade do Porto que não tinha uma sala de espetáculos em condições, uma vez que o Pavilhão Rosa Mota tinha encerrado por aquela altura. Tudo isto é uma alegoria do que deve ser a Tempo Livre, isto é a capacidade de estar sempre em permanente inovação”⁽⁷¹⁾.

Nos primeiros vinte anos de existência a Tempo Livre foi palco de variados eventos que, em muitos casos, foram também a execução de muitas experiências. A percepção é a de que sem a existência de um espaço semelhante – pelo menos nas dimensões extensas e na exclusividade diferenciadora de linhas – tal ocorrência não seria possível.

70 — Entrevista a Amadeu Portilha

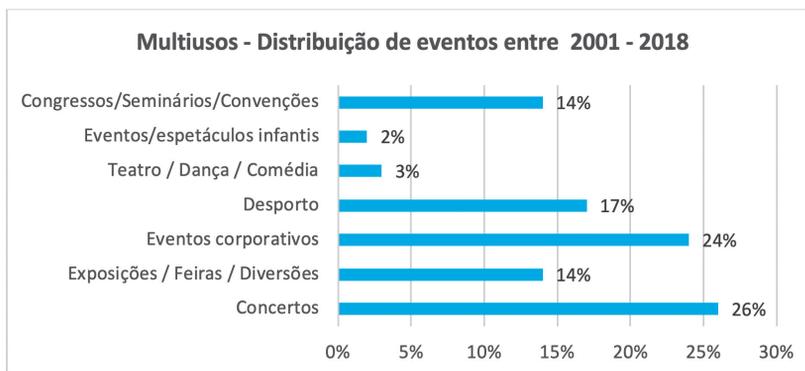
71 — Entrevista a Amadeu Portilha

No âmbito cultural, nomeadamente realização de concertos, o Multiusos de Guimarães já foi palco de inúmeros espetáculos, dos quais se destacam artistas de renome mundial como Bryan Adams, James, Scorpions, Bobby McFerrin, José Carreras, Joaquín Cortés, Roberto Carlos, Bonnie Tyler, Anastacia, Pablo Alborán, Daniela Mercury, Seu Jorge, Ana Carolina, Paula Fernandes, Gal Costa, Martinho da Vila, Ivete Sangalo ou Adriana Calcanhoto, e praticamente todos os grandes artistas e bandas nacionais, como Madredeus, Mariza, Xutos e Pontapés, Resistência, The Gift, Rui Veloso, Dulce Pontes, Pedro Abrunhosa, André Sardet, GNR, Expensive Soul, Carlos do Carmo, Carminho, Paulo Gonzo, Trovante, Tony Carreira, Boss AC, Da Weasel, Amália Hoje, Jorge Palma, Anselmo Ralph, Ana Moura, Silence 4, Marco Paulo, Moonspell, Matias Damásio, Carolina Deslandes entre tantos outros. Ou espetáculos como o Guimarães in te Night, da Rádio Comercial, e a Ópera Madame Butterfly.

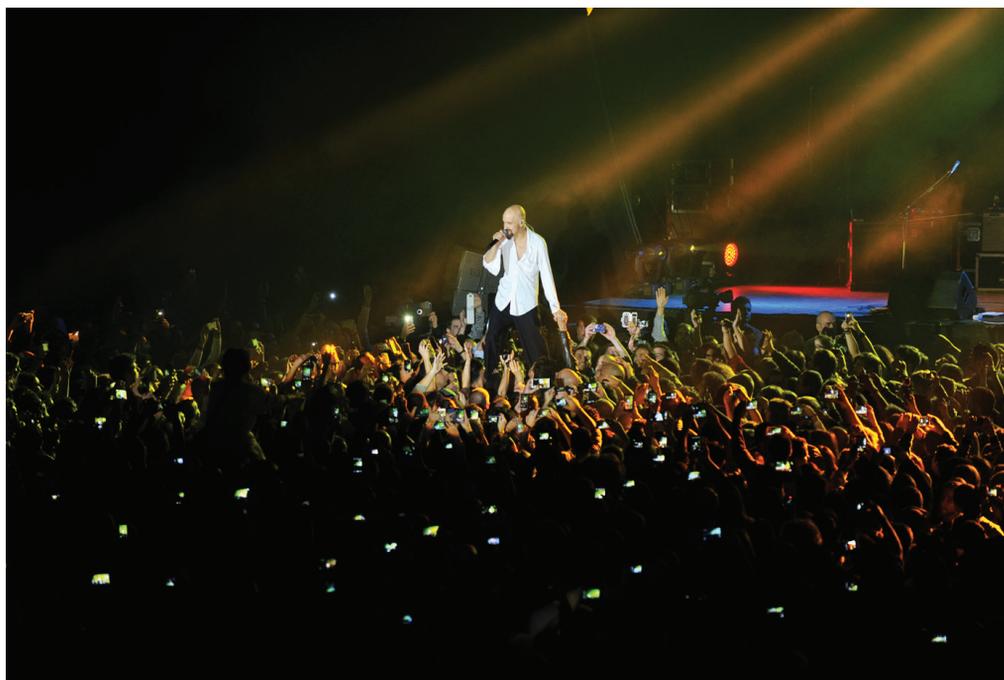
Ao nível desportivo, o Multiusos de Guimarães foi palco dos maiores eventos de dimensão mundial, destacando-se o Campeonato do Mundo de Andebol, a Liga Mundial de Voleibol, o Mundial de Freestyle Indoor em Supercross, o Mundial de Enduro, a Final Four da Liga dos Campeões Europeus e a Taça Latina de Hóquei em Patins, o Europeu de Basquetebol Universitário e o Mundial de Andebol Universitário, o Europeu de Kickboxing, o Campeonato Europeu de Hóquei de Sala, o Campeonato Europeu de Masters de Rope Skipping, o EuroBoccia 2013, o Europeu Jovem de Ténis de Mesa e alguns Torneios Internacionais de Ginástica Artística, para além do World Age Group Competitions – Aerobics Gymnastics.

Num segmento mais diverso, foram promovidas no espaço vimaranense as comemorações oficiais do Dia de Portugal, a Reunião Informal de Ministros do Emprego e Assuntos Sociais da União Europeia ou 19ª edição do Concours Mondial de Bruxelles - Concurso Internacional de Vinhos, para além de inúmeras feiras, como a Expo Guimarães, o Mercado de Stocks, a Feira da Pequeneda, a Feira de Artesanato, a Expo Casamento, a ExpoTuning ou o Salão Automóvel - Movidos pelo Futuro.

Sem esquecer o Welcome Park UEFA Euro 2004, O Mundo dos Dinossauros ou espetáculo Disney in Concert, como o Festival da Canção no ano passado, ou ainda os congressos nacionais do Partido Socialista, da Juventude Socialista e do Partido Social Democrata, da Ordem dos Arquitetos, da Associação Portuguesa de Gestão de Desporto, entre muitos outros.



Nas primeiras duas décadas os concertos foram a categoria que mais vezes esteve presente no Multiusos (26%), logo seguido de organizações levadas a efeito por empresas ou marcas (24%). Apesar do imaginário de um pavilhão impor-se como espaço de realizações desportivas, estas apenas ocuparam 17% do tempo de atividade no Multiusos. A explicação está contido no facto de muitas feiras e exposições se realizarem, geralmente, durante vários dias da semana enquanto as realizações desportivas, na maior parte das vezes, ocorrem no espaço do fim-de-semana.



As exposições, feiras e diversões (14%) assim como congressos, seminários e exposições (14%) encontraram no espaço do Multiusos o local certo para levarem a efeito os seus programas e cartazes.

Todavia, mais do que qualquer estatística, o Multiusos passou a constituir uma espécie de equipamento estratégico para levar avante a ambição de Guimarães na realização de vários eventos, imaginados como desígnios da região. Dentro dessa perspetiva o Multiusos foi o espaço natural de abertura e encerramento de Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura. Foi ainda o local onde se procedeu à abertura da Cidade Europeia do Desporto 2013, aí realizando-se grande parte dos eventos adstritos a esse cartaz. Foi ainda a existência de um espaço com as características do Multiusos que ajudaram a enfrentar e a suplantar outras candidaturas na realização do Festival da Canção em 2018. Enquanto equipamento adaptável, a presença do Multiusos não só introduziu uma variedade de hipóteses na abordagem concorrencial com outras regiões como reforçou os alicerces da identidade vimaranense. Além disso, deu a possibilidade de se desenvolverem atividades profissionais na área do manuseio da estética tecnológica dos espetáculos.

Toda a dinâmica e traquejo dos vinte anos de atividade da Tempo Livre promoveram um capital de experiência tal, que só terá sentido se for sistematizado e materializado em conhecimento. A recente criação de uma unidade de gestão dentro da cooperativa – designada por Investigação e Inovação – é um bom exemplo dos passos certos em direção ao futuro. “Quando dizemos, por esse país fora, que a Tempo Livre criou um Centro de Estudos do Desporto, as pessoas abrem a boca de espanto. Porque não nos limitamos a gerir instalações ou a promover atividades e projetos desportivos. Queremos conhecer com minúcia o ecossistema desportivo vimaranense, porque acreditamos convictamente que só podemos ser sucedidos a intervir e a decidir sobre desporto se formos profundos conhecedores da sua realidade. A Tempo Livre funciona como uma espécie de astralidade para um mundo que estava algo distante e era pouco conhecido. Desse ponto de vista, fomos, e continuamos a ser, motor de inovação e diferenciação”⁽⁷²⁾. Para manter a filosofia que acompanha a empresa desde o seu nascimento, doravante é necessário continuar a agitar as consciências e a descortinar novos desafios.

4.3 Incubadora de modalidades

Quando inicialmente se pensou a Tempo Livre ainda não havia uma ideia muito clara sobre a Cidade Desportiva. Já se pensava nela mas ainda não estava concretizada. Por isso, nos primeiros anos a cooperativa pouco tem a ver com a gestão de equipamentos. Antes da Cidade Desportiva a Tempo Livre dedica-se mais à promoção do desporto e da atividade física. “A partir daí, nasce a Tempo livre na sua segunda dimensão. Com a inauguração da designada Cidade Desportiva chega a especialização na gestão de instalações desportivas. Portanto, num curto espaço de tempo passamos de uma entidade para dar resposta a uma necessidade muito concreta – um investimento na promoção do desporto e da atividade física – para uma dimensão que rapidamente tomou conta de quase tudo – embora hoje já não seja assim – que foi a gestão instalações desportivas”⁽⁷³⁾.

Trata-se de um percurso que revela uma capacidade de adaptação organizacional incomum, em que a integração de novas responsabilidades impõe, desde logo, uma rápida adesão a uma nova realidade. “Começamos com três equipamentos desportivos: Multiusos, Piscinas e Pista de Atletismo. E depois, por uma questão de consistência do projeto, passamos a acumular outras atividades, nomeadamente os pavilhões de algumas escolas. Ou seja, tudo o que eram estruturas desportivas passaram a estar no âmbito das responsabilidades da Tempo Livre, ao ponto de hoje gerimos 16 equipamentos municipais diferentes”. Por seu lado, a incorporação dessas responsabilidades introduzem na Tempo Livre um tipo de experiência raras vezes vivenciada em Portugal.

Sempre que há novas incorporações, a memória do desassombro do Projeto de Iniciação Desportiva (PID) parece funcionar como uma espécie de catalisador para os projetos futuros. “O PID foi, de facto, um projeto pioneiro. Hoje as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) estão generalizados pelo país todo, inclusive são uma responsabilidade que o Governo financia as Câmaras Municipais. Em 1999 tivemos a ousadia de fazer uma algo que ninguém fazia, que era levar a educação física, de forma organizada e regular, às escolas do primeiro ciclo, contratando técnicos especializados para esse efeito. E os miúdos passaram a

ter a possibilidade de, pelo menos uma vez por semana, uma pequena aula de 45 minutos; às vezes em condições miseráveis porque as escolas não tinham sido construídas a pensar no desporto para os primeiros anos de escolaridade. Por isso, às vezes essas aulas eram dadas no recreio, outras no refeitório, às vezes ainda numa sala que se esvaziava para poderem ter aulas de Educação Física⁽⁷⁴⁾”

A fraca apetência dos Municípios em lidar com o desporto são tempos passados. Com o avançar dos anos verificava-se que afinal o desporto constituía uma reivindicação – se não manifesta, pelo menos latente – da própria comunidade. Em simultâneo, é também preciso manter presente que cabe à política agir por antecipação. Colocar a imaginação ao serviço da descoberta das necessidades dos cidadãos, inclusive das necessidades ainda desconhecidas por quem delas irá usufruir com satisfação, impõe a assunção de algum risco, desde logo de se poder ser considerado aventureiro. “Digo, não com vaidade mas com orgulho: andei anos a lutar contra a uma tendência da Câmara Municipal, assente numa pouca consideração pelo desporto⁽⁷⁵⁾ à exceção do futebol.

Num encontro com a imprensa existente em Guimarães no decurso de um seminário sobre desporto que organizamos, “lembro-me de, nessa altura o jornal ‘O Povo de Guimarães’ ter feito capa com uma frase que eu dissera: ‘vamos combater a excessiva futebolização do desporto Guimarães’. Aquilo foi o fim do mundo⁽⁷⁶⁾. O apoio a clubes de futebol, em subsídio ou em espécie, havia-se tonado num jogo viciado numa lógica circular. Era de apoiar porque era o desporto que existia e, por outro lado, porque era o desporto que existia, merecia ser apoiado.

Ao fim de uma vintena de anos a estratégia parece ter resultado. A dimensão de empresa gestora de equipamentos “foi fundamental”. Mas, a Tempo Livre nunca abandonou os desígnios do seu ato precursor: ser uma organização virada para o “fomento do desporto, fomento da atividade física e depois lançar sementes de promoção de novas modalidades, novos serviços desportivos, em particular o que fosse inexistente em Guimarães”. A estratégia esteve sempre assente na simplicidade e disponibilidade para cativar a iniciativa dos agentes interessados no fenómeno desportivo. Materializava-se numa operacionalização simples: “ajudá-los a nascer e depois, após crescerem, devolvê-los ao setor formal que são

74 — Entrevista a Amadeu Portilha

75 — Entrevista a Amadeu Portilha

76 — Entrevista a Amadeu Portilha

os clubes. É dessa forma que hoje existe uma série de novas modalidades em Guimarães, nascidas no seio, e por iniciativa, da Tempo Livre, de entre as quais se destacam, pelo sucesso alcançado, o polo aquático, a patinagem artística, o rãguebi, o futsal feminino ou a ginástica.

O aparecimento do *rugby* é assaz revelador de como pode uma modalidade, sem qualquer tradição em Guimarães, surgir e constituir-se num clube. Neste caso, primeiro tratou-se de provocar o aparecimento de interessados na modalidade e, de seguida, apoiar, de tal maneira, até os seus integrantes se sentirem seguros para a autonomia. O estado nascente deste desporto, assente na destreza e força física – e só na aparecia rude e violento, de grande lealdade entre os seus praticantes, ganhou imensos amantes num célebre jogo entre a Escócia e Portugal disputado, em França, no dia 9 de setembro de 2007. “Todos se lembram desse jogo, porque foi marcante pela forma como aqueles jogadores cantavam o hino, abraçados a chorar de emoção. Portugal perdeu por muitos, mas no dia seguinte, cheguei ao meu gabinete, chamei algumas colaboradores meus e propus que fosse lançado o *rugby* em Guimarães”⁽⁷⁷⁾. Segue-se, a partir daí, os passos da introdução desta modalidade nas práticas desportivas vimaranenses.

“Aproveitando o facto de que tínhamos a trabalhar no PID um professor do Porto que jogava *rugby* no CDUP, o Nuno Damasceno, resolvemos fazer uns cartazes, distribuímo-los pelos cafés da cidade e agendamos um treino num sábado à tarde. Marcado para às 14.30, às 14 horas constatamos que não estava ninguém. Às 14:15 havia alguma gente; uns poucos. Mas, a certa altura havia “mais de 100 pessoas, crianças, jovens e até adultos, que decidiram testar a sua habilidade nesta nova modalidade. Ficou toda a gente impressionada com aquilo e, por isso, começámos a fazer treinos regulares que rapidamente passou de uma vez para duas vezes por semana. Cada vez aparecia mais gente e, ao fim de um ano, sem nos darmos conta já havia uma equipa de *rugby* praticamente formada”⁽⁷⁸⁾.

Neste caso o papel da cooperativa havia ido um tanto mais além, na medida em que provocara a emulação de uma modalidade sem qualquer apelo local. Com a identificação e adesão dos seus amantes e praticantes e, mais do que isso, com a demonstração da existência de possibilidades, humanas e técnicas para avançar,

77 — Entrevista a Amadeu Portilha

78 — Entrevista com Amadeu Portilha

a Tempo Livre dava o seu papel por encerrado. “Chamamos os pais, explicamos a situação, dissemos-lhes que o papel da Tempo Livre estava ali esgotado e que agora era necessário serem eles a avançar”⁽⁷⁹⁾. E dali nasceu um clube. Houve logo alguém para presidir. Foi o José Couceiro da Costa e a partir dali passou a existir *Guimarães Rugby Union Football Club* (GRUFC). Atualmente a agremiação compete na divisão secundária do Campeonato Nacional de *Rugby* mantendo aspirações de participação na primeira categoria. O clube tem também escalões de formação.

O despertar da modalidade, atrás identificado, e logo do *Guimarães Rugby Union Football Club*, deu-se aquando da primeira participação portuguesa num Campeonato do Mundo de *Rugby* em 2007. Portugal jogou contra a Escócia, a Roménia (derrota por 14-10), Itália (derrota por 31-15) e Nova Zelândia (derrota por 108-13). O historial do GRUFC regista a sua constituição apenas a 3 de novembro de 2008, quase um ano depois de se iniciarem os treinos. Desde logo, pretendeu criar uma filosofia muito própria, assente no princípio de “*Rugby way of life*” incutindo aos seus aficionados e jogadores.

O caso do *rugby* não foi nem exclusivo, nem uma novidade. Uns anos antes as bases do Polo Aquático haviam nascido como consequência natural do aparecimento da piscina da Cidade Desportiva onde encontrou condições para formar um grupo, desenvolver-se e, a partir da sua consolidação, organizar-se numa secção do Vitória Sport Club, tornando-se, a seguir, numa equipa em competição numa categoria desportiva, uns anos antes impensado em Guimarães.

O caso da patinagem nasce também “em Guimarães pela mão da Tempo Livre”. Antes de se autonomizar, as sementes desta modalidade foram lançadas dentro da filosofia da cooperativa. A partir do momento em que as suas raízes fortaleceram e já havia suporte crítico e capacidade de organização de grupo, foi constituída a Academia de Patinagem Artística de Guimarães passando os seus promotores a gerir uma associação formalizada para o objetivo do ensino e competição da patinagem artística.

A ginástica também passou por ali. Antes de ser o Guimagym – Clube de Ginástica de Guimarães, fundado no dia 21 de julho de 2016, tem as suas sessões experimentais dentro da incubadora de desportos Tempo Livre. É na descoberta das potencialidades da disciplina que aparece o primeiro clube de ginástica a integrar o movimento associativo vimaranense. O Clube de Ginástica de Guimarães vem deste modo, dar resposta a uma lacuna que se verificava na oferta desportiva de Guimarães. Assume-se, desde logo como um clube vocacionado para a formação de atletas, encarando a componente competitiva como consequência do seu trabalho. Tem o objetivo ainda de promoção e desenvolvimento da ginástica como forma de potenciar as capacidades da comunidade vimaranense, assim aumentando a taxa de participação desportiva do concelho.



Em 2013 formalizou-se o GTeam – clube vimaranense de Futsal Feminino. Em 2017/18, arrancou em competição com uma equipa sénior no campeonato da Associação de Futebol de Braga⁽⁸⁰⁾. Antes esteve quatro épocas a disputar os escalões de formação. Pois, tal como acontecera com outras modalidades, o GTeam “também nasceu no interior da Tempo Livre, autonomizando-se a seguir”⁽⁸¹⁾.

O aparecimento destas modalidades, caracterizadas pela ausência de capacidade de reivindicação por não estarem inscritas nas necessidades da raiz popular e não atravessarem toda a malha mental comunitária, revela como nem sempre é possível esperar resultados exclusivamente das dinâmicas da sociedade civil. Como acontece em muitas situações, cabe às autoridades municipais construir-se em agentes transformadores das sociedades que as formam. É o caso da Tempo Livre “que tinha condições de base para, bem organizada e gerida, ser mais competente, ágil e eficiente do que a Câmara Municipal num domínio de atuação que exigia capacidade permanente de adaptação aos desafios e especialização de recursos técnicos e humanos, mas permanentemente promovendo o desporto de base formativa ou de base comunitária, tentando sempre incrementar as taxas de prática desportiva através da generalização e democratização do acesso ao desporto”⁽⁸²⁾.

Para além da democratização do acesso, cabe também promover a democratização das modalidades desportivas. Fazê-las existir para alargar a base de escolha dos cidadãos e, desse modo, fortalecer a coesão e os laços dos habitantes com a governação do território. “Hoje, em Guimarães, qualquer cidadão, querendo-o, pode praticar desporto, deixando de estar condicionado pela circunstância de ter habilidade suficiente para ser atleta de um clube. E isso teve um reflexo muito positivo nas taxas de participação desportiva em Guimarães”. Um estudo do economista João Perna (2018) demonstra que a taxa de participação no desporto da população vimaranense ronda os 45 a 47%. O estudo revela ainda que “o valor económico do setor de desporto nas dimensões formal e informal, quantificado pelo lado da procura (gastos dos indivíduos), atinge hoje um valor de nova despesa anual que se situará próximo de 67,9 milhões de euros” (Perna et al., 2018, p. 53). Estes valores confirmam o quanto importante se revela a prática desportiva dos seus habitantes para a economia local.

80 — Jornal Mais Guimarães – edição digital de 28 de abril de 2017

81 — Entrevista a Amadeu Portilha

82 — Entrevista a Amadeu Portilha

Estes altos valores de participação desportiva já haviam sido notados nos anos anteriores, nomeadamente a partir do momento em que a pista de Atletismo Gémeos Castro foi aberta ao público e posta em funcionamento. A intensa circulação de atletas cedo revelou a necessidade da existência de uma unidade médico-desportiva capacitada para avaliar as condições físicas dos atletas. Após uma série de diligências para ultrapassar as burocracias sempre inerentes foi inaugurado, a 5 de setembro de 2005 o Centro Médico de Apoio ao Desporto (CMAD). Funcionando no âmbito da promoção da saúde pública, o CMAD passou a prestar serviços de apoio e assistência médica – nomeadamente ao nível do exame médico-desportivo para efeitos de inscrição federativa – assim como de aconselhamento e rastreio da condição física de desportistas informais.

O Centro Médico de Apoio ao Desporto do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude assumindo-se como um serviço social vocacionado para todos os desportistas, estejam ou não integrados nos sistema federado ou escolar.

No âmbito do apoio e assistência médica aos desportistas, o CMAD de Guimarães passou a orientar-se por quatro objetivos específicos: desenvolvimento do protocolo do exame médico-desportivo para a prática desportiva federada, escolar e informal; prestação de serviços médico-desportivos, designadamente exames médicos, diagnósticos, sessões terapêuticas por meios físicos e avaliação funcional; acompanhamento médico permanente, incluindo algumas áreas de especialidades, como a psicologia do desporto, nutricionismo, entre outras; apoio técnico à atividade física informal através do acompanhamento, avaliação e rastreio da condição física.

Criar, ou ajudar a criar, instigando o espírito da aventura desportiva através de estímulos e, posteriormente, largar ao vento para crescer sem amarras e sem diretórios, tem sido o propósito assumido e levado a efeito pela Tempo Livre.

4.4 Os tempos difíceis

Constituída sob a perspectiva de uma *régie* cooperativa – ou cooperativa de interesse público, como já se viu atrás, a Tempo Livre contou desde sempre com as vontades já instaladas no terreno. Apesar de operarem numa escala reduzida e fechada, numa lógica incapaz de sair do círculo de giz habitual, era importante contar com entidades e indivíduos que, através das práticas tinham construído uma experiência não descartável no campo da promoção do desporto enquanto atividade saudável de lazer. A resposta positiva dos 54 indivíduos e instituições, da mais diversa índole, que responderam positivamente à chamada pública da Câmara Municipal de Guimarães para a constituição do empreendimento, assim aceitando participar no capital social da *régie* cooperativa, revela, desde logo, uma aceitação objetiva dos agentes do setor de desporto e lazer em associar-se a uma abordagem estratégica comum orientada para o desenvolvimento de uma área específica do concelho vimaranense.

Com ambições amplas, o projeto da Tempo Livre perseguia a saída do desporto da lógica da lei de pedra que, por ausência de interesse político, se havia instalado. Pretendia-se mudança. Mas, em simultâneo, era necessário que a mudança não acontecesse sob uma qualquer perspectiva de destruição criativa. Não se pretendia tudo queimar e das cinzas fazer renascer algo novo. Em Guimarães vigora a consciência que “a mudança não é projetável numa flecha de tempo, numa lógica de que o que vem de novo apaga o antigo. Pelo contrário, a mudança é um feixe de coisas que se cruzam umas com as outras”(Santos Silva, 2013). Incluir os particulares num projeto da dimensão do pretendido teria, forçosamente, de constituir uma preocupação. De igual modo, só assim seria possível introduzir a ideia de mudança sem provocar uma rutura que afastasse, de todo, a memória do esforço realizado no passado.

Essa preocupação está na base dos órgãos sociais da cooperativa refletirem a presença desta associação de interesses entre o passado e o futuro desejado, entre quem estava e quem chegava, entre a presença de um pivô e a realidade fragmentada existente – aspetos transversais nos quais o desporto havia evoluído ao longo dos tempos. Em vez de substituir, conciliou-se o existente. Em simultâneo, a Tempo Livre criou um quadro permanente de oportunidades para os novos empreendedores desportivos. No reconhecimento desta relação nascera um contrato social entre o sentido do desporto existente e o desporto expectante. E tudo nascera logo na vertente interna da cooperativa. Apesar da natureza jurídica

das *régie* cooperativas remeter o poder decisório para a propriedade do capital social dos cooperantes e, sendo a edilidade a proprietária de 90% do capital, esta fez-se sempre acompanhar pelos outros cooperadores na formação dos seus órgãos diretivos.

Triénio 2002-2004

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente ASSOC. FUT. POPULAR GMR João Araújo	Presidente C.M.G. António Magalhães	Presidente C.M.G. Até 9.6.2003 Domingos Bragança A partir de 9.6.2003 José F. Lopes
Vice-presidente ASSOCIAÇÃO FÓRUM A. S. JOÃO Domingos Forte	1.º Vogal C.P.FERMENTÕES José S. Fernandes	1.º Vogal ARCOV Daniel Pinto
Secretário CENTRO S.R.C. CAMPELOS António Cardoso	2.º Vogal A. PAIS ESC. SERZEDELO José Carlos Barroso	2.º Vogal MOTOR CLUBE DE GMR José Sampaio

Triénio 2005-2007

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente ASSOC. FUT. POPULAR GMR João Araújo	Presidente C.M.G. António Magalhães	Presidente C.M.G. José Leite F. Lopes (desde 9.06.03)
Vice-presidente ASSOC. FÓRUM A. S. JOÃO Domingos Forte	1.º Vogal C.P.FERMENTÕES José S. Fernandes	1.º Vogal ARCOV Daniel Pinto
Secretário CENTRO S.R.C. CAMPELOS António Cardoso	2.º Vogal A. PAIS ESC. SERZEDELO José Carlos Barroso	2.º Vogal Associação Ciclismo Minho Amâncio Freitas Passos

Triénio 2008-2010

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente ASSOC. FUT. POPULAR GMR João Araújo	Presidente C.M.G Até março de 2009 - António Magalhães A partir de março 2009 - Amadeu Portilha	Presidente C.M.G. José F. Lopes (desde 9.06.03)
Vice-presidente DESPORTIVO F. HOLANDA Almor Vaz	1.º Vogal C.P.FERMENTÕES José Silva Fernandes	1.º Vogal ECOTURISMO M. VIVA António F. Cardoso
Secretário CENTRO S.R.C. CAMPELOS António Cardoso	2.º Vogal A. PAIS ESC. SERZEDELO José Carlos Barroso	2.º Vogal G. DESPORTIVO O. CASTELO Dário Silva

Triénio 2011-2013

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente ASSOC. FUT. POPULAR GMR José Filipe Oliveira	Presidente C.M.G Amadeu Artur Matos Portilha	Presidente C.M.G. José Ferreira Lopes
Vice-presidente G. Desp. "Os Amigos Urgeses Albino Pereira	1.º Vogal C.P.FERMENTÕES José Silva Fernandes	1.º Vogal ECOTURISMO M. VIVA António F. Cardoso
Secretário CENTRO S.R.C. CAMPELOS António Cardoso	2.º Vogal A. PAIS ESC. SERZEDELO José Carlos Barroso	2.º Vogal G. DESPORTIVO O. CASTELO Dário Silva

Triénio 2014-2016

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente ASSOC. FUT. POPULAR GMR José Filipe Oliveira Armando Jorge Sousa Ribeiro desde 2/9/2016	Presidente C.M.G Amadeu Artur Matos Portilha Aníbal Rocha a partir de agosto de 2014	Presidente C.M.G. José Leite Ferreira Lopes
Vice-presidente G. Desp. "Os Amigos Urgeses Albino Sousa Pereira	1.º Vogal C.P.FERMENTÕES José Silva Fernandes	1.º Vogal ECOTURISMO MONTANHA VIVA António Freitas Cardoso
Secretário CENTRO S.R.C. CAMPELOS António Cardoso da Silva	2.º Vogal A. PAIS ESC. SERZEDELO José Carlos Barroso	2.º Vogal G. DESPORTIVO O. CASTELO Dário Manuel Carvalho da Silva

Triénio 2017-2019

ASSEMBLEIA-GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL
Presidente António Magalhães	Presidente C.M.G Amadeu Artur Matos Portilha	Presidente C.M.G. José Leite Ferreira Lopes
Vice-presidente José Carlos Correia	1.º Vogal C.P. FERMENTÕES José Silva Fernandes	1.º Vogal CLUBE DE TÉNIS DE GUIMARÃES José Alves Fernandes
Secretário CENTRO S.R.C. CAMPELOS António Cardoso da Silva	2.º Vogal G. Desp. "Os Amigos Urgeses Albino Sousa Pereira	2.º Vogal G. DESPORTIVO O. CASTELO Dário Manuel Carvalho da Silva

Em 2012, como consequência de uma intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e Comissão Europeia – designada por *troica* – levou o governo de então a aprovar uma lei que aprovou um “regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais”. Com as movimentações nos órgãos sociais, o impacto desta lei colidiu, em primeiro lugar com a gestão de Amadeu Portilha e, logo a seguir, com o trabalho de Aníbal Rocha, entretanto cooptado para a presidência da *régie* cooperativa em substituição de Portilha que, entretanto, havia sido eleito, ocupando o lugar de vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães.

“Acabei por passar o pior período da Tempo Livre, não tenho dúvidas disso”. O problema não residiu propriamente na crise financeira que se estabelecera em Portugal, nem no facto de haver uma lei a regulamentar o setor empresarial das autarquias. O problema residiu no facto da “lei ter metido todas as empresas municipais no mesmo saco sem qualquer diferenciação entre as que eram uma mais-valia e as outras que eram deficitárias”. Uma má fama generalizada passara a considerar as empresas municipais como entidades com práticas perversas. “A lei considerou tudo por igual, como se tudo fosse negativo. Havia, de facto, muitos maus exemplos de empresas municipais mas nem todas o eram”⁽⁸³⁾. Nessa altura a Câmara Municipal de Guimarães aparecia entre as autarquias menos endividadas do país. Pelo que a lei em consideração além de pretender criar limites e disciplinar uma realidade necessitada de tal processo, constituía-se também numa opção simbólico-política que não incluía as *régie* cooperativas como formas organizacionais passíveis de serem adotadas pelas autarquias.

O trabalho desenvolvido pela Tempo Livre nos anos subsequentes via-se agora atravessado por uma imposição legal difícil de compreender, pelo menos no que a si dizia respeito. “Em Guimarães, o grande problema da *Lei Relvas* foi outro”. Centra-se e colide com a estratégia do município em munir-se de cooperativas para abordar políticas municipais setoriais em interligação com a comunidade local. Uma explicação mais detalhada do problema mostra como, por vezes, as leis se tornam paradoxais nas práticas a que se destinam. “Segundo a lei, as relações entre o município e as empresas do setor empresarial local tinham de estar regulamentadas com um contrato-programa. Ora essa tipologia de contrato sempre existiu entre as cooperativas e o município de Guimarães. Antes, porém, esse ‘contrato programa’ não assentava em nenhuma obrigatoriedade legal,

designando-se, então, por ‘contrato de colaboração’ – forma encontrada para ajuizar a relação existente entre o município e a cooperativa”.

Isto é, excetuando a nomenclatura usada, o que a novel lei exigia já era o procedimento habitual entre nas relações entre a Tempo Livre e o Município vimaranense. “Simplesmente não existia qualquer figura legal que obrigasse a tal mas, na realidade, mais não era do que aquilo que mais tarde vem dizer a lei 50/2018. Ou seja, existia um documento que cometia à cooperativa aquilo que ela devia fazer em substituição do município. Basicamente era esta a função do ‘contrato de colaboração’ e é esta a função do ‘contrato programa’ que alude e obriga a nova lei”⁽⁸⁴⁾.

Portanto, nesse aspeto a imposição legal não acrescentava nada de novo. A grande novidade é que “a figura das ‘cooperativas’ não estava prevista nessa lei. Ou seja os contratos-programa que chegavam ao Tribunal de Contas – a entidade que tinha de os validar – não conseguia enquadramento” para dar andamento a uma realidade que se repetia há catorze anos. Ao deixar as cooperativas de interesse publico fora do âmbito do que designava por ‘empresas locais’, a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto instituiu, por omissão, qualquer possibilidade de relação negocial entre o Município de Guimarães e a Tempo Livre.

As atividades principais da *régie* cooperativa são, na prática, atribuições que o Município entende serem mais eficientemente realizadas pela Tempo Livre, reconhecendo, deste modo, existir uma *expertise* manifesta no valor de uso e, logo, produtor de um maior benefício para os munícipes. Alguns dos equipamento municipais geridos pela Tempo Livre são, forçosamente, deficitários. “É preciso ter com consideração que as taxas praticadas para a usufruto dos espaços têm valores abaixo do que é o valor normal de utilização. É essa parte que tem de ser financiada pelo público. No fundo funciona o princípio do utilizador pagador em que se pretende que o utilizador pague o menor valor possível. Tem, por isso, que haver apoio público [para colmatar a diferença]. Foi [a falta desse] financiamento que durante esse período ‘cinzento’ houve tentativas de se solucionar. Umas funcionaram, outras não”⁽⁸⁵⁾.

84 — Entrevista a Aníbal Rocha

85 — Entrevista a Aníbal Rocha

Sem a possibilidade de realizar contratos mas, em simultâneo, moralmente obrigada a manter a atividade inscrita no seu estatuto, a cooperativa teve de “arranjar formas de manter esta relação e encontrar financiamento – porque a cooperativa substitui algumas atividades que, de outra forma, caberia à Câmara realizar”. Não se podia pura e simplesmente desistir e “a mensagem passada internamente, para todos os colaboradores, foi da necessidade de um grande esforço”. Porém, para os trabalhadores da cooperativa as notícias não eram as melhores.

O problema das cooperativas atingiu uma proporção tão elevada ao ponto de não se vislumbrar possibilidade para a sua continuidade. Punha-se então o problema do que fazer a todos os profissionais da Tempo Livre. Fala-se então em a Câmara Municipal proceder à internalização da estrutura da cooperativa, assim resolvendo o problema. O problema agudiza-se dada a redação da lei e as limitações de contratação, entretanto introduzidas na função pública. Trata-se de “um bico-de-obra que não depende da vontade do Presidente da Câmara” afirma, então, Domingos Bragança. Equipas de juristas são postos a pensar na forma de abordar o problema. Pelas várias interpretações “feitas à luz da lei, nem podemos transformar as cooperativas em empresas municipais, nem internalizá-las”. Um concurso público podia ser a solução mas, dada a especificidade da matéria concursável, tudo indicaria ser um algo concebido à medida da Tempo Livre e, deste modo, “não ser transparente para outras entidades”⁽⁸⁶⁾ A trama legal impunha um cenário em que Domingos Bragança chega a desenhar uma catástrofe: “o pessoal que está ligado [à cooperativa] terá que abandonar as instalações e a Câmara não pode integrar esses trabalhadores na sua estrutura e como [a cooperativa] fica sem função, terá de fechar. E os funcionários fica no desemprego e a Câmara não pode transferir verbas para os indemnizar”⁽⁸⁷⁾. “Um imbróglio” titulam vários jornais. Apesar do difícil quadro apresentado, Bragança assume que, no limite, trabalhará “até à exaustão” no sentido de internalizar os serviços, equipamentos e pessoas que trabalham nas cooperativas”⁽⁸⁸⁾.

86 — Domingos Bragança – O Comércio de Guimarães, edição de 30 de junho de 2014

87 — Domingos Bragança – O Comércio de Guimarães, edição de 30 de junho de 2014

88 — Domingos Bragança – O Comércio de Guimarães, edição de 30 de junho de 2014

Com o problema a persistir, nomeadamente com o Tribunal de Contas a negar o visto prévio à cooperativa, as necessidades de tesouraria da Tempo Livre impõem ação gestonária obrigando-a a recorrer ao crédito bancário pela primeira vez no seu historial.

Aparecem outras formas de financiamento, nomeadamente com a Câmara Municipal, a quem são realizadas prestações de serviço específicas”. Mas os valores são esporádicos e não conseguem colmatar as previsíveis perdas contabilísticas. Ao realizar custos, na perspetiva da execução de um serviço público que, por sua vez, não origina a captação do necessário proveito, leva a cooperativa a registar altos prejuízos nos anos económicos de 2013, 2014 e 2015.

Na aventura em que se vê metida, nem tudo se afigura mau para a *régie* cooperativa. As ligações surgidas no âmbito da relação que se vai estabelecendo com “o Tribunal de Contas geraram oportunidades para sugestões de outras formas de abordar a situação”. É assim que, em vez da abertura de um concurso público para resolução total do problema é sugerida a abertura de “um concurso público para gestão de algumas áreas específicas que acabou por se resolver, em parte” o problema de financiamento assim como possibilitar a manutenção da atividade.

Lutava-se então com duas perspetivas: a primeira consistia em resolver problemas internos no imediato. Paralelamente foi necessário “andar durante alguns anos a lutar para que as *régie* cooperativas estivessem enquadradas nessa lei”. Ora não estando, insistíamos em querer saber o que nós éramos e o que significava ser ‘cooperativa de interesse público’. Aí foi importante um parecer do jurista Rui Namorado confirmando “com clareza e segurança a posição que (...) se traduz numa clara rejeição da aplicabilidade do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local às cooperativas de interesse público”. Apesar da clareza do parecer foi necessário continuar a persistir na demonstração da excentricidade da lei. “Com a entrada do governo de António Costa conseguiu-se, finalmente, esse enquadramento. Foi algo simples colocado no Orçamento de Estado. No fundo a lei foi alterada passando a admitir que setores específicos e empresas específicas,

como o desporto e a cultura, passassem a ter enquadramento na Lei 50/2012. A partir daí tudo estabilizou. Mas foram tempos muito duros para a vida tanto da *régie* cooperativa como para os seus colaboradores.

Inclusive porque, ao registar resultados negativos – o que não era habitual – levantou-se uma outra questão, nomeadamente quanto à imputação desses prejuízos na relação societária entre cooperantes. Como já foi afirmado, a Câmara de Guimarães é maioritária na Tempo Livre, mas o facto desta não ser 100% municipal, pode criar algumas dúvidas, sobretudo “qual a participação dos outros acionistas em determinadas circunstâncias. Por isso tivemos de procurar alguns pareceres jurídicos para encontrar suporte para a nossa realidade. A grande questão é esta: não sendo 100% municipal e havendo participação de privados, até que ponto é que há uma exclusiva responsabilidade do município [nos resultados]”. A grande justificação, de acordo com um parecer da professora universitária Deolinda Aparício Meira, é que “a Tempo Livre faz exatamente aquilo que o Município manda fazer”, portanto isso quer dizer que a Tempo Livre não só responde ao acionista maioritário como também, em acréscimo, cumpre ordens dali emanadas. “A participação dos outros é diminuída, porque não se trata de uma participação decisória” e, nesse caso, nada pode ser imputável a quem não faz parte do processo de decisão.

Todavia aqueles que emprestam a sua participação ‘não decisória’ fortalecem a vertente social da *régie* cooperativa. “Guimarães enveredou por esta solução com as *régie* cooperativas com o espírito de trazer aqueles que eram conhecedores destas áreas específicas para que estes participassem; não tanto uma participação financeira mas uma participação técnica, nomeadamente ao nível de ideias. Tratava-se abordar uma área onde há uma obrigação pública mas, em simultâneo, aproveitando a experiência e a vontade de contributo dos privados que operam nas áreas específicas sendo, neste caso, o desporto”.

“Por trás das *régie* cooperativas parece estar um bom princípio. Apesar de várias vezes se ter assistido a discussões se o município devia ou não enveredar por um outro tipo de solução empresarial, nomeadamente trocando as *régie* cooperativas por empresas municipais, creio que o princípio da *régie* cooperativa, por incluir os privados, revela-se mais consentâneo”, especialmente quando o objetivo é procurar envolvimento externo para dar forma a uma estratégia municipal.

A independência operacional verificada nas cooperativas de interesse público impõe, também, um tipo de relação mais orientada para a competência técnica da empresa e, em geral, sem intromissões ou confusão com o papel político que, habitualmente, sustenta as relações numa autarquia. “Tenho que fazer justiça de uma coisa: há muito pouca ingerência da Câmara nas cooperativas, o que torna o modelo ainda mais interessante”⁽⁸⁹⁾. Isto é, apesar da percepção mais ou menos generalizada do funcionamento das *régie* cooperativas sob diretório direto das autarquias, a realidade gestonária do dia-a-dia, assim como a permanente visão de futuro assente numa missão específica, impõe dinâmicas objetivas de ação profissional não compatíveis com perspetivas intrusivas. Nesse aspeto, o sucesso da Tempo Livre resulta da coerência por determinada ação gestonária orientada para um fim específico. Esse objetivo foi perseguido sem ameaças internas. A única ameaça organizacional que a Tempo Livre teve ao longo da sua existência, e que a colocou em causa a sua existência enquanto entidade promotora de uma estratégia municipal do desporto, teve origem no exterior na forma de uma lei que impedia o seu objeto. Revista a lei, o Estado voltou a proporcionar à Tempo Livre o seu papel de entidade orientada para o fomento do desporto em Guimarães.





05

**Nota
conclusiva**



Ficaram longe os tempos em que os *sportman* importaram para Portugal o ideário da atividade física, apresentando-o como uma forma graciosa de viver o lazer e um modo saudável de existir. O tempo tratou de esbater as diferenças entre a visão excêntrica dos *sportman* e a prática reconhecida do movimento físico como componente essencial de saudabilidade do processo civilizacional.

Do *sport* ao desporto mais de um século se passou. E, nesse período, entre a escassez de recursos e a falta de visão do Estado, observou-se um profícuo e persistente trabalho dos entusiastas em prol de coletividades dedicadas ao desporto. Com as coletividades o desporto vimaranense concebeu-se vocacionado para competição formal, possibilitando apenas a participação daqueles que apresentavam qualidades competitivas. A hipervalorização das estatísticas das competições desportivas formais, em comparação com a ausência de estatísticas da prática desportiva individual e desprendida, revela as opções no fenómeno do desporto realizado sem outro compromisso além da vontade do praticante apenas organizado consigo.

A Tempo Livre Físical - Centro Comunitário de Desporto e Tempos livres, CIPRL, foi constituída em 1998 como consequência da assunção, pela Câmara Municipal de Guimarães, da necessidade de promover o uso mais intenso e alargado dos equipamentos desportivos surgidos no concelho vimaranense após o despontar da autonomia municipal. Os seus fundamentos, manifestos numa orgânica cooperativa, tiveram o propósito de integrar as coletividades e associações vimaranenses já existentes. O propósito principal foi o promover o desporto de base formativa ou de base comunitária, com vista ao incremento das taxas de prática desportiva através da generalização e democratização do acesso ao desporto.

Ao tomar como missão a incorporação de novas dinâmicas, juntando-as às práticas desportivas existentes, a Tempo Livre configurou algo inexistente ao longo dos anos: uma estratégia municipal de desporto.

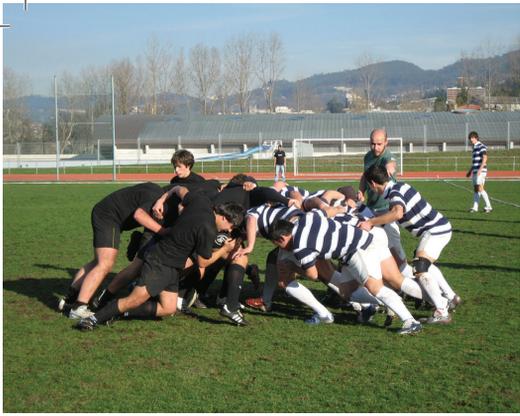
Desde a introdução inovadora de aulas de desporto no primeiro ciclo do ensino básico, até à catalisação de novas modalidades – transformadas em coletividades de desportos diferenciados, passando pela realização de iniciativas desportivas inusuais – tanto na forma como no conteúdo – a estratégia municipal

consubstanciada numa *regie* cooperativa não só fomentou a variedade desportiva como fez emergir potencialidades e capacidades recreativas até aí desconhecidas. Se por um lado ampliou o número de modalidades aumentando o leque de escolhas, por outro criou as condições para a prática do desporto informal apenas orientado para o bem-estar individual.

Ao promover o nascimento de novas variedades desportivas no seu interior, a Tempo Livre constituiu-se numa incubadora de modalidades desportivas. Agindo como entidade criadora de condições de sustentabilidade funcionou como agente estruturador ajudando à autonomia e consolidação dessas novas modalidades. Esta diversidade instalada no concelho vimaranense contribuiu para o reforço do sentido da heterogeneidade desportiva, abrindo portas a novos modos de participação e a ascensão local de disciplinas de recorte técnico mais pronunciado na pessoa, outrora inexistentes no concelho.

Deste modo a Tempo Livre interferiu positivamente na democratização do desporto vimaranense. Às modalidades mais populares juntaram-se categorias do desporto menos apelativas. Às coletividades clássicas acrescentaram-se agremiações vanguardistas. Às ideias aparentemente utópicas atribuiu-se espaço de existência além da fantasia. Esta dinâmica produziu uma multiplicidade na oferta que passou não só a abarcar mais pessoas como também a convocar os espíritos mais resistentes para a prática da atividade física.

É significativo que esta estratégia municipal do desporto vimaranense se tenha dado em plena consolidação do processo democrático em Portugal. A aceleração, objetivamente reconhecida, entre a construção de infraestruturas e o modo como, em seguida, se avançou para o processo de transformação sócio desportiva com vista à alteração da malha mental, evidencia a presença de critério e programa. Pelo menos no que ao desporto diz respeito, este processo consagra a governação democrática do pós 25 de abril de 1974 como o melhor tempo histórico do desporto vimaranense. Não se trata aqui de aludir apenas ao evolucionismo imposto pela ação da natureza. Trata-se sim de observar como uma estratégia fundamentada na ação política, em tempos de pensamento dissemelhante, conseguiu promover uma rápida transformação do cenário desportivo em Guimarães, aumentando o espírito da prática de atividade física enquanto modo de ocupação do espaço de lazer.





06 Bibliografia





Amaro das Neves, A. (2015). O Vitória no tempo do foot-ball (1922-1927). Memórias de Araduca. Guimarães: Araduca.blogspot.com. Obtido de <http://araduca.blogspot.com/2015/09/o-vitoria-no-tempo-do-foot-ball-1922.html>

Amaro das Neves, A. (2018). O Grupo de Foot-Ball Vimaranesense. Guimarães: Araduca.blogspot.com.

Cabeza, M. C. (2004). Pedagogía del Ocio - Modelos y Propuestas. Bilbao: Universidad de Deusto.

Castro, F., & Fernandes, I. M. (2013). Desporto em Guimarães - dos primórdios à atualidade. Guimarães: Tempo Livre e Câmara Municipal de Guimarães.

Elias, N., & Dunning, E. (1992). A busca da excitação. Lisboa: Difel.

Gonçalves, A. (2009). Vertigens. Para uma sociologia da perversidade. Coimbra: Grácio Editor.

Josué, P., & Peñalba, L. (1993). Pedagogia del ocio - Coordinadores del Tiempo Libre. Obtido de <https://eala.files.wordpress.com/2011/02/pedagogoc3ada-del-ocio.pdf>

Martins, M. L. (1990). O Olho de Deus no discurso salazarista. Porto: Afrontamento.

Maslow, A. H. (1987). Motivation and personality. New York: Harper & Row, Publishers, Inc.

Perna, F., Custódio, M. J., Pereira, E., & Oliveira, V. (2018). Impacto Económico do Desporto em Guimarães. Guimarães: Centro de Estudos do Desporto.

Rocha, R. (1997). Vitória - 75 Anos de História. Guimarães: Vitória Sport Club.

Santos Silva, A. (2013). Cultura Local - Identidade e Transformação. Em E. J. Silva (Ed.), Capital Europeia 2012 - O que fica no coração (pp. 70-79). Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães.

Santos Simões, J. (1995). Futebol Vimaranesense: das origens aos estádios. Guimarães: Edição do Autor.











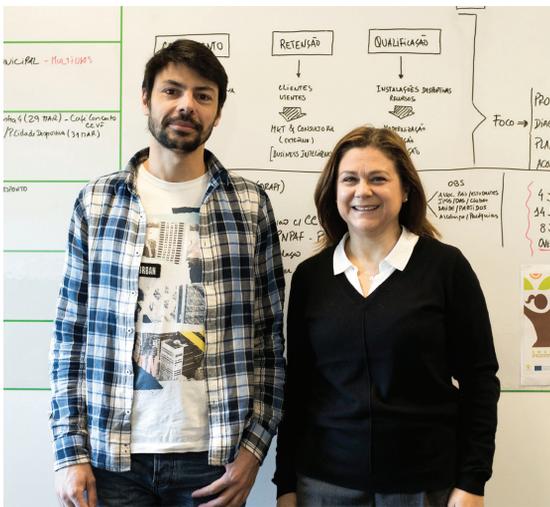
Amadeu Portilha, António Magalhães e Aníbal Rocha, Presidentes da Direção



Albino Pereira, Amadeu Portilha e José Fernandes, Direção



José Luís Ribeiro, Patrícia Soares e Susana Araújo, Comunicação e Relações Públicas



José Martins e Paula Nogueira, Investigação e Inovação



Fernando Abreu, Alice Oliveira, Idálio Oliveira, Sandra Cardoso, António Cardoso e Ângela Gonçalves, Serviços Administrativos e Financeiros



Dalila Sousa, João Marinho e Mara Silva
Receção Multiusos



Lurdes Pereira, Emanuel Martins, Daniel Freitas e Serafim Peixoto, Logística Multiusos



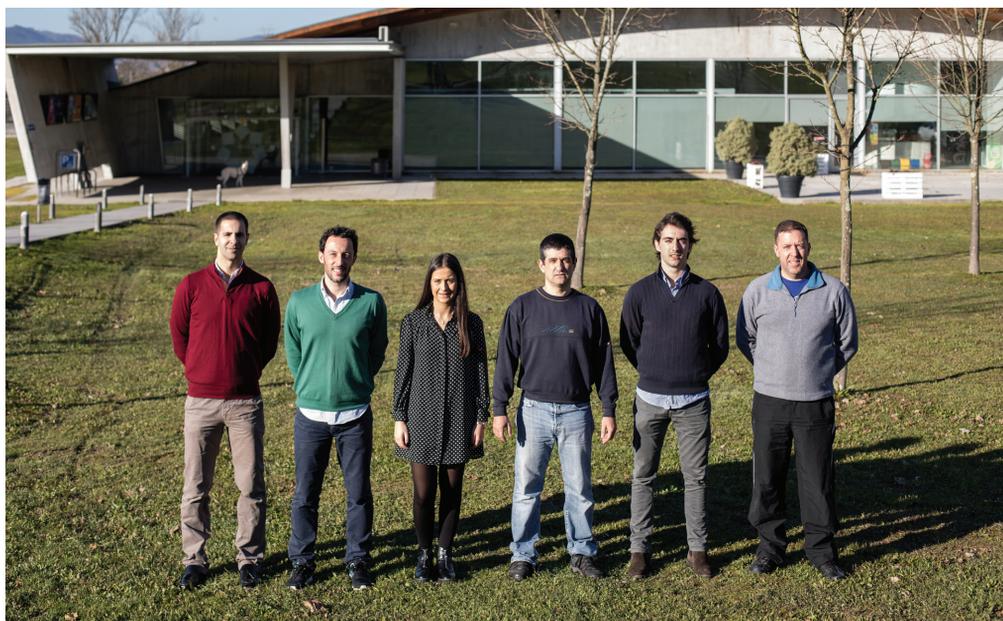
Pedro Almeida, Gi Campos, Daniela Lopes e Arsénio Ferreira, Restaurante e Bares



Natália Gonçalves, Conceição Cravo, Fernanda Pereira e Adelaide Barros, Recepção Piscinas Candoso



Alfredo Bravo, João Machado, Dimitri Nikolov, Sérgio Abreu, Carla Costa, Hugo Sousa, Ivo Roque e Pedro Ferreira, Serviços Desportivos



Lúis Rodrigues, Rui Lopes, Daniela Ribeiro, Artur Jesus, Diogo Pereira e Júlio Ribeiro, Coordenação Piscinas



Pedro Joel, Vasco Lobo, Isaura Matos, Floinda Gonçalves, César Rodrigues, Maria José Fernandes, Ismael Silva e Henrique Cardoso, Logística Piscinas Candoso



Mónica Barros, Tânia Oliveira e Filipa Freitas, Recepção e Logística Piscina Brito



Miguel Araújo, Sofia Pinto e Ricardo Abreu, Pista de Atletismo e CMAD



João Alves, Alexandre Gonçalves, Luis Ferrão, Adão Peixoto, Manuel Teibão e Marco Silva, Pavilhões



Sandra Gomes e Julieta Ribas, Recepção Piscina Moreira



Filipa Moura, Eduarda Branco, Egídia Cardoso, Cláudia Leite, Vânia Portela, Rita Guimarães e Teresa Campos, Professores



Hélder Silva, Rafael Pinto, Luís Carvalho, Luís Cardoso, Pedro Moura e Álvaro Soares, Professores



Filipe Ferreira, João Neves, Carolina Barros, Marina Magalhães, Filipa Barroso, Leandro Alves e Nuno Sampaio, Professores



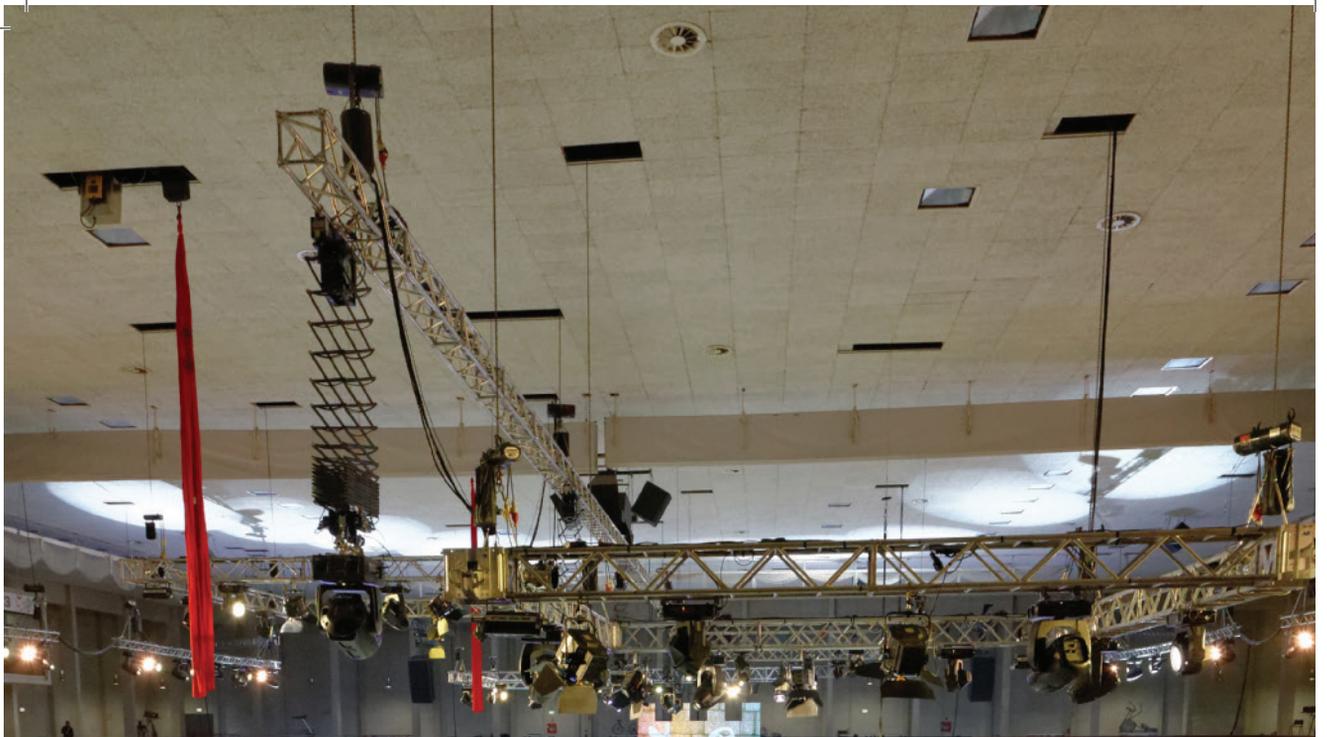
Andreia Neves, Paulo Machado, Dalila Abreu, Sérgio Silva, Manuela Vieira e Francisco Machado, Professores



Luis Sousa, João Costa, Bruno Milhão, Sofia Araújo, Soraia Brandão, Márcia Vieira e Filipa Araújo, Professores



Silvano Freitas, Luís Monteiro, Paulo Ferreira, José Carlos Silva e Catarina Gonçalves, Professores



Apoios à edição



PL Alimentação

